

REVISTA CIENTÍFICA
Ciência em Curso

ISSN 2317-0077

volume 4, número 2, jul./dez. 2015

ISSN 2317-0077 (eletrônica)

REVISTA CIENTÍFICA

Ciência em Curso

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem

Universidade do Sul de Santa Catarina



Editora Unisul

Tubarão – SC

v. 4, n. 2, p. 75-180, jul./dez. 2015



Dados Postais/Mailing Address

Revista Científica Ciência em Curso
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem
Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)
A/C Editores
Av. Pedra Branca, 25 – Cidade Universitária Pedra Branca
CEP: 88.132-000, Palhoça, Santa Catarina, Brasil
cienciaemcurso@unisul.br

Ficha Catalográfica

Revista Científica Ciência em Curso/Universidade do Sul de Santa
Catarina. - v, 4, n. 2 (2015) - Palhoça: Ed. Unisul, 2012 -

Semestral
ISSN 2317-0077

1. Ciência - Periódicos. I. Universidade do Sul de
Santa Catarina.

CDD 405

Elaborada pela Biblioteca Universitária da Unisul



Reitor

Sebastião Salésio Herdt

Vice-Reitor

Mauri Luiz Heerd

Chefe de Gabinete

Willian Corrêa Máximo

Secretária Geral da Unisul

Mirian Maria de Medeiros

Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Extensão

Mauri Luiz Heerd

Pró-Reitor de Operações e Serviços Acadêmicos

Valter Alves Schmitz Neto

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Luciano Rodrigues Marcelino

Assessor de Promoção e Inteligência Competitiva

Ildo Silva

Assessor Jurídico

Lester Marcantonio Camargo

Diretor do Campus Universitário de Tubarão

Heitor Wensing Júnior

Diretor do Campus Universitário da Grande Florianópolis

Hércules Nunes de Araújo

Diretor do Campus Universitário Unisul Virtual

Fabiano Ceretta

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem

Fábio José Rauen (Coordenador)

Dilma Beatriz Rocha Juliano (Coordenadora Adjunta)

Av. José Acácio Moreira, 787

88704-900 – Tubarão - SC

Fone: (55) (48) 3621-3000 – Fax: (55) (48) 3621-3036

Sítio: www.unisul.br



Equipe Editorial/Editorial Staff

Editores/Editors

Ana Carolina Cernicchiaro
Giovanna G. Benedetto Flores
Nádia Régia Maffi Neckel
Solange Maria Leda Gallo

Secretária/Secretary

Priscilla Rodrigues Simões – Bolsista Capes

Conselho editorial/Editorial board

Aldo Litaiff, Universidade do Sul de Santa Catarina
Alessandra Soares Brandão, Universidade do Sul de Santa Catarina
Amanda Eloina Scherer, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
Ana Josefina Ferrari, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Andréia da Silva Daltoé, Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil
Antonio Carlos Santos, Universidade do Sul de Santa Catarina
Bethania Sampaio Corrêa Mariani, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Carla Barbosa Moreira, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Carla Süssenbach, Universidade do Contestado, Brasil
Carne Regina Schons, Universidade de Passo Fundo, Brasil
Cármem Lucia Hernandez Agustini, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Carolina de Paula Machado, Universidade Federal de São Carlos, Brasil
Carolina Maria R. Zuccolillo, Universidade Estadual de Campinas, Brasil, Brasil
Carolina Padilha Fedatto, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, Brasil
Cláudia Maria Vasconcelos N. de Souza, Fundação Educandário Santarritense, Brasil
Claudia Regina Castellanos Pfeiffer, Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Cristiane Dias, Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Dantielli Assumpção Garcia, União das Faculdades dos Grandes Lagos, Brasil
Débora Raquel Hettwer Massmann, Universidade do Vale do Sapucaí, Brasil
Deisi Scunderlick Eloy de Farias, Universidade do Sul de Santa Catarina
Dilma Beatriz Rocha Juliano, Universidade do Sul de Santa Catarina
Ercília Ana Cazarin, Universidade Católica de Pelotas, Brasil
Fábio José Rauen, Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil
Fernando Vugman, Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil
Gilmar Luis Mazurkiewicz, Universidade do Contestado, Brasil
Heloisa Juncklaus Preis Moraes, Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil
Ismara Eliane Vidal de Souza Tasso, Universidade Estadual de Maringá, Brasil, Brasil
Jussara Bittencourt de Sá, Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil
Luiz Carlos Martins de Souza, Universidade Federal do Amazonas, Brasil
Maria Marta Furlanetto, Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil
Maurício Eugênio Maliska, Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil
Mônica Graciela Zoppi Fontana, Universidade Estadual de Campinas, Brasil, Brasil
Nadja de Carvalho Lamas, Universidade da Região de Joinville – Univille, Brasil
Ramayana Lira de Sousa, Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil
Sandro Braga, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Silmara Cristina Dela-Silva, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Simone de Mello de Oliveira, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil



Suzy Lagazzi, Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Telma Domingues da Silva, Universidade do Vale do Sapucaí, Brasil

Equipe Técnica/Technical Team

Priscilla Rodrigues Simões (Revisão)

Nádia Régia Maffi Neckel (Revisão)

Giovanna G. Benedetto Flores (Revisão)

Ana Carolina Cernicchiaro (Tradução)

Fábio José Rauen (Diagramação)

Bianca Queda Costa (Diagramação)



SUMÁRIO/CONTENTS

Apresentação/Presentation	83
Cromossomos X e Y: o social e o biológico no discurso sobre gênero na superinteressante <i>X & Y Chromosomes: the social and the biological in Superinteressante's discourse on gender</i>	
Elisa de Magalhães e Guimarães Silmara Cristina Dela da Silva	85
Somos todos Amarildo: O discurso jornalístico do Diário Catarinense e da Gazeta da Ocupação <i>We are all Amarildo: The Diário Catarinense and Gazeta da Ocupação journalistic discourse</i>	
Bianca Queda Costa Giovanna Benedetto Flores	97
Admirável mundo novo: As marcas linguísticas no discurso do migrante <i>Brave new world: Linguistics markers in the migrant speech</i>	
Luci Schmoeller	109
Signo linguístico versus signo onomástico: convencionalidade e motivação para falar e nomear <i>Linguistic sign versus onomastic sign: conventionality and motivation to talk and nominate</i>	
Tríssia Ordovás Sartori	123
O bilhete orientador como índice de rasura ou de escrita? Quais são os movimentos provocados por esse instrumento de intervenção na reescrita do texto do aluno? <i>The guide ticket as a erasure index or writing index? What are movements provoked by this intervention instrument in the students text rewriting</i>	
Fernanda Tais Brignol Guimarães Vinícius Oliveira de Oliveira	135



- Museus: espaços de mediação cultural e construção de identidades
Museums: spaces of cultural mediation and constructions of identities
Silvia Sell Duarte Pillotto
Maria Bernadete Baran de Oliveira
Rúbia Stein do Nascimento 145
- Isca da notícia: como o jornalismo online impacta
na apresentação e na leitura do título jornalístico
*Bait News: how online journalism impacts
on the visual aspect of journalistic headline*
Jeferson Bertolini 157
- A produção de sentidos sobre a influência do cinema
e da televisão em *Os Simpsons: o filme*
*The production of sense on the influence of cinema and television
in The Simpsons movie*
Fernanda de Freitas Pereira
José Isaiás Venera 169



APRESENTAÇÃO/PRESENTATION

A *Revista Científica Ciência em Curso*, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), é uma publicação acadêmica aberta para a colaboração de pesquisadores de iniciação científica, mestrado, doutorado e docentes do Brasil e do exterior interessados em investigações e reflexões sobre a produção e circulação do conhecimento, problematizando o papel da cultura e da linguagem na sociedade contemporânea. A proposta é refletir, a partir das pesquisas em Ciências da Linguagem, sobre as condições de produção de ciência, cultura, tecnologia e mídia. Os trabalhos exploram os aspectos político, ético e/ou estético envolvidos nos processos de divulgação e circulação do conhecimento e do entretenimento e na produção dos diferentes discursos, sejam eles pedagógicos, jornalísticos, jurídicos, políticos, publicitários, artísticos, entre outros.

Os Editores



CROMOSSOMOS X E Y: O SOCIAL E O BIOLÓGICO NO DISCURSO SOBRE GÊNERO NA SUPERINTERESSANTE

Elisa de Magalhães e Guimarães¹

Silmara Cristina Dela da Silva²

Resumo: Lançada no fim dos anos 1980 como uma versão brasileira da espanhola *Muy Interesante*, a revista *Superinteressante* publica reportagens sobre história, comportamento, ciência e tecnologia. Entre os assuntos mais abordados pela revista, estão questões relacionadas a gênero e sexualidade, temas que permearam 58 notas e matérias que circularam em suas páginas entre os anos de 2011 e 2012. Por meio da análise discursiva de uma destas reportagens, *Homens x mulheres: por que eles estão ficando para trás?* (junho/2011), o presente artigo tem como foco o modo como o biológico e o social são representados no discurso sobre papéis sociais de gênero da *Superinteressante*. Mobilizando conceitos da *Análise do Discurso* desenvolvida por Michel Pêcheux, o artigo busca mostrar como se constituem efeitos de sentido no discurso em circulação na revista no que diz respeito a homens e mulheres, e também à ciência.

Palavras-chave análise do discurso, jornalismo científico, gênero.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo compartilhar algumas das considerações obtidas durante o processo de pesquisa para a monografia *Homens e mulheres na Superinteressante: o discurso sobre os papéis sociais de gênero no jornalismo científico*, defendida no curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal Fluminense. O trabalho analisou discursivamente seis matérias publicadas pela revista *Superinteressante* entre os anos de 2011 e 2013, todas com foco em questões relacionadas a sexo e gênero: *Prostituição na era da tecnologia* (março/2011), *Adão, Eva e Ricardo* (junho/2011), *Homens x mulheres: por que eles estão ficando para trás?* (junho/2011), *E se os homens menstrassem?* (setembro/2011), *Mulheres que convivem juntas menstruam juntas?* (janeiro/2012) e *Cinquenta tons de rosa* (janeiro/2013)³. Para este artigo, foi feito um novo recorte segundo o qual será analisada apenas a reportagem *Homens x mulheres*, matéria de capa da edição 292, de maneira a mostrar como a *Superinteressante* coloca em circulação sentidos sobre gênero por meio de discursos da/sobre a medicina e a biologia, apresentados como em oposição à influência do meio social.

¹ Bacharel em Comunicação Social, habilitação Jornalismo, pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: elisamguimaraes@gmail.com.

² Professora Adjunta do Departamento de Ciências da Linguagem, Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem e pesquisadora do Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS), desse Instituto. É jornalista e doutora em Linguística, com pesquisas na área de análise de discurso. E-mail: silmaradela@gmail.com.

³As matérias podem ser acessadas no site <http://super.abril.com.br/superarquivo>.



Publicada pela editora Abril, a Superinteressante disputa o mercado com a Galileu, publicação da editora Globo, e a *Scientific American Brasil*, da Duetto Editorial. Sua tiragem é de 348.491 exemplares (abril/2015), que atingem em média 1.840.902 leitores, segundo projeção de 2014. A revista é, segundo seus próprios editores, voltada “para cabeças que tem fome de conhecimento, inovação e novidades. É feita para quem quer entender o mundo além do óbvio”. Dentre os tópicos que aborda estão saúde humana, história, tecnologia, religião, gênero e sexualidade. Os dois últimos foram o tema de nada menos que 51 notas e matérias de uma página, 6 matérias de duas páginas ou mais e 1 matéria de capa entre os anos de 2011 e 2012, segundo levantamento realizado a partir de consulta ao site da revista.

A Superinteressante, versão brasileira da espanhola *Muy Interesante*, foi lançada pela Abril no final dos anos 80, seguindo o formato do chamado jornalismo científico. O jornalismo científico deu seus primeiros passos em 1655, na Inglaterra, pelas mãos do filósofo alemão Henry Oldenburg. O primeiro periódico voltado para a área do qual se tem notícia foi o *Philosophical Transactions of the Royal Society*, da Real Sociedade de Londres para o Melhoramento do Conhecimento Natural. O jornal tinha como principal interesse a “filosofia natural”, termo usado na época para descrever aquilo que hoje compõe o campo das ciências naturais, como a física, a química e a biologia. Embora tivesse a disseminação do conhecimento científico como um de seus principais objetivos, o *Philosophical Transactions* tinha muito mais em comum com as atuais revistas acadêmicas do que com as publicações voltadas para o público leigo encontradas nas bancas de jornal (e na internet) do século XXI.

Ao contrário de artigos que apresentam resultados de estudos que muitas vezes apenas confirmam aquilo que já se sabe, de uma diversidade de linhas de pesquisa que nem sempre enxergam umas às outras com bons olhos e do escrutínio dos pares, o jornalismo científico propõe-se a trazer em suas páginas uma versão mais ágil e homogênea do processo de produção de ciência e tecnologia. Enquanto revistas acadêmicas procuram atualizar estudantes e pesquisadores sobre os avanços e as discussões pertinentes a uma determinada área, no ritmo lento que é próprio da ciência, com seus questionamentos e longos períodos de estudo, o jornalismo científico é focado em grandes descobertas ou em debates capazes de afetar diretamente a vida cotidiana.

É claro que não é esperado de revistas de divulgação científica voltadas para o público geral que tenham os mesmos critérios de publicação que periódicos voltados para pesquisadores. No jornalismo científico, importa aquilo que, na visão da própria mídia, representa um avanço tecnológico ou um grande impacto na qualidade de vida. “Em outras palavras, o conhecimento não é notícia para a grande imprensa, não é acontecimento para a grande imprensa.”, como afirma Guimarães (2001, p. 19). Em suas palavras:

O acontecimento para o jornal, aquilo que é enunciável como notícia, não se dá por si, como evidência, mas é constituído pela prática do discurso jornalístico. Enunciar na mídia inclui uma memória da mídia pela mídia. Valendo-me de conceitos formulados pela análise de discurso, posso dizer que enunciar na mídia é enunciar segundo a interdiscursividade que determina as formulações da mídia, por mais que os jornalistas possam ainda afirmar que eles se pautam pela objetividade dos acontecimentos. (GUIMARÃES, 2001, p. 15).



No Brasil, as primeiras revistas a abordar a área científica surgiram no século XIX: a pioneira foi a Revista Brasileira (1857), seguida pela Revista Rio de Janeiro (1876) e pela Revista do Observatório (1886), do Imperial Observatório do Rio de Janeiro, atual Observatório Nacional. As publicações acompanhavam uma tendência mundial de crescente interesse pelos avanços científicos e tecnológicos, provocada pela Revolução Industrial. O tema se tornaria ainda mais popular no século seguinte, com as novas armas surgidas nas duas guerras mundiais e a corrida espacial, entre outros fatores. Em 1977, foi criada a Associação Brasileira de Jornalismo Científico, e nos anos 1980 e 1990, as bancas de jornal foram inundadas por revistas como Ciência Hoje, Globo Ciência e Superinteressante – esta última a única que sobreviveu à virada do século.

Ao longo da história, tanto o jornalismo quanto a ciência criaram em torno de si uma aura de objetividade e imparcialidade, segundo a qual as duas áreas estariam aptas a fazer julgamentos sobre o mundo sem qualquer interferência de preconceitos sociais e interesses políticos ou econômicos. Logo, é sempre importante lembrar que “publicações, estações de rádio e TV e laboratórios são ligados ao Estado e aos grupos políticos que o controlam e a empresas de capital privado e os interesses de seus agentes corporativos pelos laços mais íntimos da sociedade capitalista: o dinheiro” (GUIMARÃES, 2014, p. 8). Desse modo, o discurso da/na mídia também tem as suas condições de produção, ou seja, as suas condições sócio-históricas que afetam o modo como constituem sentidos.

Ademais, da perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso, desenvolvida a partir dos trabalhos de Michel Pêcheux (1998, 1997, 1990), que norteia este trabalho, sabe-se que seus sujeitos falam de dentro de uma determinada formação social, ocupando posições ideológicas. Discursivamente, seus dizeres inscrevem-se em uma memória discursiva proveniente de um contexto histórico repleto de contradições. Quando enuncia, o sujeito da ciência e do jornalismo coloca em circulação não apenas aquilo que “quer dizer”, mas também o dizer da escola, da família, da religião etc. É dentro deste contexto que se pode chamar de acontecimento, segundo a definição de Guimarães (2001), o tema abordado na reportagem aqui escolhida para análise: ele dialoga com uma memória discursiva não só da mídia, mas de toda a sociedade, que tem regras estritas a respeito dos lugares ocupados por homens e mulheres.

É importante ressaltar aqui que o discurso que está em jogo não é o científico, mas um discurso jornalístico sobre a ciência, que em sua grande parte reproduz a visão das duas áreas como isentas de influências externas. É comum que o repórter de ciência e tecnologia seja visto como uma espécie de tradutor, responsável por tornar compreensível para os leigos o quase indecifrável jargão dos cientistas. “[C]ompreender esse trabalho como 'tradução', além de equívoco, deixa de considerar o verdadeiro deslocamento de sentidos, gerando novos significados, filiados a outras posições ideológicas.” (ORMANEZE, 2013, p. 124). Entretanto, é necessário fazer também um histórico da forma como o gênero – o feminino em especial – foi abordado ao longo do processo evolutivo da ciência, muitas vezes de maneira a reafirmar concepções oriundas da religião e da tradição. É isto que será brevemente examinado na próxima subseção. Em seguida, será apresentada a análise discursiva da matéria Homens x mulheres: por que eles estão ficando para trás?, com foco nos possíveis efeitos de sentido, no que diz respeito a gênero, postos em circulação pelos dizeres da revista.

**GÊNERO E CIÊNCIA**

Em seus estudos sobre a dominação das mulheres, Pierre Bourdieu (2010) e Simone de Beauvoir (2009) reconhecem a impossibilidade de localizar o momento exato na história em que foi feita a divisão sexual do trabalho e sua subsequente valoração. Ambos estimam que, ainda na pré-história, após a divisão das funções sociais – que deixou as mulheres encarregadas do lar, dos filhos e da agricultura enquanto os homens cuidavam das caçadas e das guerras –, surgiu uma mitologia como forma de manter os dois grupos atrelados aos trabalhos que lhes foram designados. Esta forma elementar de religiosidade não foi criada deliberadamente para subordinar um sexo ao outro, mas sua associação do feminino com aquilo que é paciente, imóvel e ligado à natureza e do masculino com o que é ativo, agressivo e criado pelo ser humano acabou por gerar um imaginário da mulher como um Outro que precisa ser vencido e conquistado em nome da ordem social.

Na sociedade ocidental moderna, o mito da mulher como a encarnação do mal que emana da natureza é reproduzido pela formação ideológica do cristianismo.

É o cristianismo que dá novamente à mulher um prestígio assustador: o medo do outro sexo é uma das formas que assume para o homem o desespero da consciência infeliz. [...] O Mal é uma realidade absoluta e a carne, um pecado. E, naturalmente, como nunca a mulher deixa de ser o Outro, não se considera que homem e mulher sejam reciprocamente carne: a carne, que é para o cristão o Outro inimigo, não se distingue da mulher. (BEAUVOIR, 2009, p. 241)

Entretanto, uma vez que os gêneros possuem apenas “existência relacional”, sendo cada um deles produto de um “trabalho de construção diacrítica” (BOURDIEU, 2010, p. 34), não seria funcional para manutenção das relações de produção que a ideologia responsável por esta continuidade atribuisse apenas características negativas ao trabalho da mulher. Logo, é necessária a exaltação de determinados aspectos do feminino.

O ideal da “mãe de família”, da mulher que põe seus “dons femininos” a serviço do “bem” e está sempre atenta às necessidades e vontades de seu marido e filhos, que é dócil, servil e temente a Deus e ao macho, dá às oprimidas algo a que aspirar, uma possibilidade de alcançar um lugar respeitável dentro da sociedade, baseado em preceitos religiosos que colocam o homem como o princípio superior de toda existência. Como coloca Beauvoir, “é a suprema vitória masculina que se celebra no culto de Maria; é a reabilitação da mulher pela realização de sua derrota” (BEAUVOIR, 2009, p. 246). Há, portanto, uma feminilidade que é, mais do que aceita, recompensada. Dessa forma as vítimas da dominação tornam-se suas próprias vigias, em busca da representação que lhes foi colocada como um objetivo a ser alcançado. Aquelas que não se enquadram na imagem da “boa mulher” são rechaçadas não apenas pelos opressores, mas pelas outras oprimidas, que veem em seu desvio um crime contra o gênero. (GUIMARÃES, 2014, p. 24).

Muitas vezes colocada no imaginário popular como o exato oposto da religiosidade, incapaz de coexistir com suas crenças, a ciência nem sempre olha com o ceticismo que dela se espera para questões relacionadas a gênero. Inserido em uma



formação social que privilegia determinados grupos em detrimento de outros, o sujeito da ciência é também afetado por um já-dito, seu discurso também dialoga com uma memória discursiva dividida em formações discursivas como a cristã. Por fim, o sujeito da ciência sofre também aquilo que Pêcheux ([1975] 1998) chama de esquecimento número 2, por meio do qual o sujeito vê como óbvios os sentidos daquilo que diz, “esquecendo-se” que os significados de suas palavras são determinados pela posição social de que fala. Este efeito de obviedade do sentido está atrelado a um apagamento histórico, de forma que aquilo que é dito parece ser a única possibilidade do dizer – uma verdade clara e imutável, ligada a uma visão da realidade segundo a qual o mundo foi, é e sempre será de uma determinada forma. Assim,

enquanto avança o conhecimento científico, estranhamente se reinventam as explicações biológicas sobre as diferenças entre mulheres e homens, conferindo valor diferenciado às características ditas masculinas e femininas, sempre hierarquizando essas diferenças com prejuízo das mulheres. (LIMA E SOUZA, 2009, p. 25).

Exemplos desta reinvenção são identificados por Beauvoir (2009), que relata que “Lineu, em seu tratado da Natureza, deixa de lado, como 'abominável', o estudo dos órgãos genitais da mulher” (p. 242); por Friedan (2001), que reuniu casos de como a geração de mulheres dos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra foram empurradas do mercado de trabalho de volta ao lar por “evidências” da verdadeira natureza feminina apresentadas pela antropologia, a sociologia e a psicologia, e amplamente divulgadas pela mídia da época; e por Cunha (1989), que, em seu resgate da história de mulheres no sistema psiquiátrico brasileiro, do início do século XX, traz à tona “uma fala médica (...) capaz de ao mesmo tempo naturalizar a opressão e a inferioridade, e valorizar a 'natureza' e o papel social a ser desempenhado por estas mulheres na gestão da 'celula mater' da sociedade” (p. 147).

Publicados em diferentes épocas e abordando períodos ainda mais distantes uns dos outros, esses textos mostram algumas situações em que a pesquisa e a divulgação científica sofreram interferência das práticas ideológicas do seu tempo e sua formação social, e como os efeitos de sentido gerados por seus dizeres reiteraram um sistema opressor baseado na oposição binária entre gêneros. No Brasil do século XXI, porém, como a ciência e a divulgação científica naturalizam diferenciações entre masculino e feminino? Esta é a pergunta que norteia a análise discursiva da reportagem Homens x mulheres: por que eles estão ficando para trás?, apresentada a seguir.

O BIOLÓGICO NO DISCURSO SOBRE GÊNERO DA SUPERINTERESSANTE: UMA ANÁLISE

No quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso, por formação imaginária entende-se uma série de suposições feitas pelo sujeito e por seu interlocutor sobre as condições de produção de um determinado discurso no momento de sua enunciação. Assim, aquele que fala se pergunta quem é para falar daquela forma, com quem fala, sobre o que fala e quais são as impressões de quem lhe escuta, enquanto aquele a quem



se dirige o discurso faz o mesmo a partir de sua posição social. Conforme Orlandi (2009, p. 40), os “mecanismos de funcionamento do discurso repousam no que chamamos formações imaginárias”, o que equivale a dizer que “não são os sujeitos físicos nem seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções.”.

No caso do repórter de Superinteressante, podemos inferir que ele enxerga a si mesmo como um igual do leitor, alguém da mesma classe social, da mesma faixa etária, porém, com um entendimento maior sobre determinados assuntos. A aproximação deste conhecimento é o que Superinteressante vende para seu público, composto por quase dois milhões de leitores, dos quais 54% são do sexo masculino e 29% tem de 25 a 34 anos, principal faixa etária atingida pela revista, muito embora a linguagem adotada, com frequentes gírias e referências a ícones da cultura pop, sugira um público mais jovem, como os 20% de leitores que tem de 20 a 24 anos. O portal Publiabril detalha, ainda, a classe social a qual pertence seu público leitor: 58% são da classe B, enquanto a classe A representa 24% dos leitores e a classe C, 18%. Logo, de acordo com as normas do mercado, o jornalista da Superinteressante se dirige a um público jovem, predominantemente do sexo masculino, e pertencente à classe média ou classe média alta.

Entre os assuntos que a revista considera de interesse do seu público, estão a participação de empresas privadas no regime nazista (maio/2014), os usos medicinais da maconha (outubro/2014) e a suposta presença de alienígenas na Terra (setembro/2013). As três matérias publicadas nos últimos dois anos foram reportagens de capa, assim como a que analisamos neste artigo. Podemos constatar, portanto, que Superinteressante vê os relacionamentos entre homens e mulheres como um assunto tão complexo e interessante quanto tramas políticas, drogas e vida extraterrestre.

Com base em Guimarães (2014), pode-se afirmar que a revista se inscreve em uma formação discursiva (FD) sexista – não necessariamente machista –, que tem como base formações imaginárias distintas para cada um dos gêneros. Mussalim (2003, p. 125) que explica que, na Análise do Discurso desenvolvida por Pêcheux, as FDs, regidas pelas formações ideológicas, constituem o lugar em que ideologia e discurso se encontram. Em suas palavras:

Como uma FD é um dos componentes de uma formação ideológica específica, o fechamento, o limite que define uma formação discursiva é instável, pois ela se inscreve em um espaço de embates, de lutas ideológicas. Assim, uma FD não consiste em um limite traçado de maneira definitiva; uma FD se inscreve entre diversas formações discursivas, e a fronteira entre elas se desloca em função dos embates da luta ideológica, sendo esse embates recuperáveis no interior mesmo de cada uma das FDs em relação. (MUSSALIM, 2003, p. 125)

SD1: “Ela não queria que seus filhos crescessem achando que eram diferentes. Por isso, educou o menino e a menina da mesma maneira: vestiu-os com roupas iguais, deu bonecas para o filho e carrinhos para a filha. Certo dia ela entrou no quarto da menina de 3 anos e a flagrou brincando. No colo estava um caminhãozinho de brinquedo que a menina ninava de um lado para o outro dizendo: 'Não chore, carrinho. Vai ficar tudo bem.'” A história é de uma paciente de Louann Brizendine, neurobióloga de Harvard. E serve para deixar bem claro: sempre há alguma diferença entre os sexos. Infelizmente nem todas as distinções são tão óbvias quanto carrinhos e bonecas.



SD2: Ou seja, a ideia de que mulheres são frágeis e homens são audaciosos pode ser apresentada aos meninos pelas próprias mães. Mas essa, claro, não é a única diferença.

Ao dizer que “sempre há alguma diferença entre os sexos” a revista marca uma posição que também se faz presente no “claro” da SD2: homens e mulheres são essencialmente distintos uns dos outros, sempre foram e sempre serão, e isto é algo que é evidente para todos. Para Superinteressante, tentativas de promoção da igualdade entre os sexos são inúteis, já que “sempre há” algo para diferenciá-los, o que é desejável segundo o discurso da revista, que lamenta que “[i]nfelizmente nem todas as distinções são tão óbvias quanto carrinhos e bonecas”. Para exemplificar as diferenças entre os sexos, a revista usa a história de uma mãe que tentou, em vão, criar seus dois filhos, um menino e uma menina, de maneira igual. A história não é relatada diretamente pelo repórter, mas atribuída à neurobióloga Louann Brizendine. Conforme analisado em Guimarães (2014):

Moretzsohn (2007) identifica o uso das aspas como uma demonstração de uma suposta imparcialidade da imprensa, que, assim como a premissa de ouvir os dois lados de uma história, “vai no mesmo sentido da assepsia, como se a atribuição de uma informação a uma fonte eximisse o jornalista (e/ou o jornal) de responsabilidade sobre essa mesma informação e, mais ainda, como se esse procedimento fosse isento de intencionalidade”, mas explica que “estudos no campo da análise de discurso (por exemplo, Authier-Revuz, 1990; Orlandi, 1983, 1996) (...) demonstram o processo de ocultamento do sujeito através desse recurso, que costuma ser um alibi para os próprios jornais, capazes assim de esconderem os mecanismos de seleção e ênfase das declarações” (p. 187).” (GUIMARÃES, 2014, p. 51)

As aspas são utilizadas também numa tentativa de conter o deslizamento de sentidos, de facilitar a identificação dos leitores com o que está sendo abordado na matéria. No caso, as aspas foram usadas para “deixar bem claro” que existe uma fronteira entre meninas “frágeis” e meninos “audaciosos”. Porém, em que momento se constitui esta divisão? Na SD2, a influência do meio social aparece por meio da figura da mãe – em oposição à figura do pai, que, na divisão sexual do trabalho, não é responsável pela criação dos filhos. Porém, logo em seguida o papel da cultura e da sociedade é relegado a segundo plano, quando a matéria afirma que “essa, claro, não é a única diferença”. Relacionada à área de pesquisa da especialista consultada pelo jornalista, a neurobiologia, e às SDs seguintes é possível entender que as outras diferenças são determinadas pela natureza a partir do momento em que o óvulo é fecundado por um espermatozoide portador de um ou outro cromossomo.

SD3: E, se você é uma mulher, saiba que é mais vitoriosa ainda, porque é muito mais comum um óvulo ser fecundado por um espermatozoide masculino do que por um feminino: calcula-se que para cada 100 óvulos fertilizados por um espermatozoide com o cromossomo X, existam outros 170 fertilizados com o cromossomo Y. (...) Assim, logo de cara vão por água abaixo todas as esperanças de igualdade entre os sexos: desde o início a mãe natureza cuida de tratar cada gênero de maneira diferente.

SD4: É o que acontece com os portadores da síndrome de insensibilidade a andrógenos. Eles têm cara, corpo e comportamento de mulher, mas carregam o cromossomo Y.

SD5: “Ou seja, os homens são o sexo frágil quando nascem - e a culpa é das mulheres”.



Na SD3, Superinteressante atribui à natureza a frustração de “todas as esperanças de igualdade entre os sexos”, já que desde o início ela “cuida de tratar cada gênero de maneira diferente”. Novamente, é a figura da mãe que é evocada: embora faça referência a uma expressão comumente utilizada, ao associar a mãe natureza com a desigualdade de fecundação dos óvulos, logo após dizer que as diferentes expectativas para cada gênero são “apresentada[s] aos meninos pelas próprias mães”, a revista traz à tona a imagem da mulher como responsável pela reprodução dos papéis de gênero. Esta responsabilização das mulheres torna a aparecer na SD5, que diz respeito à rejeição de embriões com o cromossomo Y dentro do útero. No discurso da revista, vemos uma intercambialidade entre indivíduos – com suas personalidades – e seus organismos. Podemos, aqui, retomar Beauvoir e seus exemplos da representação da mulher na ciência:

Em seu livro *Le tempérament et le caractère*, Alfred Fouillé pretendia, outrora, definir toda mulher a partir do óvulo e o homem a partir do espermatozoide; muitas teorias, ditas profundas, assentam nesse jogo de analogias duvidosas. Não se sabe muito bem a que filosofia da Natureza esses pseudopensamentos se referem. [...] Suponho, antes, que flutuam nesses espíritos brumosos sobrevivências da velha filosofia medieval, segundo a qual o cosmo era o exato reflexo de um microcosmo: imagina-se que o óvulo era um homúnculo feminino e a mulher, um óvulo gigante. (BEAUVOIR, 2009, p. 45)

A equivalência entre organismo e comportamento reaparece na SD4, em que é comentada a síndrome de insensibilidade a andrógenos, que daria a pessoas que carregam o cromossomo Y não apenas cara e corpo, mas “comportamento de mulher”.

SD6: ...eles vão para a engenharia, elas vão para a psicologia, como se fossem geneticamente predestinados para isso.

SD7: E eis o problema: computação e engenharia são as áreas que pagarão os melhores salários nos próximos anos. Já as mulheres preferem profissões que historicamente pagam mal. E assim se explica, em parte, por que as mulheres continuam ganhando menos - elas gostam de carreiras que pagam menos.

SD8: Mas todos esses estudos ignoram um aspecto importante: as pessoas não esperam que mulheres sejam agressivas e competitivas. Outras pesquisas mostram que, quando elas são gananciosas e começam a subir de cargo, as pessoas deixam de gostar delas. Para um homem, o fato de ser bem-sucedido o torna um cara bacana e admirável. Para uma mulher, basta ela virar chefe para que as pessoas comecem a enxergá-la com desconfiança. 'Sucesso e admiração caminham juntos nos homens, mas não nas mulheres. Todas nós sabemos que isso é verdade', disse Sheryl Sandberg, COO (chefe de operações) do Facebook, em uma apresentação no fórum de tendências TED.

SD9: ...em 56 estudos que analisaram o número de palavras ditas em conversas informais, os homens falaram mais em 24 deles - as mulheres só ganharam em dois casos. (Milhares de mulheres respiram aliviadas neste momento.) A fala, como tantas outras coisas, é definida pelo status social - e o dos homens continua mais alto.



A ligação do comportamento ao biológico torna a aparecer em “geneticamente predestinadas”. É por causa desta determinação genética que mulheres “gostam” e “preferem” carreiras que pagam menos, como marcado na SD7.

A influência do social se faz presente na SD8, que emprega as aspas como maneira de conferir credibilidade ao texto através da opinião de um especialista: a executiva do Facebook que ilustra a constatação de que mulheres bem-sucedidas são vistas com desconfiança. As diferentes expectativas para cada gênero também aparecem na fala “definida pelo status social”, cujo masculino “continua mais alto”, e na preferência histórica de mulheres por áreas que pagam menos. Porém, nas SDs 10, 11 e 12 seguintes, a revista reforça a importância do biológico, utilizando como exemplo o comportamento de crianças (o que já demonstra a filiação a uma determinada formação discursiva, uma vez que as crianças são entendidas como não afetadas pelo meio).

SD10: Meninos simplesmente não conseguem ficar quietos. E isso tem a ver com o amadurecimento cerebral mais lento nos primeiros anos de vida. A questão aqui é o que os cientistas chamam de controle de inibição. [...] 'A vantagem do controle de inibição das meninas é a maior diferença entre os sexos nas crianças dos 3 aos 13 anos', diz Lise Eliot, neurocientista da Universidade Rosalind Franklin, em seu livro *Pink Brain, Blue Brain* (Cérebro Rosa, Cérebro Azul; sem tradução no Brasil). Essa diferença é crítica porque abrange boa parte da vida escolar. E o colégio exige dos alunos exatamente aquilo que os meninos mais têm dificuldade de fazer: sentar quietos, concentrar-se. Há estudos que mostram que os meninos têm até mais dificuldade em aprender a levantar a mão antes de falar na sala de aula. Não é à toa que há anos as meninas vão melhor na escola, inclusive em matemática, uma matéria na qual homens supostamente têm uma vantagem inata.

SD11: Os meninos continuam correndo. A professora os chama de novo. Apenas na terceira vez, porque os meninos não têm controle de inibição, eles obedecem. Essa cena fictícia, um pouco caricatural, mostra uma característica importante que os meninos aprendem cedo: desafiar a autoridade. (...) As professoras permitem que os meninos as interrompam mais. De fato, uma pesquisa do Centro Psicobiológico de Pittsburgh mediu os níveis de cortisol (o hormônio liberado em situações de estresse) no sangue de crianças entre 7 e 16 anos e concluiu: eles se estressam muito mais com autoridade do que elas.

SD12: Meninas falam mais cedo - e usam mais palavras para se comunicar, já a partir do primeiro ano de idade. Também conversam com frases mais complexas ("Me dá boneca", em vez de só "Bola"), o que rendeu a elas a fama de matracas...

“Simplesmente não conseguem ficar quieto”, “amadurecimento cerebral”, “colégio exige justamente aquilo que eles mais têm dificuldade de fazer” – os meninos, na SD10, são apresentados como vítimas do sistema escolar, mas também como possuidores natos de características não apreciadas em sala de aula. O comportamento masculino é incentivado pelas professoras – novamente, pertencentes ao sexo feminino, assim como as professoras da SD11 –, que “permitem que os meninos as interrompam mais”, mas é também algo inevitável. Devido a uma demora no desenvolvimento do cérebro, exemplificada na SD10, eles “simplesmente” são mais agitados. Logo, é natural que se cobre um temperamento mais calmo e silencioso das meninas, uma vez que eles têm até mesmo “mais dificuldade em aprender a levantar a mão antes de falar na sala de aula”. Por consequência, “eles se estressam muito mais com autoridade do que elas”. No discurso da revista, a personalidade desafiadora tradicionalmente associada ao sexo masculino é uma inevitabilidade, causada pela sua biologia e confirmada pelo meio social, representado sempre por figuras femininas.



É justamente esse efeito de evidência, de naturalização dos sentidos, que atesta o funcionamento da ideologia no discurso. Conforme Pêcheux ([1975] 1998, p. 160): “É a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve...”, e, neste caso, o que é o comportamento de um menino e de uma menina. São efeitos de sentidos que se constituem em uma determinada conjuntura sócio-histórica, mas que por suas condições de circulação no âmbito do jornalismo científico, são percebidas como evidências, inequívocas, como se o sentido não pudesse ser outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ter-se anteriormente identificado o discurso de Superinteressante como filiado a uma formação discursiva sexista, não é verdade que a revista se encaixa cem por cento nesta FD. Da mesma forma, também não é verdade que a revista não se inscreve em uma formação discursiva machista, como podemos ver, por exemplo, na SD5, que responsabiliza as mulheres por um problema masculino, embora tampouco seja possível dizer que o machismo domina todos os dizeres da revista. Afinal,

Como uma FD é um dos componentes de uma formação ideológica específica, o fechamento, o limite que define uma formação discursiva é instável, pois ela se inscreve em um espaço de embates, de lutas ideológicas. Assim, uma FD não consiste em um limite traçado de maneira definitiva; uma FD se inscreve entre diversas formações discursivas, e a fronteira entre elas se desloca em função dos embates da luta ideológica, sendo esses embates recuperáveis no interior mesmo de cada uma das FDs em relação. (MUSSALIM, 2003, p. 125)

Se levadas em consideração outras matérias publicadas pela revista, são encontrados sinais de outras formações discursivas não compatíveis com o sexismo da reportagem analisada. Porém, em *Homens x mulheres: por que eles estão ficando para trás?*, a diferenciação entre os sexos é aceita como natural e valorada positivamente. Isto é feito também por meio de comentários sobre fatores sociais, como a escola e a família, ambas as instituições representadas por mulheres, mas é principalmente por meio do discurso da medicina e da biologia que as distinções entre homens e mulheres são colocadas como inevitáveis por Superinteressante. Assim, torna-se possível afirmar que:

o principal dentro do discurso da revista é a forma como a ciência é usada de maneira a não questionar, mas a confirmar estereótipos de gênero. Isto é feito, em primeiro lugar, através dos temas e pesquisas escolhidos. A partir do momento em que uma matéria chamada *Homens x mulheres – Por que eles estão ficando para trás?* não apenas é escolhida em uma reunião de pauta, mas ganha espaço na capa, Superinteressante já deixa claro que acredita que homens e mulheres possuem alguma diferença essencial e que existe uma espécie de competição entre os sexos. No lugar de opiniões divergentes a respeito da existência dessas diferenças e da forma como elas se produzem, abrangendo diferentes tipos de visões acadêmicas, o que estaria de acordo com os princípios do jornalismo, a revista opta por valorizar determinados campos, como a biologia e a psicologia evolutiva, que procura ligar características mentais ao processo de seleção natural. As áreas que encontram espaço nas matérias são também as que gozam de mais prestígio entre o público, as que são mais facilmente reconhecidas como “ciência”. Logo, é também uma questão de lucro que uma revista de jornalismo científico dê preferência para aquilo que é percebido como ciência por seus leitores. (GUIMARÃES, 2014, p. 69-70)



As análises permitem afirmar, então, que, para Superinteressante, a influência do social é um fator existente nas questões relativas a gênero, mas um fator secundário e gerado pelas próprias mulheres prejudicadas por ele. Por razões financeiras, mas também por uma formação imaginária não necessariamente consciente da ciência como lugar apenas das ciências naturais altamente difundidas, a revista atribui à genética e à biologia como um todo a responsabilidade pelos papéis assinalados para homens e mulheres em nossa formação social. Assim, a formação discursiva principal no discurso de Superinteressante é uma FD naturalista, que enxerga o comportamento humano como determinado pela natureza e, portanto, não sujeito a mudanças significativas.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. Loucura, gênero feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 9, n° 18, p. 121-144, agosto-setembro, 1989.
- FRIEDAN, Betty. The feminine mystique. Nova York: Norton, 2001.
- GUIMARÃES, Eduardo (org.). Produção e circulação do conhecimento: estado, mídia, sociedade. Vol. 1. Campinas: Pontes, 2001.
- GUIMARÃES, Eduardo (org.). Produção e circulação do conhecimento: política, ciência, divulgação. Vol. 2. Campinas: Pontes, 2001.
- GUIMARÃES, E.M. Homens e mulheres na Superinteressante: o discurso sobre os papéis sociais de gênero no jornalismo científico. Monografia (Comunicação Social – Jornalismo), Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2014.
- MORETZSOHN, Sylvia. Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Cristina (Org.). Introdução à linguística: domínios e fronteiras, vol. II. São Paulo: Cortez, 2003.
- OLIVEIRA, Fabíola de. Jornalismo científico. São Paulo: Contexto, 2012.
- ORLANDI, Eni. Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. Rua, Campinas, n° 4, p. 9-19, 1998.
- _____. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2009. p. 59-92.
- ORMANEZE, Fabiano. A biografia como divulgação científica: uma análise de discurso da coleção “Grandes cientistas brasileiros”. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2013. Dissertação (Mestrado), Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, François; HAK, Tony (Org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 61-159.
- _____. [1975]. Discurso e ideologia (s). In: Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. p. 141-185.
- _____. O discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990.

SITES CONSULTADOS

SUPERINTERESSANTE. Homens x mulheres: por que eles estão ficando para trás?. ed. 292, jun. 2011. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/cotidiano/homens-x-mulheres-eles-estao-ficando-632124.shtml>>2010.

GUIMARÃES, E. M.; DA SILVA, S. D. Cromossomos X e Y: o social e o biológico no discurso sobre gênero na superinteressante. **Revista Científica Ciência em Curso** – R. cient. ci. em curso, Palhoça, SC, v. 4, n. 2, p. 85-96, jul./dez. 2015.



Abstract: *First published in the late 1980's as a Brazilian version of the Spanish magazine *Muy Interesante*, *Superinteressante* runs stories about history, behavior, science and technology. Among the subjects more frequently approached by the magazine are matters related to gender and sexuality - themes that have been integral to 58 stories through the years of 2011 and 2012. Through the analysis of one of these stories, *Homens x mulheres: por que eles estão ficando para trás?* (june/2011) this article intends demonstrate how the biological and the social are represented in *Superinteressante's* discourse on gender roles in society. Using the method of *Discourse Analysis* developed by Michel Pêcheux, the article aims to make explicit the effects of meaning generated by the discourse adopted by the magazine not only in regards to men and women, but also in regards to science.*

Keywords: *discourse analysis, science journalism, gender*



SOMOS TODOS AMARILDO: O DISCURSO JORNALÍSTICO DO DIÁRIO CATARINENSE E DA GAZETA DA OCUPAÇÃO¹

Bianca Queda Costa²

Giovanna Benedetto Flores³

***Resumo:** A Ocupação Amarildo de Souza começou na madrugada do dia 16 de dezembro de 2013. Pelo seu caráter inusitado, foi considerada a primeira invasão rural-urbana de Santa Catarina, o que levou a grande mídia a olhar para esse movimento. Este artigo tem por proposta pensar como a Ocupação Amarildo de Souza foi construída pelo Jornal Diário Catarinense e pela Gazeta do Amarildo. Estaremos analisando discursivamente os dois jornais e como se deu o processo de significação da reforma agrária dentro do movimento.*

***Palavras-chave:** discurso jornalístico, Ocupação Amarildo de Souza, reforma agrária*

SOBRE A OCUPAÇÃO

Na madrugada do dia 16 de dezembro de 2013 um grupo de manifestantes, com cerca de 50 pessoas entre adultos e crianças, acamparam em um terreno, no bairro Vargem policiais envolvidos no desaparecimento de Amarildo. O caso tornou-se símbolo para protestos contra abuso de autoridade e violência policial. Na Capital catarinense, Amarildo de Souza é o nome que impulsiona o movimento com o lema “Somos todos Amarildo”.

Após três meses de acampamento, em Florianópolis, no dia 16 de março de 2014, conforme um cadastro feito no local pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária, descobriu-se que o movimento contava com presença de 725 famílias que reivindicam não somente moradia, mas o uso coletivo do solo. A disputa seria então por “terra, trabalho e teto”. Segundo o professor de história da UFSC, Paulo Pinheiro Machado, em entrevista ao Diário Catarinense, o problema que se agrava na Ocupação “refere-se à moradia, a alta dos preços dos imóveis. A ocupação Amarildo é formada por uma população vinda do campo, que atualmente vive com empregos urbanos, sobretudo na construção civil, e que demanda moradia, mas também combina elementos agrários”.

¹ Monografia defendida em 2014, no curso de Jornalismo da Unisul, em Santa Catarina.

² Bacharel em Jornalismo, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, na Unisul/SC

³ Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem e do Curso de Graduação em Jornalismo da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). Jornalista (Unisinos/RS) Mestre em Ciências da Linguagem (Unisul/SC) e Doutora em Linguística (Unicamp/SP). Integrante dos grupos de pesquisas (CNPq) Discurso, Cultura e Mídia e em Produção e Divulgação do Conhecimento. gbflores@gmail.com



No dia 7 de fevereiro de 2014 aconteceu a audiência conciliatória no Fórum Desembargador Eduardo Luz, no Centro da Capital. Na reunião participaram: o juiz agrário Jefferson Zanini; o líder do movimento Rui Fernando; o advogado do proprietário do terreno, Camilo Simões Filho e o ouvidor agrário, Fernando de Souza; nela foi decidido que a Ocupação Amarildo deveria deixar o local até dia 15 de abril, decisão final sobre o assunto.

Pequena, às margens da SC-401, em Florianópolis¹. O objetivo do movimento era denunciar o descumprimento do direito constitucional à moradia, conforme entrevista de Rui Fernando da Silva, porta-voz da Ocupação, ao Diário Catarinense².

O acampamento, formado inicialmente por aproximadamente 40 famílias, teve sua identidade estabelecida como Ocupação Amarildo de Souza. O nome foi dado em homenagem ao Amarildo Dias de Souza, ajudante de pedreiro, conhecido nacionalmente por seu desaparecimento. No dia 14 de julho de 2013, Amarildo foi detido por policiais militares e conduzido da porta de casa, na Favela da Rocinha, Rio de Janeiro, até a sede da Unidade de Polícia Pacificadora e após essa data ninguém mais o viu. No dia 04 de outubro de 2013 a Justiça decretou a prisão preventiva dos dez

A OCUPAÇÃO COMO NOTÍCIA

A ocupação Amarildo foi considerada a primeira invasão rural-urbana de Santa Catarina. Nunca houve registros de reivindicações de reforma agrária dentro de uma área urbana no Estado. Esse fato faz com que Ocupação tenha um caráter inusitado e comece a ser retratada pelos jornais impressos como notícia.

Traquina (2008), fundamentado nos estudos do teórico Mauro Wolf, realiza uma análise acadêmica sobre os valores-notícia. Assim como Wolf, Traquina faz a distinção entre valores-notícia de seleção e valores-notícia de construção. Valores-notícia de seleção consistem “na decisão de escolher um acontecimento como candidato a sua transformação em notícia e esquecer outro acontecimento” (TRAQUINA, 2008, p. 78). Já os valores-notícia de construção “funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário.” (TRAQUINA, 2008, p. 78).

Para Traquina (2008, p. 78) há dois subgrupos nos quais os valores-notícias de seleção estão divididos: critérios substantivos e critérios contextuais. Os critérios substantivos são as características que um fato deve apresentar para ser ou não notícia. São elas conforme Traquina (2008, p. 80-85), a morte, a notoriedade “nome e posição da pessoa influenciam para ser notícia”; a proximidade “sobre tudo em termos geográficos, mas também culturais”, a relevância “acontecimentos que têm impacto na vida das pessoas” (TRAQUINA, 2008, p. 80), a novidade; o tempo; a notabilidade

1. Diário Catarinense. Grupo invade área no Norte da Ilha. Diário Catarinense, Florianópolis, 17 dez. 2013. Geral, p. 28.

2 DA SILVA, Rui Fernando. Grupo invade área no Norte da Ilha. Diário Catarinense, Florianópolis, 17 dez. 2013. Geral, p. 28



“cobertura de acontecimentos e não de problemáticas” o inesperado “subverte a rotina e provoca um caos na sala de redação” o conflito/controvérsia que são “ruptura fundamental na ordem social” e a infração, a “violação, transgressão de regras”.

Não somente pela novidade, que Traquina (2008) considera um conceito fundamental para o jornalismo, pois “o mundo jornalístico interessa-se muito pela primeira vez” (TRAQUINA, 2008, p. 81), mas a Ocupação tem outras características pertencentes aos valores-notícia: a proximidade - localização geográfica na Capital de Santa Catarina faz com que os jornais locais de Florianópolis noticiem; a relevância – um acampamento localizado no norte da ilha de Florianópolis, uma das regiões mais valorizadas pela especulação imobiliária do Estado causa impacto na vida das pessoas e o conflito- pois a reivindicação da melhor distribuição de terras é uma ruptura na ordem social. Assim, os critérios substantivos apresentados por Traquina (2008) evidenciam o fato da Ocupação Amarildo de Souza começar a ser veiculada como notícia nos jornais da capital.

SOBRE OS JORNAIS O DIÁRIO CATARINENSE

No dia 5 de maio de 1986, o primeiro exemplar do jornal Diário Catarinense chegava às bancas de Santa Catarina. Inaugurado pelo Grupo RBS, foi o último projeto idealizado pelo fundador do Grupo, Maurício Sirotsky Sobrinho. O jornal impresso foi implantado exatamente sete anos depois da RBS ter instalado o primeiro canal de TV no estado catarinense. (PAULINO; OLIVEIRA, 2013, p. 5)

A tentativa era repetir o sucesso alcançado pelo jornal Zero Hora no Rio Grande do Sul. Com formato tablóide, já no primeiro ano aparecia como o quinto maior jornal do país, com uma tiragem diária de 150 mil exemplares. (PAULINO; OLIVEIRA, 2013, p. 8). Assim o DC teve sua a redação montada toda informatizada, sendo a primeira do gênero no país, o que levou o jornal a receber, no ano de 1987, o prêmio ESSO de jornalismo na categoria de melhor contribuição à imprensa.¹

No momento em que a Rede Brasil Sul inaugurou o DC, o Grupo já estava homogeneizado no Estado com a RBSTV nas principais cidades: Florianópolis, Blumenau, Joinville e Chapecó. Assim como havia a Rádio Atlântida em Florianópolis, Blumenau, Chapecó e a Itapema FM e a Rádio Diário da Manhã em Florianópolis. O DC então nasceu dentro de um grupo que detinha a maioria dos meios de comunicação de Santa Catarina. A estratégia era promover a integração do Estado pelos veículos de comunicação do grupo.

Ao longo dos anos, a RBS teve uma expansão ainda mais significativa. Em 2002, dominava a comunicação em dois Estados do Sul configurando uma forte propriedade cruzada. De Lima (2004, p. 101) explica essa propriedade cruzada: “trata-se da propriedade, pelo mesmo grupo, de diferentes tipos de mídia do setor de comunicações.

1 Diário Catarinense. Diário Catarinense completa 25 anos e inicia agenda de comemorações.. Diário Catarinense, Florianópolis. Disponível em: <http://gruporbs.clicrbs.com.br/blog/2011/05/03/diario-catarinense-completa-25-anos-e-inicia-agenda-de-comemoracoes/>. Acessado em 2 set 2014.



Por exemplo: TV aberta, TV por assinatura, rádio, jornais, revistas (...)”. A RBS apresenta-se como “a maior rede regional de TV do país com 18 emissoras distribuídas no RS e em SC, com 85% da programação da Rede Globo e 15% voltada ao público local” (RBSTV, 2012)¹. Além disso, possui ainda: vinte e quatro emissoras de rádio, oito jornais diários, quatro portais na internet, uma editora (RBS Publicações), uma gráfica (Mídia Gráfica), uma gravadora (Orbeat Music), uma empresa de marketing e relacionamento com o público jovem (Kzuka) e uma Fundação de Responsabilidade Social (Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho).

GUARESCHI e BIZ (2009, p. 71) explicam que no Brasil existe um “loteamento” da mídia, rádio e televisão, entre algumas famílias privilegiadas. Esse loteamento estaria fazendo analogia ao começo da história do Brasil, em que o território foi loteado em capitâneas e doado a determinadas famílias. Os meios de comunicação são todos apoderados por um pequeno grupo, como no caso da RBS, e eles determinam o que se pode ter acesso ou não. Segundo os autores (2009, p. 57), a presença dessas corporações facilita a transmissão de uma “mesma imagem, um mesmo e único som e, principalmente, impossibilita a pluralidade de informações”. Assim todo o conteúdo jornalístico é produzido sob a ótica de um só olhar.

A GAZETA DA OCUPAÇÃO AMARILDO

No dia 1 de fevereiro de 2014, a primeira edição da Gazeta da Ocupação Amarildo começou a circular no Terminal de Integração Centro - Ticen em Florianópolis. Foram cinco mil exemplares distribuídos naquela primeira semana do mês de fevereiro. O jornal veio a pedido dos coordenadores da Ocupação, representado na época por seis homens e seis mulheres.²

Dois dias após o início da ocupação, os militantes organizaram uma assembleia. Ali ficou decidido, por meio de um documento que os ocupantes chamaram de Manifesto do Povo Organizado, que era de extrema importância a confecção de um material impresso sobre a Ocupação. O objetivo era mostrar a versão dos fatos de dentro do movimento para a sociedade.³

O responsável pela elaboração desse jornal foi Rui Fernando da Silva Neto, filho de Rui Fernando da Silva, o porta-voz da ocupação. Rui Neto, formado em jornalismo, foi responsável por escrever, editar, redigir e diagramar todo o conteúdo jornalístico da primeira gazeta. Apenas a elaboração e edição de imagens ficou ao cargo de Pepe Pereira dos Santos, também militante e assessor de imprensa do SindSaúde Santa Catarina com Rui Fernando Neto.

¹ RBS TV. História da RBS TV. Disponível em:

<<http://redeglobo.globo.com/rs/rbstvrs/noticia/2011/12/historia.html>>. Acesso em: dia 03 set 2014.

² A coordenação da Ocupação Amarildo é estabelecida através do sistema de núcleo. A cada 10 famílias presentes no acampamento forma-se um núcleo representado por um homem e uma mulher.

³ NETO. Rui Fernando da Silva. Entrevista realizada para a aluna Bianca Queda da Unisul. Florianópolis, 23 de setembro de 2014.



As dificuldades para produzir o tabloide foram inúmeras, tendo os voluntários que conciliar a vida pessoal e profissional com a militância. Por isso, apenas uma semana antes de circular nas ruas o jornal foi confeccionado. O mais difícil, no entanto, foi a arrecadação de verbas para a impressão da gazeta. O comitê da solidariedade foi o responsável para esse trabalho. Instaurado desde a primeira assembleia da Ocupação, conseguiu juntar o valor necessário três dias antes do projeto ir à gráfica do Diário Catarinense.

A Gazeta superou as expectativas dos coordenadores que 23 dias depois, lançaram a segunda edição. Com tiragem dobrada, de 10 mil exemplares, a Gazeta foi confeccionada para a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária, realizada anualmente no mês de abril. Neste ano os ocupantes fizeram em Florianópolis uma marcha intitulada “Roleção dos Amarelos”, na Avenida Beira-Mar Norte, com a participação de aproximadamente 300 pessoas.

A produção da segunda Gazeta funcionou quase no mesmo esquema da primeira, Rui Fernando Neto esteve no comando e Pepe Pereira auxiliando, a diferença foi que nesta eles contaram com a ajuda de também duas estudantes de jornalismo militantes da causa.

ANÁLISES DOS PROCESSOS DISCURSIVOS OS VINTE E TRÊS DIAS DE SILENCIAMENTO

Um grupo de manifestantes ocupou um terreno na Vargem Pequena, às margens da SC-401, em Florianópolis, na madrugada de ontem. De manhã cerca de 50 pessoas entre adultos e crianças estavam acampadas no local. (Diário Catarinense, 2013, p. 28)

O trecho acima é o lead da primeira matéria que saiu no jornal Diário Catarinense sobre a Ocupação Amarelo, no dia 17 de dezembro de 2013, um dia após a ocupação. Medina (1988, p. 118) conceitua o lead como um apelo para chamar a atenção dos leitores, “o primeiro parágrafo da notícia, cabeça ou lançamento da matéria”. A notícia saiu na editoria Geral. Segundo Medina (1988, p. 25), “a informação é classificada em setores expressos pela divisão tradicional do próprio jornal.”

Na Análise do Discurso, Mariani (1998) conceitua esse discurso jornalístico como sendo um discurso sobre (MARIANI, 1998,), resultado do papel dos interlocutores no processo discursivo, na leitura e na interpretação.

Os discursos sobre são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no feito de linearidade e homogeneidade da memória. Os discursos sobre são discursos intermediários, pois ao falarem sobre um discurso de (“discurso de origem”), situam-se entre este o interlocutor, qualquer que seja. (MARIANI, 1998, p. 60-61).

Do ponto de vista da autora, o discurso jornalístico então em sua forma de reportagem, funcionaria como um discurso sobre, pois coloca o mundo como objetivo. Ainda na perspectiva de Mariani (1998), a imprensa tenta retratar o “mundo” para os leitores. “(...) o discurso jornalístico tem como característica atuar na institucionalização



social de sentidos. (...) contribui na constituição do imaginário social, cristalização da memória do passo, bem como na construção da memória do futuro (MARIANI, 1998, p. 61). No caso específico dessa primeira matéria sobre a ocupação, o discurso jornalístico apagou a voz dos ocupantes. Com uma matéria relatando apenas os fatos, sem aprofundamento, os sentidos do jornal foram os que ficaram dominantes, ou seja os sentidos de ilegalidade da ocupação.

A ocupação Amarildo volta a ser pauta apenas no dia 9 de janeiro de 2014. Quando o colunista Rafael Martini na coluna Visor escreveu uma nota com o título “Tensão”, que relatava:

O clima é de tenso no acampamento de famílias que ocupam há mais de 20 dias uma área às margens da SC-401, na Vargem Pequena, em Florianópolis. Os integrantes dizem que sofreram dois ataques. O último teria sido na manhã de ontem, quando uma bomba caseira foi lançada perto de uma barraca, não atingindo ninguém. O outro aconteceu nesta segunda-feira, quando tiros foram disparados numa placa de trânsito próxima. (MARTINI, 09 de janeiro 2014, p. 4)

Houve um silenciamento sobre a ocupação por parte do jornal nesses vinte e três dias. Medina (1988, p. 71) explica esse quadro pelo viés de que “as notícias predominam no dia-a-dia, carregadas da dupla função de informar/distrair.” Outras notícias foram publicadas nesse período de final de ano para distrair os leitores e esse caso ficou esquecido. Afinal, o período natalino e a virada no ano são datas festivas em que não interessa falar de ocupação. Segundo a autora, algumas notícias “procuram atingir um nível de massa dos leitores, daí a ênfase em informações sonho/realidade – matérias ditas amenas.”

Discursivamente, podemos pensar a falta de reportagem sobre a ocupação como silenciamento. Orlandi (2007) explica que o silêncio pode ser de várias formas.

[...] o silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significativo, produzindo as condições para significar; e b) a política do silêncio, que se subdivide em: b 1) silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as “outras” palavras); e b 2) o silêncio local, que se refere à censura propriamente (aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura). (ORLANDI, 2007, p. 24)

O silêncio do Diário Catarinense sobre a Ocupação Amarildo pode ser entendido como o silêncio local, conceituado por Orlandi (2007). Aos jornalistas coube não dizer sobre a ocupação, pois naquela determinada conjuntura não permitia. Após esses vinte e três dias, a nota na coluna de opinião traz as informações apenas com o recorte que interessa.

O espaço destinado às colunas dentro do jornal possibilita esse recorte. Sendo as colunas informações curtas, não necessariamente noticiosas, publicadas regularmente, elas trazem apenas as observações do próprio colunista e representam a opinião do jornal. O espaço predeterminado da coluna Visor é nas primeiras páginas do jornal, logo após o editorial. Segundo o Clic RBS, a coluna de Rafael Martins pautada pela política “é um mosaico de informações com foco em Santa Catarina, mas sempre atento ao que



acontece no país e no mundo. Com um olhar bem humorado, a coluna é publicada diariamente nas páginas dois e três do Diário Catarinense.”. Caracterizando assim que a opinião ou ponto de vista do colunista é o mesmo do jornal.

Portanto, a coluna não trabalha as informações, apenas como o que “pode interessar” para o jornal. Isso produz um efeito de verdade, recortando a notícia somente na parte que interessa.

O EFEITO DE DEBOCHE NA COLUNA POLÍTICA

Amarildo é chique: Através da placa de um dos vários veículos estacionados no acampamento armado da SC-401, batizada de ocupação Amarildo, a polícia já sabe que o dono do automóvel mora em... Jurerê. (Martini, 24 de janeiro de 2014, p. 3)

Com o título, “Amarildo é chique”, o colunista Rafael Martini buscou demonstrar através da sátira uma crítica à ocupação. No caso desta nota ao dizer que Amarildo, nome que impulsiona o movimento, é chique, o colunista está remetendo à questão da burguesia. Há um atravessamento discursivo quando a formação discursiva de sem-teto e operários é atravessada pela formação discursiva do que está na moda, ligando diretamente o chique à classe alta economicamente.

Ou seja, para o colunista, quem mora no acampamento pertence às FDs dos sem tetos, e não é possível ter no acampamento algum ocupante cujo proprietário do veículo resida em um dos bairros mais caros da Capital catarinense. Portanto, usando da ironia/sátira o colunista marca a contradição no discurso dos Amarildos.

Segundo Flores (2011) a sátira teria sua origem na satura, gênero poético latino, desaparecido no século II a.C. Deste modo, com o passar do tempo, a “sátira tornou-se uma composição de diversos temas, na forma de prosa e verso. Na poesia, faz crítica sarcástica e mordaz aos costumes sociais, possuindo como objetivo provocar ou evitar uma mudança política, social ou moral.” (FLORES, 2011, p. 111).

Com a sátira o verdadeiro foco sobre a Ocupação que são as reivindicações como: terra, trabalho e teto, a Reforma Agrária é desviado. Mariani (1998, p. 97) explica que “o discurso jornalístico, em uma discursivização do cotidiano que se apaga para o leitor para o próprio sujeito que enuncia da posição ‘jornalística’- que os mecanismos de poder vão tanto distribuindo os espaços dos dizeres possíveis como silenciando, localmente, o que não pode e não deve ser dito.” (MARIANI, 1998, p. 96-97).

O discurso sobre retorna novamente neste ponto com uma “natureza institucional” como conceitua a autora. Assim, o recorte feito dentro das notas de Rafael Martini, é interessado somente à instituição. O discurso está colado diretamente no discurso do jornal, que é o discurso capitalista. Havendo uma seleção do que pode e não deve ser dito.

O que constitui uma propriedade do discurso jornalístico então? É a submissão ao jogo de relações de poder vigentes, é sua adequação ao imaginário do ocidental de liberdade e bons costumes. É, também, o efeito de literalidade decorrente da ilusão da informatividade. Estas propriedades, no nosso entender estão no cerne da produção jornalística: são aspectos invariantes de qualquer jornal de referência. (MARIANI, 1998, p. 64) (...) os grupos sociais minoritários criam seus próprios jornais como forma de escapar desses gestos interpretativos já marcados por um interdiscurso. (MARIANI, 1998, p. 64-65).



O Diário Catarinense como qualquer jornal de referência, traz essa submissão aos jogos de poder vigentes através dessa ilusão da “informatividade”. Ainda que a produção dos textos não tenha a função de serem necessariamente noticiosos, mantém o caráter jornalístico de informações ou observações do cotidiano em notas, produzindo apenas o discurso sobre.

Ou seja, é por meio dos colunistas, que representam as posições dos veículos, dos donos da empresa jornalística, que o jornal DC vai mobilizando os sentidos sobre a Ocupação Amarildo. É por meio de sátira, da ironia que o jornal trabalha esses sentidos.

A SAÍDA DO DISCURSO SOBRE

(...) os grupos sociais minoritários criam seus próprios jornais como forma de escapar desses gestos interpretativos já marcados por um interdiscurso. (MARIANI, 1998, p. 64-65).

Para sair dessa retratação da grande mídia, a Ocupação Amarildo, aqui como um grupo social minoritário, criou seu próprio jornal como “forma de escapar desses gestos interpretativos” (MARIANI, 1998, p64). A Gazeta Amarildo narra as questões da Reforma Agrária sobre a ótica de como eles vivem dentro do Acampamento.

SD 1: Depois que rompemos as cercas pouco a pouco dezenas de famílias foram chegando à Ocupação Amarildo em busca de uma vida melhor, merecida e justa. Famílias brasileiras do povo Kaingang, que estão trabalhando na cidade também se juntaram a nós. Hoje somos 725 famílias, o caldo engrossou! (Gazeta da Ocupação, 01 de fevereiro 2014, p. 3).

SD 2: Na segunda-feira às 07:00, os companheiros e companheiras que possuem carros organizarem-se para levar as crianças alimentadas e com os documentos necessários para a escola nova. Este mutirão para garantir o transporte vai continuar até que todas as crianças recebem os passes escolares da prefeitura. (Gazeta da Ocupação, 26 de fevereiro 2014, p. 4).

SD 3: Com nossas ações fazemos deste um espaço melhor para milhares e milhares de vidas. Preservamos a natureza com a agricultura sem venenos, produzimos para comer, dar e vender (...) Lutar pelo direito à terra, trabalho e moradia é uma decisão que tomas todos os dias (Gazeta da Ocupação, 26 de fevereiro 2014, p. 3).

As informações da Gazeta servem para retratar o cotidiano dentro do acampamento, de uma maneira nada factual, ao contrário das notícias produzidas pelos grandes jornais que “predomina como notícia os “fatos da sociedade”, alguns escândalos políticos, e de vez, quando um ou outro crime.” (MEDINA, 1988, p. 52), como observamos nas manchetes do DC: Militantes de Esquerda Apoiam Invasão, 120 dos acampados recebem benefícios do governo e Crimes na ocupação. Retratam justamente os fatos, escândalos políticos e crimes. Mariani (1998) relata que na imprensa:



(...) o modo de denominar, descrever e narrar os eventos referentes aos partidos comunistas é regulado historicamente, resultado de uma memória institucional vinculada ao dizer jornalístico que ultrapassa a polêmica entre opinião/informação e a construção dos acontecimentos e não acontecimentos (MARIANI, 1998, p. 66).

As matérias divulgadas pelo DC traziam, na maioria das vezes, uma nova questão sobre os Amarildos, mas sem sair do discurso sobre, devido ao fato de que “a notícia empurra a opinião de grande parte do jornal; a necessidade de cada dia conseguir levantar um novo mar de novidades, (...) vai montar a manifestação-núcleo do jornal-notícia.”. (MEDINA, 1988, p. 53).

O recorte feito pelas matérias do DC constroem os acontecimentos pelo viés das teorias do jornalismo, ou seja, não noticiam outros acontecimentos, recortando – de modo objetivo – as atividades humanas pelo seu interesse econômico. Discursivamente, podemos pensar que “já se tem uma memória da própria instituição da imprensa, agindo na produção de notícias e conseqüentemente, no modo como o mundo é significado.” (MARIANI, 1998, p. 67). A autora entende que as instituições servem como um controle social “para modelar as práticas sociais existentes, embora, esta imposição nunca se processe de forma absoluta”. (MARIANI, 1998, p. 67). Desta maneira, a instituição imprensa modela as práticas sociais e devido a elas se estabelecerem visíveis através das práticas sociais e de circulação de seus produtos, que no caso do DC é o jornal impresso, elas são legitimadas.

[...] Observando a “comunicação referencial” por este ângulo, comunicar/informar/noticiar (na imprensa) são atos resultantes de um controle exterior, vindo do Estado e do sistema jurídico por um lado e, por outro, de um controle internalizado na própria atividade jornalística. (MARIANI, 1999, p. 53).

A atividade jornalística, exercida então na construção da Gazeta da Ocupação, constitui-se no jornal da ocupação trazendo matérias com caráter não noticioso, como já aqui conceituado a questão de notícia, para marcar de outra forma a escapar desses gestos interpretativos marcados pela formação discursiva dos jornais de referência, ou seja, a Gazeta da Ocupação funciona nos moldes do jornalismo alternativo, que surgiu nos anos 1960 no Brasil como “forma de resistência à tentativa de controle cultural empreendida pelos governos ditatoriais” (KLEIN, 2007, p. 1). O jornalismo alternativo seria as “práticas e experiências jornalísticas não alinhadas à chamada grande mídia (composta pelos setores tradicionais e predominantes da comunicação de massa) e desvinculadas de tendências, ideias ou grupos dominantes.” (SANTOS, 2013, p. 2). A Gazeta da Ocupação então assume esse caráter de alternativo quando “(...) se falar do poder é notícia, então a informação é de poucos. Sobra ao excluído o jornalismo alternativo.” (OLIVEIRA, 2010, p. 12).

Na primeira sequência discursiva, podemos analisar o índio no Brasil como sendo parte de grupos minoritários que não tem voz no país. Quando “[...] famílias brasileiras do povo kaingang, que estão trabalhando na cidade também se juntaram a nós”, o enunciado marca o reconhecimento do índio como brasileiro, evidenciando que essa família também é brasileira. Pois, na história do Brasil o índio é sempre estrangeiro, não há o reconhecimento do índio como brasileiro.



A segunda e a terceira sequência discursiva representam a marca do MST, quando demarcam o cuidado e a luta pela terra. Esses enunciados estabelecem relações interdiscursivas com o discurso do movimento MST. O discurso de Reforma Agrária teria muita importância para o MST, pois é a razão da existência do movimento. Segundo Indursky (1999), o sentido de Reforma Agrária é possível aos estudos sobre o MST, por atribuir outro sentido de terra, a terra como função social. Lutar pelo direito à terra, ao trabalho e à moradia é a base do discurso de Reforma Agrária. A terra como um meio de luta seria então o que marca os agricultores sem terra como um movimento. Querer terra para trabalhar é uma questão de luta histórica, surgida no início do século XX pelos camponeses, o direito a terra seria então uma causa daqueles que lidam diretamente com a terra, essa luta marcaria o lugar de enunciação dos sujeitos e o momento histórico-social a que estão inseridos.

A MEMÓRIA NA GAZETA

“‘Quem sabe faz a hora’: a marcha e o resultado da audiência”. O título é uma das matérias publicadas na segunda Gazeta da Ocupação. “Quem sabe faz a hora” é o refrão da música “Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores”, de Geraldo Vandré. A canção tocada no Festival de Música Popular Brasileira de 1968 ficou conhecida como uma resistência ao regime militar. (NASIF, 2010, p. 2)

A Gazeta da ocupação ao trazer esse trecho da canção estabelece relações entre os acontecimentos presentes e a uma determinada memória. Na Análise do Discurso entende-se que:

A memória discursiva ou interdiscurso (PÊCHEUX, 1975; COURTINE, 1982), é a que se constitui pelo esquecimento, na qual “fala uma voz sem nome” (COURTINE, op. cit). Aquela em que “algo fala antes, em outro lugar, independentemente” (PÊCHEUX, op. cit.), produzindo o efeito do já-dito. (ORLANDI, 2010, p. 4)

Orlandi (2007, p. 31) observa que a memória discursiva é o que “torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra.”. “Quem sabe faz a hora” então evoca a memória a partir que já foi dito na época da ditadura, produzindo um sentido de oposição no contexto atual da ocupação.

Os ocupantes retomam esse momento político do Brasil caracterizado como “punição sobre os opositores políticos, estrutura de poder hipertrofiada pelo cimento do autoritarismo, tortura como um fato cotidiano na vida nacional.” (BRASIL NUNCA MAIS, 1985, p. 53). Um período marcado pelo endurecimento e exclusão do direito do cidadão de participar, onde um sistema de repressão e controle vigorava por todo o país, inserindo-se no mesmo discurso para significar a luta deles contra a opressão da minoria. Já que o contexto social da luta travada contra a ditadura militar também passa pela questão da terra. Conforme Welch (2006, p. 62), “a ditadura não perdeu tempo em sua repressão ao movimento sindical dos trabalhadores rurais. Quase 80% dos sindicatos recém-formados tiveram seus registros cancelados.”. Segundo Medeiros



(1989), as Ligas Camponesas organização de camponeses formada pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1945, foram totalmente reprimidas durante a ditadura militar, além de terem seus principais líderes presos. Welch (1995) conceitua que as Ligas Camponesas foram um dos movimentos mais importantes em prol da melhoria das condições de vida no campo no Brasil. Questões diretamente ligadas à Reforma Agrária.

Desta forma, a memória é acionada para ressignificar um sentido já significado. A oposição contra a opressão é retomada pela memória da ditadura militar.

Retomando o trecho de Geraldo Vandré, “Quem sabe faz a hora não espera acontecer”, podemos pensar na seguinte questão: O que é fazer a hora para a Ocupação Amarelado?

Quando ocupamos a terra improdutiva, dia 16 de dezembro de 2013, sabíamos a denúncia que estávamos fazendo, de que as terras foram griladas da União, ou seja, do povo. Cabe agora aos órgãos públicos federais provarem que esta terra é nossa e pedirem reintegração de posse, para que sejamos assentados definitivamente em nossas terras. (Gazeta da Ocupação, 26 de fevereiro 2014, p. 4)

Aquela era a hora para os ocupantes. A denúncia veio às vésperas do fim do ano, quando a maioria dos órgãos públicos, em clima de festividade, postergam suas atividades para o próximo ano. O ano seguinte sendo o ano de eleições onde seriam eleitos o Presidente da República e em cada Estado o Governador, um Senador, Deputados Federais e Deputados Estaduais. O momento propício para reivindicações. Os olhares estavam voltados para o processo eleitoral. As campanhas políticas criam um clima de tensão e qualquer reação partidária resultaria nas urnas. Ainda que a ocupação fosse um grupo minoritário, o cenário estava favorável para que políticas públicas de moradias fossem colocadas em pauta. A hora era aquela para os Amarelados. O discurso de uma ocupação urbana reivindicando “terra, trabalho e teto” produziria então um gesto político.

REFERÊNCIAS

- INDURSKY, Freda. De ocupação a invasão: efeitos de sentido no discurso. In: *Os Múltiplos Territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.
- INDURSKY, Freda. Discursos de aliança com trabalhadores brasileiros diante dos processos eleitorais – 1914-1916. In: *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.
- INDURSKY, Freda. Lula Lá: *Estrutura e Acontecimento*. In: *Organon* 35. Volume 17, número 35, 2003.
- FLORES, Giovanna Gertrudes Benedetto. *Os Sentidos De Nação, Liberdade E Independência na Imprensa Brasileira (1821-1822) e A Fundação Do Discurso Jornalístico Brasileiro*. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- GUARESCHI, Pedrinho, BIZ, Osvaldo. *Mídia & Democracia*. Porto Alegre: Evangraf, 2009.
- KLEIN, E. J. da C. - Jornalismo alternativo: quando um modo de dizer e fazer é resistência. In: *XI Colóquio Internacional sobre a Escola Latino-Americana de Comunicação*, 2007, Pelotas/RS. Resumos e trabalhos completos Celacom 2007, 2007. v. 11. Endereço eletrônico: <http://encepcom.metodista.br/mediawiki/images/6/63/GT1-_05-_Jornalismo_alternativo-_Eloisa.pdf>.



- MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). IN: ORLANDI, Eni Pucinelli (org.). *Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2003.
- MARIANI, Bethania. *Discurso e instituição: a imprensa*. IN: RUA - Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. Campinas: UNICAMP, n. 5, 1999. p. 47-61.
- MARIANI, Bethânia. Imprensa, produção de sentidos e ética. IN: *Mídia e Memória: a produção de sentidos no meio de comunicação*. Organizadoras Ana Paula Goular Ribeiro, Lucia Maria Alves Ferreira. Rio de Janeiro. Mauad X, 2007.
- MARIANI, Bethânia. *O PCB e a Imprensa: O comunismo imaginário, práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- PAULINO, Rita de Cássia Romeiro e OLIVEIRA, Vivian Rodrigues de. A tecnologia como norteador das mudanças nos processos de produção jornalística do impresso ao tablets. In: *o 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013*. Anais. Ouro Preto: UFOP, 2013. Disponível em: <http://www.ufop.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-digital/a-tecnologia-como-norteador-das-mudancas-nos-processos-de-producao-jornalistica-do-impresso-ao-tabletes>. Acessado 06 set 2014.
- SANTOS, Pedro Lucas Oliveira dos. *Imprensa alternativa: discutindo o conceito*. Alterjor. ano 4, v. 2, n. 8, jul./dez/2013.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. V.2. Florianópolis: Insular, 2005.
- OLIVEIRA, Dennis de - *O jornalismo alternativo na contemporaneidade*. In Revista Alterjor; Ano 1, v. 1, n. 1. Jan./jun. 2010.
- ORLANDI, Eni Pucinelli. 6. ed. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Unicamp, 2007.
- ORLANDI, Eni Pucinelli. *A contrapelo: incursão teórica na tecnologia - discurso eletrônico, escola, cidade*. RUA [online]. 2010, no. 16. Volume 2 - ISSN 1413-2109.
- Welch, C.A., *Movimento sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores do campo do século XX*, Lutas e Resistências, 1, 2006. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/revista/ae/ae160-75.pdf>. Acessado: 06 outubro de 2014.
- _____. *Realidades e Ilusões no Brasil: parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios*. Petrópolis: Editora Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1979.
- _____. *História da Literatura Brasileira*; Tomo I. Rio de Janeiro: Editora Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2001.
- _____. *Introdução a Doutrina contra Doutrina*. Org. Alberto Venâncio Torres. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão – tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. São Paulo: Difel, 1982.

Abstract: *The Amarildo de Souza Occupation began on the evening of December 16, 2013. Its uniqueness - the occupation was considered the first rural-urban invasion of Santa Catarina - aroused the mass media interest. This work proposes to reflect in how Amarildo de Souza Occupation was built by Diário Catarinense Newspaper and by Gazeta do Amarildo. The aim is to analyze discursively both newspapers to see how the meaning process of agrarian reform was made.*

Keywords: *Journalistic discourse; Amarildo de Souza Occupation; Agrarian reform.*



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO: AS MARCAS LINGUÍSTICAS NO DISCURSO DO MIGRANTE¹

Luci Schmoeller²

Resumo: *A modernidade empurrou o sujeito do campo para o interior das cidades em busca de uma vida melhor. O sujeito que migra experimenta novas relações com o lugar de origem e com o lugar para onde vai. Este trabalho propôs-se a discutir o descentramento da identidade, que é próprio do sujeito moderno e sua relação com o lugar, através da análise descritiva das marcas linguísticas presentes no discurso. O que será apresentado é resultado da entrevista com uma migrante do campo, radicada, atraída pela crescente oferta de empregos devido à industrialização da cidade. O método utilizado foi o da Análise do Discurso (AD). Os resultados desta pesquisa evidenciaram um sujeito que ressignifica o lugar e se autorresignifica, ao mapear suas experiências de vida na cidade e no campo. que pouco distancia o sujeito da divulgação da simples reprodução do que encontra.*

Palavras-chave: Lugar. Modernidade. Linguagem. Migração. Autorreferenciação.

As adversidades do mundo moderno empurraram muitos homens do campo para longe de suas terras. À procura de uma vida melhor, saíram com seus filhos, uma bagagem, algum dinheiro no bolso, ou nenhum, em direção aos centros urbanos. Para trás, deixaram a segurança, seus costumes, seus vizinhos, seu lugar. Esta experiência certamente impôs uma profunda mudança no modo de ser desses homens do campo e no seu imaginário acerca do lugar ao qual pertencem. Num lugar diferente, com costumes diferentes, tornaram-se pessoas diferentes do que eram. Este trabalho faz parte dos estudos feitos para a dissertação de mestrado que foi buscar indícios dessa mudança no discurso desses migrantes³ para discutir o sentimento de deslocamento e de liquidez⁴ que a modernidade suscitou na identidade do sujeito moderno.

Sabemos que o homem está de alguma forma atrelado à terra, pois ninguém pode estar fora ou além da geografia, e que as mudanças sociais levaram o homem do campo a se fixar nos grandes centros urbanos. Se fôssemos distribuir os conceitos “rural” e “urbano” no espaço, eles se fixariam em dois extremos. O sujeito do campo também se situa em oposição ao homem da cidade, e vice-versa. Certamente, o sujeito migrante, na nova terra, modifica-se e, assim, modifica também o outro. Contudo, nosso foco será o homem do campo num contexto urbano.

¹ Este trabalho é resultado parcial da dissertação de mestrado em Filosofia da Linguagem pelo programa de pós-graduação em Linguística da UFSC.

² Doutoranda em Educação (UDESC), Mestre em Linguística (UFSC), professora de Língua Portuguesa.

³ O termo “migrante” é utilizado aqui para referir-se ao homem do campo que sai de sua terra e radica-se na cidade. A preferência por este termo deu-se devido à recorrência desta denominação nas leituras que fiz acerca do tema.

⁴ “O que todas as características dos fluidos mostram, em linguagem simples, é que os líquidos, diferentemente dos sólidos, não mantêm sua forma com facilidade. (...) Os fluidos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la.” (BAUMAN, 2001, p. 9) O conceito “liquidez” foi utilizado por Bauman como metáfora para caracterizar a flexibilidade das relações e da identidade do homem moderno.



Stuart Hall, quando abordou a migração Caribenha para a Grã-Bretanha no pós-guerra, trouxe à tona a questão da migração como luz esclarecedora das complexidades que são a nação e a identidade numa era de globalização crescente. Trouxe como foco a relação de pertencimento dos migrantes com a terra de origem: “os assentamentos negros na Grã-Bretanha não são totalmente desligados de suas raízes no Caribe” (HALL, 2003, p. 26). Os migrantes, com suas histórias de vida, suas características, suas identidades, são modelos da liquidez da identidade, característica do panorama da modernidade. Estudar essas experiências é um importante passo para buscar descrições acerca de quem somos, tem uma dimensão filosófica que ultrapassa a perspectiva de fenômenos sociais, ajuda-nos a nos situar nos contextos das nossas relações.

Sendo assim, este trabalho teve como objetivo discutir o descentramento que é próprio do sujeito moderno, através da análise descritiva do discurso do sujeito migrante, identificando as marcas linguísticas que configuram a identidade do homem do campo inserido no contexto urbano e o descentramento da identidade experimentado pelo migrante. Para atingir o objetivo proposto, pautamo-nos nos métodos de análises utilizados pela Análise do Discurso (AD), que estuda a linguagem levando em consideração o sujeito e o contexto no qual está inserido. Interessou-nos, aqui, procurar indícios da identidade dos sujeitos que proferem seus discursos na linguagem que utilizam para falar de si.

A CONSTRUÇÃO DO SUPORTE TEÓRICO

No início do século XX, Saussure inovou os estudos sobre a linguagem, constituiu a língua como objeto da linguística. Apesar de afirmar o caráter social, coletivo da língua, suprime qualquer relação da língua com o mundo, o sujeito e relações entre sujeitos. Ao dicotomizar língua/fala, ele separa o aspecto abstrato da linguagem, isto é, o social, do concreto, ou seja, individual. Não se colocava a questão da subjetividade.

Emile Benveniste, considerado o representante principal da teoria da enunciação, trouxe ideias inovadoras para a linguística, como a suposição da articulação dos sujeitos e a estrutura da língua. Apesar de sua semântica ser pautada em princípios estruturais, apresentou meios de tratar a enunciação, baseados no homem na língua. Apresentou um modelo de análise da enunciação em que os interlocutores referem e co-referem na atribuição de sentido às palavras. Isso possibilita o entendimento da categoria de pessoa e dos conceitos de intersubjetividade, básicos em sua teoria.

Benveniste (1989) conceitua a enunciação como uma relação do locutor com a língua: o locutor se apropria da língua pondo-a em funcionamento. Ele trata a questão do sujeito - para ele o sujeito da enunciação - como uma questão linguística: a enunciação é uma relação do sujeito com a língua. O sujeito dela se apropria, pondo-a em funcionamento. Segundo ele, o homem se constitui como sujeito na e pela linguagem, entendida a subjetividade como a capacidade do locutor para se propor como sujeito. O fundamento da subjetividade se determina pelo status linguístico da pessoa. Para o autor, “Eu não emprego eu a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um tu” (BENVENISTE, 1995, p. 286). Isto é, a interação entre os sujeitos desenvolve a subjetividade pelo contraste com o outro.



Isso é sinal de que o fundamento da subjetividade está no exercício da linguagem. Os pronomes são uma das formas de revelar-se sujeito através da linguagem. Existem outras classes que têm o mesmo status. São os dêiticos: pronomes demonstrativos, advérbios, adjetivos, entre outros, que organizam, na linguagem, um referente capaz de “constituir” o sujeito perante outro sujeito.

Da mesma forma, a noção de tempo, tanto marcado pelos verbos ou por outras palavras, contribui para a subjetividade.

A temporalidade humana com todo o seu aparato linguístico revela a subjetividade inerente ao próprio exercício da linguagem. [...] A linguagem de algum modo propõe formas ‘vazias’ das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais refere à sua pessoa definindo-se ao mesmo tempo a si mesmo como eu e a um parceiro como tu. (BENVENISTE, 1995, p. 289)

Embora os estudos de Benveniste representassem um grande passo nos estudos da enunciação, ainda eram centrados numa subjetividade “ego-cêntrica”, “o sujeito de Benveniste é um eu que se caracteriza pela sua homogeneidade e enunciação e se constitui à medida que interage com um tu – opondo-se ambos à não-pessoa” (BRANDÃO, 1991, p. 49), isto é, a constituição do sujeito se dá mesmo quando não se enuncia um eu. Para Brandão, formas indeterminadas, encontradas, por exemplo, no discurso científico, objetivando-se a impessoalidade; a utilização do ele para referir-se a si mesmo no discurso dos esquizofrênicos, como apagamento da responsabilidade da enunciação, são exemplos de outra forma de enunciação que mascara o sujeito, mas é uma forma de constituição da subjetividade.

A partir do questionamento da concepção de sujeito enquanto ser único, central, origem e fonte de sentido, formulada inicialmente por Benveniste, surgiu a noção de sujeito ideológico: aquele que enuncia de um determinado lugar e de um determinado tempo, cuja fala faz emergir outras vozes. Bakhtin (2000) defende o dialogismo da linguagem como uma condição constitutiva do sentido. “O discurso se tece polifonicamente, num jogo de várias vozes cruzadas, complementares, concorrentes, contraditórias” (BRANDÃO, 1991, p. 53). Ao analisar os mecanismos de enunciação de diversos textos literários, qualifica-os de polifônicos, uma vez que o autor utiliza “máscaras” diferentes que representam várias vozes a falar simultaneamente.

O conceito de subjetividade, então, estaria centrado num sujeito que se divide porque é uma parte de um todo que interage com outros discursos e outros sujeitos marcados histórico-socialmente, intersubjetivamente. “Em Bakhtin, o sujeito é uma autoconsciência que se constitui reflexivamente pelo reconhecimento do outro no discurso.” (FLORES e TEIXEIRA, 2005, p. 59). Bakhtin refere o sujeito como um dos elementos que marca a diferença entre a enunciação e a oração, através da perspectiva da historicidade.

Essa historicidade vai ser recuperada pela concepção de sujeito desenvolvida na Análise do Discurso (AD), numa relação dinâmica entre identidade e alteridade. Para a AD, o sujeito só constrói sua identidade na interação com o outro. Ora, se a língua funciona na medida em que um indivíduo ocupa a posição de sujeito no acontecimento,



ela é constituída por ele e ele por ela. Portanto, é “quando o indivíduo se encontra interpelado como sujeito e se vê como identidade que a língua se põe em funcionamento” (GUIMARÃES, 1995, p. 70). “A língua cria identidade [...], a estrutura da sociedade está refletida na estrutura linguística” (ORLANDI, 1996, p. 98).

O termo identidade é cercado por uma imprecisão conceitual. O contexto social fornece condições para os mais variados modos e alternativas de identidade. “O EU, ou a identidade, ou a especificidade do sujeito, aparece como produto das relações do corpo e da consciência com o mundo, consequência da relação dialética entre objetividade e subjetividade no contexto social” (MAHEIRIE, 2002, p. 37). Portanto, o termo expressa, de certa forma, uma singularidade construída na relação com os outros e a subjetividade faz parte desse processo.

Além disso, a identidade está intrinsecamente relacionada ao sentimento de pertencimento a um grupo social. Através da identificação com outras pessoas que tenham origem e hábitos comuns é que nos formamos como indivíduos e galgamos um lugar na sociedade. No entanto, as diversas transformações que a sociedade vem sofrendo ao longo do último século estão tornando este pertencimento cada vez mais fluido. Alguns estudiosos acreditam que as identidades culturais, principalmente a que se refere à identidade nacional, estão sendo deslocadas por um complexo de processos e forças de mudança, que podem ser sintetizados sob o termo de “globalização”.

A questão da identidade está estreitamente ligada ao lugar ao qual o sujeito pertence. Identifica-se com os sujeitos que têm características comuns e opõe-se aos que têm características excludentes. O sujeito que migra para outra terra precisa encontrar um novo grupo com que se identificar e em que possa se apoiar, pois, conforme Said: “Nenhum de nós está fora ou além da geografia, da mesma forma nenhum de nós está fora ou totalmente ausente da luta pela geografia. Essa luta é complexa e interessante porque não se restringe a soldados e canhões, abrangendo também ideias, formas, imagens e representações” (SAID, 1995, p. 37-38). No entanto, o sujeito não será o mesmo que era na terra natal, nem tampouco poderá se considerar integrado completamente à nova terra.

O instinto de sobrevivência leva o sujeito migrante a procurar essa nova identidade. Caso isso não aconteça poderá ser excluído socialmente, por não pertencer a nenhum grupo:

O significado da ‘identidade da subclasse’ é a ausência de identidade [...]. Outra categoria que está encontrando o mesmo destino são os refugiados – os Sem-Estado, os desterritorializados num mundo de soberania territorialmente assentada. Ao mesmo tempo que compartilham a situação da subclasse, eles, acima de todas as privações, têm negado o direito à presença física dentro de um território sob lei soberana (BAUMAN, 2005, p. 47).

Adaptar-se para conseguir ocupar um lugar na nova terra. Essa é a lei que inconscientemente leva o sujeito migrante a se modificar e procurar novos modos de vida, novas identidades.

Os conceitos de “campo e cidade” ou “rural e urbano” são antagônicos. Detêm em si mesmos o seu oposto. Queiroz (1978) afirma que existe uma dualidade do rural e do



urbano que exprime a existência de dois termos que, embora interagindo, são absolutamente irreduzíveis um ao outro. Associados a isto, Queiroz apresenta algumas considerações subjetivas: “o rural é conhecido como atrasado em sua evolução, em relação ao urbano, e sua influência sobre este é tida como sobrevivência tradicional; a penetração de elementos urbanos no campo – inovações – passa a ser imediatamente considerada como um avanço benéfico para este” (QUEIROZ, 1978, p. 25).

É possível verificar que o dicionário Houaiss ratifica essas mesmas considerações quando informa as seguintes acepções acerca do vocábulo urbano: “1. dotado de urbanidade; afável, civilizado, cortês 2. relativo ou pertencente à cidade, ou que lhe é próprio 3. que tem caráter de cidade 4. que ou o que vive na cidade, tem ocupação e hábitos típicos da vida da cidade 5. fig. Polido, fino. Antonímia de malvado, caipira, malcriado, tolo, abrutalhado, descortês, inurbano, rural, rústico.” (HOUAISS, 2001, p. 2809). Há considerações contrárias a estas em que o “rural” aparece como lugar de paz, contato com a natureza, tranquilidade; e o “urbano” aparece como símbolo do individualismo, solidão.

De certa forma, esses conceitos variam de acordo com o período histórico e o sujeito que o enuncia: um aristocrata, um operário, um trabalhador rural, um agroindustrial, um trabalhador sem-terra. Mais importante do que o que se diz sobre o campo e a cidade é saber quem diz e em que momento.

A CONSTRUÇÃO DA METODOLOGIA DE PESQUISA

Os dados desta pesquisa foram coletados através de entrevista aberta. A fala da migrante Matilde⁵ foi analisada à luz da análise do discurso da linha francesa - AD, considerando as condições de produção, a observação do uso da linguagem partindo do fragmentário, do múltiplo, do histórico-social, partindo do léxico e das marcas linguísticas que remetem à mudança na sua identidade e no seu sentimento de pertencimento, para mostrar um modelo do descentramento experimentado pelo sujeito moderno. “O sentido de um enunciado é a representação de sua enunciação, incluindo, necessariamente, uma representação das posições do sujeito da enunciação do enunciado”(ORLANDI, 1989, p. 35). A abordagem dos fatos linguísticos, ligados à questão de representação do sujeito do discurso, dá elementos para indicar especificidades do discurso do migrante em situação de contato.

QUANDO A LINGUAGEM REVELA O SENTIMENTO: AS MARCAS LINGUÍSTICAS NO DISCURSO

Por meio da linguagem, o sujeito exterioriza seu modo de ser e sua singularidade, pois todo sujeito é único e singular em seu tempo e em seu espaço, por sua história de vida. O sujeito não se manifesta somente pela fala, mas por materialidades que o

⁵ Pseudônimo.



cercam, seu modo de vida, sua maneira de andar, de se comportar à mesa, de se vestir, de dormir e “essas maneiras pertencem a um conjunto de pessoas e essas pessoas a uma dada sociedade” (SCHERER, 2003, p. 24). Assim, o olhar despendido sobre a entrevista também foi no sentido de explicitar as regularidades e irregularidades presentes no discurso que exteriorizem as posições do sujeito que se configura e reconfigura através da linguagem.

Uma das marcas que mais se destaca na entrevista é o uso do verbo sofrer. Este verbo sempre se apresenta no pretérito perfeito ou imperfeito. Observemos que, nos recortes (1)-(4), as marcações de lugar na roça, na lavoura estão associadas ao verbo sofrer e lutar, sempre se referindo ao passado:

(1) Meu Deus... muito, muito, **na lavoura e sofri**, tive, **eu** tive quatorze filho e dez no sítio. **Eu** tive dez filho no sítio...⁶

(2) **nós** trabalhava na farinha. Uma época **nós** fizemo seiscentos saco de farinha. **Levamo** seis meses para consegui fazê, foi uma... dos meus filho, meus quatro filho mais velho **sofreram** muito **na roça**. Meu Deus... é muito filho pequeno né, **a gente** tinha quase dois filho de colo. Daí **a gente sofreu** muito né, daí depois que meus quatro filho ficaram, o mais velho com catorze anos que já ajudava ele na lavoura e depois veio o outro, os quatro mais velho, aí foram que ajudaram meu velho a construí a lavoura que senão não dava conta. Era todo ano um filho, né, e **sofria** muito, tadinho, **sofreu** muito **na roça**.⁷

(3) Meu Deus... meu Deus... olha **nós sofrimo, sofrimo** mesmo. Ainda bem que meu velho era um capitalista forte né, nossos engenhos era tudo com guasca, a água corria dentro dos tanque.⁸

(4) Ah, era assim é uma cachoeira do morro. Vinha a cachoeira do morro, daí nós botamo uma calha, depois vinha por uma mangueira e corria no tanque, no coxo, no tanque da mandioca, de lavar roupa. Aí facilitô mais pra mim, mas antes era lá... daí lavava roupa esfregando numa tábua. É, é, **hoje, hoje eu me sinto assim que tô na glória**. É, depois de velha que eu vi voltar a ser as coisas bem fácil de trabalhar. Mas... **na lavoura foi fogo**. **Eu** dava conta, e **eu** com quatro filhinho pequeno, de descascar mandioca pra seis saco de farinha por dia. Mas **eu levantava duas horas da madrugada, com o cantar do galo, o galo cantava e nós levantava duas horas da madrugada**. E aí depois, chegava o romper do clarear o dia, faltava uns dois balaio pra terminar. **Eu** com quatro filho pequeno, pequeninho, assim, eles completavam quatro, cinco, seis anos já tavam com uma faquinha raspando mandioca. Aí depois o meu velho fez um troço assim de nós botá aquelas carrada de mandioca dentro dum, dum, ele fez um... um tipo de um paiol, uma coisa, e ele virava.. ele virava e raspava a mandioca, mas depois nós tinha que cortar as cepa. Ai guria, **nós sofremo**.⁹

Matilde, através do uso desses verbos no passado, atribui à vida na roça uma carga negativa de dor e sofrimento. A expressão “na lavoura foi fogo” (recorte (4)), corrobora essa conclusão. Matilde atribui o sofrimento a diversos sujeitos (sujeito gramatical): no recorte (1) é ela quem sofre; no recorte (2) são os filhos, o marido e o enunciador

⁶ Matilde, entrevista concedida à pesquisadora (2010).

⁷ Matilde, entrevista concedida à pesquisadora (2010).

⁸ Matilde, entrevista concedida à pesquisadora (2010).

⁹ Matilde, entrevista concedida à pesquisadora (2010).



coletivo a gente quem sofre; no recorte (3) e (4) é atribuído ao nós, também um enunciador coletivo. Além disso, em (4'), aparece a expressão tempo sofrido: o verbo sofrer é usado na forma nominal como adjetivo de tempo, esse tempo refere-se ao tempo da vida na roça.

(4') **Eu** queria uma... queria assim uma coisa pra mostrar pros meus filho agora o **tempo sofrido**. Por isso é que eu digo, **hoje, agora, eu fui pra Goiânia**. Então, meus filho me incentivaram muito. Aí meu filho mais velho disse assim: olha, mãe, quem viu o que **a mãe sofreu** foi nós quatro que vimo a mãe como **a mãe sofria**, então a mãe tem liberdade de ir agora e conhecer algum lugar porque eu nunca fui num restaurante, eu nunca fui a um baile, eu nunca fui a uma festa, só criando os filho. Hoje meus filho me abraçam, todos eles né, muito carinho, eles me deram força pra viajar porque **eu acho que eu mereço**, desde os meu dezessete ano, eu casei com meus dezessete ano, e já na... eu casei em agosto... não casei em julho e em novembro já tive o meu primeiro filho. Ai **foi uma luta...**¹⁰

(5) Ai nós resolvemos vir pra cá, sabe por quê? Porque naquela época a tupy buscava gente lá no sítio pra trabalhar e aí as nossas terra, nós tinha um lote de terra, e as nossas terra tavam já enfraquecida, já não dava mais lavoura como a gente.... né... e acabou... o arroz dava pouco. **Nós só lutava** mesmo com o feijão e a mandioca. E as outras... aí os filho cresceram e vieram pra cidade... **a cidade nova, né...** e aí a gente também não pôde também dar estudo pra eles, estudemo só uma filha e um filho nós estudemo. Hoje, nenhum é... o André tá com vinte anos e o Maurício também, mas os outros não tem nenhum que nós nunca pudemo dar estudo pra eles, **então hoje sofrem**. Tem quatro **filho ali de pedreiro sofrendo** também na mesma conta. **Que a família deles já tão sofrendo igual nós sofremo...** é servente de pedreiro que que vai dar. Não dar nada.... [...] E **nós** tinha muito gado.. e era muito trato né, muitas coisas... e era muita grotá, mas só que meu velho **lutou** porque ele é um capitalista com muita lavoura, ele fazia, tinha engenho de cana, também trabalhava com cana, melado, aí foi disso que nós **sobrevivemo**. Esses tempo eu fui fazê um tratamento ali no Torres dos nervo, ele disse, querida, como é que tu pôde criar os teus filho. Eu digo, olha Torres, eu criei meus filho com leite, com coisas gostosa, e as batata o aipim, muita rosca, a gente fazia rosca, fazia biju, fazia tapioca. Meu Deus, assim, muito leite, né, hoje em dia, tão criando essas criança com essas coisas, né. Mas no meu tempo, meus filho era tudo forte... graças a Deus... aí uma vez o meu velho foi cortou o pé, quase botou o último sangue, aí tinha um farmacêutico lá, aí acudiu ele. Teve um dia, a cobra mordeu o meu filho mais velho, quase que ele teve entre a vida e a morte, eu grávida, e não podia tratar dele porque a picada de cobra não pode ver, ele teve que vê eu pelas costas, pra... ele teve que vê eu primeiro do que eu vê ele quando tava vindo da roça porque a cobra tinha mordido... **nós sofrimo na roça, nós sofrimo...**¹¹

Vemos que, nos recortes (2), (4), (4') e (5), o verbo sofrer e expressões sinônimas são utilizados em algumas passagens em que se nota um traço comum, marcam o fechamento do seu texto: “sofria muito, tadinho, sofreu muito na roça” (2); “...Ai guria, nós sofremo (4); “Ai foi uma luta...” (4’); “... nós sofrimo na roça, nós sofrimo...” (5). Nesta mesma linha, tomemos os fragmentos do recorte (5): “...o André tá com vinte anos e o Maurício também, mas os outros não tem nenhum que nós nunca pudemo dar estudo pra eles, então hoje sofrem. Tem quatro filho ali de pedreiro sofrendo também na mesma conta. Que a família deles já tão sofrendo igual nós sofremo.... é servente de pedreiro que que vai dar. Não dar nada...”. Observemos que o verbo sofrer é aplicado no presente do indicativo e associado à marcação de tempo hoje, que tem o mesmo aspecto

¹⁰ Matilde, entrevista concedida à pesquisadora (2010).

¹¹ Matilde, entrevista concedida à pesquisadora (2010).



de continuidade do verbo sofrendo no gerúndio. A característica de sofredor não só é aplicada ao homem do campo, mas também ao homem que não consegue progredir financeiramente. Matilde deixa claro que esta realidade não faz mais parte de sua vida, ela deixou de ser sofredora, ao afirmar que “a família deles já tão sofrendo igual nós sofremo”, sofrimento que passou.

Apesar disso, algumas passagens marcam positivamente a vida no campo. Observemos os seguintes recortes:

(5^o) Eu digo, olha Torres, eu criei meus filho com leite, com **coisas gostosa**, e **as batata o aipim, muita rosca, a gente fazia rosca, fazia biju, fazia tapioca**. Meu Deus, assim, muito leite, né, hoje em dia, tão criando essas criança com essas coisas, né. Mas **no meu tempo, meus filho era tudo forte**...graças a Deus...¹²

(6^o)[...]...mas só que se fosse uma coisa, dissesse assim, volta pro sítio, eu ia voltá de novo. Gosto muito da minha terra, e se não fosse os inventário aqui, que ta dando trabalho pra fazê esse inventário, que é muito caro, eu ia vendê minha morada e ia pra São João de volta.¹³

(7) Ah, eu sinto. Eu sinto falta de... ah de ter um porquinho, um vaquinha. Eu tô velha, mas ainda to forte pra trabalha. Olha, eu capino esses morro aí. Mas eu tenho muita saudade. Minha filha diz: é louca, mãe. Mãe, compra um sítio pra... com bastante laranja, bastante fruta... aí, sábado nós vamos pra lá tudo. Digo: ah, vocês querem é isso.... **Nós tinha um rio que passava atrás**, guria, quando dava chuva **nós fazia aquele “jiqui”**, aquela boca bem grande e atrás ficava fininho, então, o peixe entrava ali e lá não escapava. Aí quando dava aquelas chuva e lá enchia. Então **dava aquelas tarairá**, né, os cará, vinham tudo pra boca do “jiqui”, aí, chegava de manhã, eles virava o “jiqui” tava cheinho de peixe, **ah que coisa mais deliciosa, aqueles camarãozinho da água... muito lindo**, meu Deus,...a gente tem saudade, mas a nossa vida é que nem vento, passa, o dia a dia, a nossa vida é que nem vento, hoje eu to conversando contigo, amanhã já não ta mais, já passou, né. Já passou, que é um vento... acho que a gente tem que vivê o dia a dia, né? Porque amanhã é amanhã e o ontem já passou.¹⁴

(8) Olha, eu... quando eu tava no sítio eu queria vir pra aqui, mas aqui, pros aposentado já deu pra bola. Eu costuro, eu costurava e ainda costuro assim, né, mas, as coisas assim não tem mais valor, o que é manual, a gente faz as coisas manual e quando vai vender não tem mais valor... então eu gostava mais no sítio... **mas agora não tem mais aquele sítio como nós tinha**, sítio agora ta... **eu queria aquele sítio com nossos engenho de farinha, nossos engenho de cana de açúcar**, né, **mas agora aquilo não tem mais**, então agora, vou ter que ficar aqui mesmo.¹⁵

Outra marcação interessante é o uso dos referentes eu e nós no discurso de Matilde. Grande parte das marcações do enunciador coletivo aparecem associadas à marcação de lugar na roça, na lavoura: “... nós trabalhava na farinha. Uma época nós fizemo seiscentos saco de farinha. Levamo seis meses para consegui fazê, foi uma... dos meus filho, meus quatro filho mais velho sofreram muito na roça” (2). “Mas eu

¹² Matilde, entrevista concedida à pesquisadora (2010).

¹³ Matilde, entrevista concedida à pesquisadora (2010).

¹⁴ Matilde, entrevista concedida à pesquisadora (2010).

¹⁵ Matilde, entrevista concedida à pesquisadora (2010).



levantava duas horas da madrugada com o cantar do galo; o galo cantava e nós levantava duas horas da madrugada” (4): observemos neste fragmento que a mesma ideia aparece duas vezes, na primeira vez Matilde utiliza eu, mas refaz sua construção utilizando o enunciador coletivo. Quando seu discurso é marcado pelo advérbio hoje é o pronome eu quem aparece: “hoje, agora, eu fui pra Goiânia”; “Hoje meus filho me abraçam, todos eles né, muito carinho, eles me deram força pra viajar porque eu acho que eu mereço” (4’). Diferentemente da entrevista I, em que havia uma alternância no uso dos referentes eu e a gente, aqui a questão é o uso do nós e eu. Apesar dessa diferença, nota-se a semelhança pela preferência do uso do enunciador coletivo quando se refere ao campo e da posição individual da qual enuncia quando se refere à cidade, mostrando, mais uma vez, a característica do individualismo típico da realidade urbana.

É importante notar que, ao referir-se à vida na cidade, Matilde, em várias passagens, destaca sua viagem a Goiânia, e este episódio de sua vida está sempre associado ao eu e à valoração positiva: “hoje, hoje eu me sinto assim que tô na glória. É, depois de velha que eu vi voltar a ser as coisas bem fácil de trabalhar” (recorte 4); “Por isso é que eu digo, hoje, agora, eu fui pra Goiânia [...], então a mãe tem liberdade de ir agora e conhecer algum lugar” (recorte 4’); “ainda não fui pra Goiânia?! Mas, olha, meu Deus, aquela cidade... porque as minhas filha ainda tem eu assim, sou que nem criança, elas não me deixam assim parada, mãe isso, cuidado aí. Agora fui pra lá, me soltei, guria, aquela escada lá de Aparecida do Norte, a passarela, ele disse: Mãe, a mãe não teve medo de olhar pra baixo. Eu disse: Capaz, meu filho! Capaz...” (recorte 6); “a ah agora, quando eu fui viajar” (recorte 09).

Observemos agora o recorte (09):

(9) Não, os que ainda vêm de lá eles se admiram, menina, aqui. Eles dizem: Comadre Matilde tá bem, tá chique,.. eles dizem assim, né. Eles me conheceram lá no sítio como eu era, aí, ah agora, quando eu fui viajar, disseram: Mas, como que essa mulher vai pra lá... eles acharam ruim, meus cunhado, é...ainda ontem meu filho deu carona prum cunhado meu: Meu Deus, eu não acredito que a comadre Matilde foi viajar pra essa distância. Aí, meu filho: é, mas veio e foi que uma beleza. Mas eu acho muito engraçado.... eu pedi pra mulherada: e quanto custa minha passagem agora, minha passagem agora, pelo mínimo, eu só trouxe cem reais de volta, guardei doze milhão e novecentos. Ah, tu tá por cima da carne seca. Não, eu não to por cima da carne seca, eu to bem enforcada, mas eu vô paga a conta porque eu aproveitei. Esse foi um dinheiro bem aproveitado, não foi que nem o meu marido, sofreu doze ano, gastando, e esse meu filho ele bancava remédio de quinhentos reais pra ele, ele precisava de um remédio muito caro e esse meu filho bancou. Meu velho gastou tanto dinheiro com doença e eu gastei com a saúde, com a graça de Deus, né.... é mais eles se admiram muito de mim: Veio pra cidade, tá moderna. Não não tô moderna. A gente faz o que pode, né, mas não é por isso que a gente a casa da gente tá igual no sítio, né. No sítio é aquela vida triste né que a gente passava, mas é a vida de todos né...¹⁶

No recorte (9), predomina o uso dos verbos no presente do indicativo. Eles estão associados ao advérbio agora. Podemos ver que o verbo sofrer não é citado neste recorte; ao contrário, o sujeito fala de outra posição, modificado pela vida na cidade.

¹⁶ Matilde, entrevista concedida à pesquisadora (2010).



É possível notar várias passagens em que Matilde reproduz o discurso de outrem: “Comadre Matilde tá bem, tá chique”; “Ah, tu tá por cima da carne seca”; “Veio pra cidade, tá moderna”.

O uso do discurso direto é uma estratégia utilizada por Matilde em seu discurso em diversas passagens. Mas o que nos chama a atenção é o recorte (9), pois há claramente uma reconfiguração da posição do sujeito, marcada através das vozes trazidas pelo discurso direto: “os que ainda vêm de lá eles se admiram, menina, aqui. Eles dizem: Comadre Matilde tá bem, tá chique,... eles dizem assim, né. Eles me conheceram lá no sítio como eu era”. O verbo admirar-se atribui uma valoração positiva à posição que o sujeito ocupa hoje, em contraposição à valoração negativa de como o sujeito era e, portanto, não é mais: “No sítio é aquela vida triste né que a gente passava”.

Algumas observações a partir da análise da entrevista:

(a) Apesar de algumas passagens revelarem certa nostalgia e valoração positiva do campo, é recorrente a valoração negativa do campo como lugar de luta e sofrimento;

(b) No entanto, o sofrimento está associado não ao campo, mas à falta de instrução de quem vive no campo e, com ela, à falta de oportunidade de aumentar seu poder aquisitivo. Então, mesmo na cidade, esse sofrer pode ser encontrado em pessoas com baixa renda.

(c) O que se opõe são as posições do sujeito: no campo, marcada pelo nós e pelo verbo sofrer; na cidade, marcada pela eu e pela experiência positiva de viajar, vivida pelo sujeito do discurso a partir da melhora do poder aquisitivo.

(c) Ao abordar a nova posição do sujeito da cidade, a entrevistada utiliza-se da estratégia do discurso direto, representando as vozes de outrem.

(d) Os referentes eu e nós se intercalam para mapear a dispersão das diferentes posições do sujeito do discurso.

A análise da entrevista revelou a alteridade do sujeito, marcando suas diferentes posições, ora como homem do campo, ora da cidade. Segundo Orlandi, “o sujeito de linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam” (2005, p. 20).

Esta fluidez nas posições do sujeito é constitutiva da identidade. Através da linguagem o sujeito se configura e reconfigura, à medida que vai mapeando suas experiências. Segundo Hall, “dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas” (1998, p. 13). Então, estamos em constante processo de construção, no curso do qual nos constituímos, produzimos discurso, nos alteramos com o outro, instauramos uma historicidade e marcamos nossa heterogeneidade, que não é característica só do migrante, mas do homem moderno, pois, na era moderna, a aceleração no ritmo de mudança é cada vez maior. A tecnologia é o maior referente desta característica da modernidade. Uma enorme gama de segmentos a segue de perto.

O processo de mudança da sociedade moderna conhecida por “globalização” tem impacto sobre a identidade cultural: “conforme diferentes áreas do globo são postas em interconexão, ondas de transformação social penetram através de virtualmente toda a superfície da Terra” (GIDDENS, 1991, p. 16). O que era longe, de difícil acesso, agora



está perto e acessível. As relações sociais se perpetuam a distância, enquanto que a efemeridade das conexões sociais estabelecidas em circunstâncias de co-presença são cada vez mais frequentes. É o que Giddens (1991) chamou de desencaixe e reencaixe.

Esse desencaixe suscitou a necessidade de o homem do campo migrar para a cidade e essa experiência modificou seu modo de ser. Assim também há um sentimento de desencaixe característico do homem moderno. Sempre estamos à procura de um lugar onde possamos nos encaixar. A sociedade moderna modificou o ambiente humano e suas relações sociais, mas é necessário focar em um ponto de modificação: o lugar. Nota-se que o lugar deixa de ser um ambiente de confiança para o homem moderno, deixando um sentimento de risco, reflexo da modernidade e da separação do espaço e o lugar. Apesar de sentimentos de ligação íntima ou identificação com lugares ainda persistirem, esses sentimentos estão desencaixados, utilizando a denominação de Giddens (1991), não expressam apenas práticas e envolvimento localmente baseados, mas se encontram também salpicados de influências muito mais distantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da identidade, levantada por diversos sociólogos e filósofos, foi abordada na tentativa de desenhar e esclarecer o que deva ser identidade. Todos os estudiosos consultados foram unânimes em um aspecto: a identidade é fluida. O homem está em constante transformação, portanto sua identidade está em constante processo, sua construção assumiu forma de uma experimentação infundável. É certo que o homem é um ser social e, como tal, sua identidade é construída em oposição ou não ao outro. Pertencer a um grupo social, identificar-se com outras pessoas provém do anseio por segurança. Contudo, essa segurança está cada vez mais tênue, devido às consequências que a modernidade trouxe, o descentramento dessa identidade e o sentimento de não-pertencimento está na ordem do dia.

Entre os pontos antagônicos que a modernidade suscita, dois se destacam: o campo e a cidade. Lugar em que as tradições são mais duradouras, lugar da inocência bucólica e das relações sociais mais estáveis, o campo influencia o modo de ser daquele que o habita. O mesmo se dá na cidade, lugar da efemeridade trazida pelo avanço tecnológico.

Como vimos, é possível rastrear no discurso os momentos e movimentos de identificação através de uma análise que busca capturar fios da tessitura do sujeito na linguagem. Partimos das regularidades e irregularidades presentes nos discursos que apontaram para as seguintes constatações:

- a) A dicotomia que se pressupõe entre campo e cidade não se sustenta. Essa natureza antagônica mostrou-se pequena, incerta. A pesquisa apontou outra dicotomia: as experiências negativas e positivas vividas pelo sujeito.
- b) A idealização do campo que aparece na entrevista é ressignificada pelas experiências negativas. O sujeito do campo não se inscreve em oposição ao sujeito da cidade na materialidade da língua nas entrevistas. Tanto o campo



quanto a cidade são lugares em que se experimentam angústias vividas pelo mesmo sujeito.

- c) As experiências positivas estão relacionadas à cidade e às oportunidades que a cidade oferece: maior instrução, melhora de vida. Nesses casos, a posição de sujeito muda em relação ao sujeito do campo.
- d) As experiências são marcadas no discurso por regularidades linguísticas. Elas ressignificam as posições do sujeito, explicitando a fluidez constitutiva da identidade e a heterogeneidade subjetiva. As marcas linguísticas revelaram um sujeito cindido, não único, fluido. Esses aspectos são próprios da identidade. Assim, pudemos delinear o deslocamento experimentado pelo sujeito migrante como exemplo de descentramento que é próprio do sujeito moderno.

A mesma relação que o migrante tem com o lugar, sua terra natal e sua nova terra, o homem moderno experimenta através dos efeitos da efemeridade trazida pela separação do espaço e o lugar da era moderna. Seu sentimento de pertencimento e segurança está cada vez mais se desfazendo. Por tudo isso, hoje, podemos nos sentir migrantes em nossa própria cidade. Já não nos reconhecemos como cidadãos natos, há diferenças gritantes no modo de ser das pessoas em diferentes bairros. Precisamos sempre estar modificando nosso modo de ser para nos adaptarmos a diferentes contextos nos quais fomos inseridos.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M.M. Estética da criação verbal. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 2003.
- _____. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro. Zahar, 2001.
- BENVENISTE, Emile. *Problemas de Linguística geral I*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes: UNICAMP, 1995.
- _____. *Problemas de Linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- QUEIROZ, Maria I. P. de. *Dialética do rural e do urbano: Exemplos brasileiros*. In BLAY, Eva Alterman (org.). *A Luta pelo espaço: textos de sociologia urbana*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- BRANDAO, Helena. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: UNICAMP, 1991.
- SCHERER, A. E et al. *Palavras de intervalo no decorrer da vida ou por uma política imaginária da identidade e da linguagem*. In: CORACINI, Maria Jose Rodrigues Faria. *Identidade & discurso: (des)construindo subjetividades*. Campinas: UNICAMP, Chapecó: ARGOS, 2003.
- FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 1995.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Brasília: UNESCO, 2003.
- _____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MAHEIRIE, Kátia. *Constituição do sujeito, subjetividade e identidade*. Revista Interações. São Paulo, v 7, n. 13, jun. 2002. Disponível em: [http://pepsic.homolog.bvsalud.org/scielo.php](http://pepsic.homolog.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=1808-3646/2002/v7n13a01) >acesso em 24/10/2010.



ORLANDI, Eni Pucinelli. *Discurso & leitura*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4 ed. Campinas: Pontes, 1996.

_____; GUIMARÃES, Eduardo; TARALLO, Fernando. *Vozes e contrastes: discurso na cidade e no campo*. São Paulo: Cortez, 1989.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Abstract: *Modernity forced people who lived in the country moving to cities in a search for a better life. The person who migrates experiments new relations with their origin place and with the future place. This paper discusses the uncetering of the identity, which is inherent of the modern person and its relation with the place, through the descriptive analysis of the linguistics markers presents in the speech. This paper will present the result of an interview with a migrant from the country, attracted by the increasing job offer due to the city industrialization. The method used was the discourse Analysis. The results of this research show a person that resignifies the place and self resignifies, by mapping its experiences in the city life and in the country.*

Keywords: *Modernity. Language. Migration. Self referential.*



SIGNO LINGUÍSTICO VERSUS SIGNO ONOMÁSTICO: CONVENCIONALIDADE E MOTIVAÇÃO PARA FALAR E NOMEAR

Tríssia Ordovás Sartori¹

***Resumo:** O signo linguístico diferencia-se do signo onomástico por apresentar um caráter arbitrário em relação ao seu referente, ao contrário do segundo, que é motivado. A Onomástica, que estuda os nomes próprios, caracteriza-se, também, pela particularidade da função, que é de identificá-los e individualizá-los. Os nomes próprios, por sua vez, revelam valores socioculturais e econômicos e podem ser estudados, também, levando-se em consideração fatores extralinguísticos de suas escolhas. Este artigo será baseado nas teorias de Saussure e Benveniste sobre a natureza do signo linguístico, bem como nas reflexões de Dauzat, Marcato e Dick, sobre o nome próprio e o ramo da linguística que se encarrega de estudá-lo.*

***Palavras-chave:** Signo linguístico. Signo onomástico. Nome. Motivação. Convencionalidade.*

INTRODUÇÃO

Embora as pessoas estudem a linguagem desde a invenção da escrita, foi nas primeiras décadas do século passado, com a visão estruturalista de Saussure, que a linguística adquiriu o status de ciência. O estudioso suíço centralizou seus estudos na língua concebida como sistema. Para ele, língua é um sistema cujas partes são solidárias entre si, regidas por um conjunto de regras que determinam o emprego de sons e relações sintáticas necessárias à produção de significados. A língua é, pois, coletiva, social e sistemática. Em contrapartida, a fala é a execução da língua pelo indivíduo.

A partir dos conceitos desenvolvidos por Saussure (2004), surgem outros autores, alguns que partilham as ideias do suíço, outros que as criticam. O presente trabalho traz um comparativo entre Saussure e Benveniste, a partir da concepção individual dos autores sobre o signo linguístico, com suas semelhanças e diferenças, bem como suas contribuições para os estudos da língua.

Benveniste caracteriza-se como um autor pós-saussuriano, ou seja, parte da teoria explicitada por Saussure, mas diverge em alguns pontos, como na maneira de perceber a linguagem e a própria língua.

Embora ambos estudem a língua, ela é percebida sob pontos de vista diferenciados. Enquanto Saussure define a língua como sistema de signos linguísticos, Benveniste prevê a inserção de falantes para defini-la, tendo sido o primeiro linguista a propor uma teoria da enunciação. Valoriza o uso da linguagem, a constituição do sujeito pela alternância do eu, tu, aqui e agora.

¹ Jornalista, graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2001). Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade pela Universidade de Caxias do Sul (2010). Doutoranda em Letras - Leitura e Processos de Linguagem, na associação ampla UCS/UniRitter. É repórter, colunista e blogueira do jornal Pioneiro, do Grupo RBS.



Como a linguagem não é estanque, está sempre se modificando, é importante buscar entendimento aprimorado e contínuo sobre o signo linguístico, elemento constituidor da língua.

Já o signo que é a base de estudos da Onomástica, disciplina que estuda os nomes próprios, seja de lugares, no caso da Toponímia, quanto de pessoas, no caso da Antroponímia, que será discutida neste trabalho.

Assim, signo linguístico e onomástico apresentam semelhanças na origem e diferenças na função.

SIGNO LINGUÍSTICO EM SAUSSURE

Dada a complexidade da linguagem humana, o signo serve como ponto de partida para estudá-la, uma porta de entrada para a Linguística. Ao buscar definir a Linguística como Ciência, Ferdinand de Saussure apropria-se do próprio objeto de estudo para explicá-la, conforme apontamentos organizados por seus alunos, Charles Bally e Albert Sechehaye, e reunidos no Curso de Linguística Geral (a partir daqui, CLG).

Assim, língua e a fala, dois aspectos que definiram a teoria saussuriana, são usadas para as próprias definições de língua e fala. Segundo Barbisan e Flores, “o objeto da linguística é, assim, denominado língua, o primeiro aspecto da linguagem” (2009, p. 10).

A língua é tomada como um sistema que deve ser estudado de maneira científica, e a fala é a realização da língua, um produto social criado a partir de convenções, e subordinada a ela. Desta maneira, o objeto linguístico por excelência é a língua, que depende da fala para evoluir. Na definição clássica do autor para a língua,

Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo. (SAUSSURE, 2004, p. 21)

Saussure concebe a língua como um sistema de signos e não a vê apenas como uma nomenclatura, mas algo que necessita de uma série de fatores (psíquicos, físicos ou fisiológicos) vinculados por associações. A unidade linguística, assim, é a união de dois termos, uma entidade psíquica com duas faces interdependentes. Saussure explica que:

O signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos; tal imagem é sensorial e, se chegamos a chamá-la de material, é somente neste sentido, e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato. (SAUSSURE, 2004, p. 80)

O signo linguístico é, pois, uma unidade portadora de sentido e, para acabar com a ambiguidade das noções apresentadas acima, o linguista propõe que se substituam as palavras conceito e imagem acústica por significado e significante, respectivamente.



Para definir o signo linguístico, utiliza duas características essenciais, tomadas como princípios no CLG. A arbitrariedade é o primeiro princípio do signo linguístico e a linearidade do significante, o segundo.

O linguista explica que a relação entre significante e significado, que é una, dá-se por um laço arbitrário. Esse caráter arbitrário do signo pode ser comprovado, segundo Saussure, pelas diferenças existentes nas várias.

Saussure explica que:

A palavra arbitrário requer também uma observação. Não deve dar a ideia de que o significado dependa da livre escolha do que fala (ver-se-á, mais adiante, que não está ao alcance do indivíduo trocar coisa alguma num signo, uma vez que esteja ele estabelecido num grupo linguístico); queremos dizer que o significante é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade. (SAUSSURE, 2004, p. 82 e 83)

A esse princípio, Saussure faz duas objeções:

- a) As onomatopeias, dizendo que não são “elementos orgânicos de um sistema linguístico” (SAUSSURE, 2004, p. 83), e, em muitos casos, representa uma simples evolução fonética.
- b) As exclamações, usando explicações análogas às onomatopeias, não revelam expressões espontâneas da realidade, como podem sugerir. Na comparação entre duas línguas, o vínculo entre o significado e o significante não é necessário, é convencional.

Seguindo seus estudos, Saussure problematiza o uso do termo símbolo, que foi substituído por signo, trazendo à discussão a ligação referencial entre termo e objeto — tratada como “um rudimento de vínculo natural entre o significante e o significado” (SAUSSURE, 2004, p. 82) — o impedindo de ser completamente arbitrário.

O princípio saussuriano sobre a linearidade do significante explica que ele se desenvolve no tempo, em uma determinada ordem, sendo produzido apenas uma vez no discurso, no eixo dos sintagmas. Tem, segundo Saussure, as seguintes características: “a) representa uma extensão, e b) essa extensão é mensurável numa só dimensão: é uma linha” (2004, p. 84). Esse princípio explica porque os signos são proferidos um depois do outro, constituindo uma cadeia, uma sequência fônica dotada de significação.

A significação de cada signo linguístico é transmitida com o passar dos anos e aquele nome dado a um objeto, em determinando momento, de maneira imposta, perpetua-se graças ao que Saussure chama imutabilidade do signo. De acordo com ele, a imutabilidade corresponde ao fato de que não se pode mudar o nome de um elemento por vontade própria, “a língua aparece sempre como uma herança da época precedente” (SAUSSURE, 2004, p. 85).



SIGNO LINGUÍSTICO EM BENVENISTE

As reflexões e teorizações sistematizadas por Saussure serviram como ponto de partida para a reflexão de Benveniste, que toma essas ideias e as amplia. Ele acrescenta a ideia de “coisa”, de realidade ao signo linguístico e vê nela a contradição entre as afirmações de Saussure e a natureza do signo linguístico.

Benveniste leva em consideração a noção usada em linguística para o termo arbitrário, naquela época, dizendo que “toda afirmação sobre a essência da linguagem ou sobre as modalidades do discurso começa por enunciar o caráter arbitrário do signo linguístico” (BENVENISTE, 2005, p. 53). Explica, assim, a necessidade de entender o sentido atribuído por Saussure para definir o princípio da arbitrariedade.

Decide averiguar, então, essa arbitrariedade. Segundo Benveniste, Saussure exclui o mundo objetivo da formulação desta teoria. Ao explicar o arbitrário, considera um terceiro elemento, a coisa, a realidade, e repensa o caráter do signo estabelecido por Saussure:

Quando fala da diferença entre b-ô-f e o-k-s, refere-se, contra a vontade, ao fato de que esses dois termos se aplicam à mesma realidade. Eis aí, pois, a coisa, a princípio expressamente excluída da definição do signo, e que nela se introduz por um desvio e aí instala para sempre a contradição. (BENVENISTE, 2005, p. 54).

A contradição estabelece-se, assim, pelo fato de Saussure não considerar a língua como substância, mas exclusivamente como forma: “é somente se se pensa no animal boi que se tem base para julgar ‘arbitrária’ a relação entre boi de um lado, oks do outro, com uma mesma realidade” (BENVENISTE, 2005, p. 54-55). Em realidades diferentes, portanto, este conceito não se validaria. Assim, chega-se à afirmação clássica de que “o que é arbitrário é que um signo, mas não outro, se aplica a determinado elemento da realidade, mas não a outro” (BENVENISTE, 2005, p. 56).

Para Benveniste, ao contrário de Saussure, é o falante que resolve o problema da arbitrariedade do signo linguístico, no uso da língua: “para o falante há, entre a língua e a realidade, adequação completa: o signo encobre e comanda a realidade; ele é essa realidade” (BENVENISTE, 2005, p. 57).

Para ele, o signo linguístico não é arbitrário, é necessário (grifo do autor). Diz, ainda, que a “consustancialidade do significante e do significado garante a unidade estrutural do signo linguístico” (BENVENISTE, 2005, p. 56), sendo ambos os conceitos interdependentes. Benveniste afirma que:

O que é arbitrário é que um signo, mas não outro, se aplica a determinado momento da realidade, mas não a outro. (...) Propor a relação como arbitrária é para o linguista uma forma de defender-se contra essa questão e também contra a solução que o falante lhe dá instintivamente. (BENVENISTE, 2005, p. 56-57)



Defende que o signo é a realidade, é ele que a encobre e a comanda. Essa arbitrariedade, para Benveniste, existiria apenas como fenômeno ou objeto material, sem interferir na constituição do signo linguístico.

O autor entende o signo linguístico como unidade semiótica, portador de uma dupla relação, sendo considerado enquanto unidade e como dependente da ordem semiótica.

Considera, assim, a caracterização das unidades semióticas como portadoras de forma e sentido, pois se apresenta como significante e significado. Diz que o signo “é dotado de significação na comunidade daqueles que fazem o uso de uma língua, e a totalidade destes signos forma a totalidade da língua” (BENVENISTE, 2005, p. 227). Completa dizendo que “é no uso da língua que um signo tem existência; o que não é usado não é signo; e fora do uso o signo não existe” (BENVENISTE, 2005, p. 227).

Para o autor, essa noção do signo, está ligada à fala, ao momento em que a língua pode ser enunciada, ao seu caráter indivisível e, que ainda assim, pode ser decomposto em unidades menores, dependendo da necessidade de quem o enuncia.

O autor também discute a presença de um significante e de um significado. Ele percebe a função dos dois conceitos como sendo inter-relacionados, afirmando que “o significante não é apenas uma sequência dada de sons que a natureza falada, vocal, da língua exigiria; ele é a forma sonora que condiciona e determina o significado, o aspecto formal da entidade chamada signo” (BENVENISTE, 2005, p. 225).

Com base nessa ideia, o autor sugere que o significante é aquele que, através de uma cadeia de sons, ativa um elemento correspondente ao conceito falado na mente, descrito pelo significante e equivalente ao significado.

O significado, por sua vez, tem como característica primordial o sentido, já que para ele “significar é ter um sentido, nada mais” (BENVENISTE, 2005, p. 227). O sentido, assim, é muito valorizado pelo autor, sendo que signo assume um sentido por meio de oposições e/ou relações que estabelece.

O sentido referido por Benveniste diz respeito à ideia transmitida e ao seu emprego. Desta maneira, segundo ele (BENVENISTE, 2005, p. 231), “se o “sentido” da frase é a ideia que ela exprime, a 'referência' da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou, de fato, a que ela se reporta e que nós jamais podemos prever e fixar”.

Quanto à noção de signo, Benveniste destaca que o signo só pode existir quando a língua está em uso, na fala. Para que um signo exista, é necessário que ele seja aceito e que se relacione com os outros signos. Diferentemente de Saussure, que divide língua e fala, Benveniste propõe outra divisão, a do sentido e da forma, afirmando que há duas maneiras distintas de ser língua no sentido e na forma. A primeira tem como função linguística significar. A segunda, comunicar. Segundo ele:

A semiótica se caracteriza como uma propriedade da língua; a semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação. O signo semiótico existe em si, funda a realidade da língua, mas ele não encontra acepções particulares; a frase, expressão do semântico, não é senão particular. Com o signo tem-se a realidade intrínseca da língua; com as frases ligam-se as coisas fora da língua; e enquanto o signo tem por parte integrante o significado, que lhe é inerente, o sentido da frase implica referência à situação de discurso e a atitude do locutor. (BENVENISTE, 2005, 230)



Segundo Flores e Barbisan (2009), Benveniste concebe a existência ou não de um signo e seu sentido a partir da dependência de que ele possa ser usado pelos falantes da língua. Completam que “em Benveniste, o significado do signo linguístico comporta o uso da língua, logo valor, inerente ao sistema, decorre da influência que o uso tem sobre esse sistema” (2009, p. 19).

SIGNO ONOMÁSTICO

A Onomástica é a ciência que estuda os nomes próprios. A palavra deriva do grego antigo *onomastiké*, ato de nomear. Marcato acrescenta que o conceito esteve “presente no latim tardo na forma *onomasticon*; trata-se da arte do *ónoma*, o nome, que se torna, com Aristóteles, uma parte do discurso depois distinto em apelativo e nome próprio” (2009, p. 10).

Ela está inserida na área da Lexicologia e se subdivide em *antroponímia*, o estudo de nomes próprios de pessoas, e *toponímia*, estudo de nomes próprios de lugares, levando em consideração a origem, a evolução e as alterações de percurso.

Os integrantes da onomástica caracterizam-se por uma série de elementos específicos que os distinguem do sistema léxico. O primeiro deles diz respeito à sua função individualizadora e identificadora. Assim, cada nome próprio assume um papel fundamental na identificação e organização de um sistema administrativo na sociedade.

Comparado ao signo linguístico, a constituição do signo onomástico é um pouco diferente. Também constituído por significado e significante, o significado nem sempre aparece explícito. Marcato questiona a aproximação entre os dois conceitos:

Ma va detto che non è sempre scontata (come dovrebbe essere) l'appartenenza dell'onomastica all'interno delle discipline linguistiche per il fatto che il nome proprio non è considerato appieno un segno linguistico data la mancanza (o la debolezza) del significato, che è una parte (l'altra è il cosiddetto significante) di cui è composto un segno linguistico. (MARCATO, 2009, p. 18)

A autora explica, ainda, que,

Rispetto a un segno linguistico, il segno onomástico è formato da un significante, un'entità fônica, che si rapporta direttamente a un individuo, che há la funzione di identificare un individuo all'interno di una collettività, senza il tramite di un significato relativo a un elemento o <<oggetto>> singolo e concreto, cioè a un <<referente>>. Per tale caratteristica spesso il segno onomástico viene considerato una <<etichetta>>, un <<cartellino>>.”(MARCATO, 2009, p. 19).²

² Com relação a um signo linguístico, o signo onomástico é formado por um significante, uma entidade fônica que se reporta diretamente a um indivíduo, que tem a função de indicar um indivíduo no interior de uma coletividade, sem a passagem por um significado relativo a um elemento ou <<objeto>>, individual e concreto, isto é, a um <<referente>>. Por (ter) tal característica frequentemente o signo onomástico é considerado uma <<etiqueta>>, um <<rótulo>>.



Diferentemente do signo linguístico, que é arbitrário, o signo onomástico, neste caso, particularizando o toponímico, é um signo linguístico motivado. De acordo com Dick (1990):

Muito embora o topônimo seja, em sua estrutura, uma forma de língua, ou um significante, animado por uma substância de conteúdo, da mesma forma que todo e qualquer outro elemento do código em questão, a funcionalidade de seu emprego adquire uma dimensão maior, marcando-o duplamente: o que era arbitrário, em termos de língua, transforma-se no ato do batismo de um lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo.” (DICK, 1990, p. 18)

A motivação, tanto nos antropônimos quanto nos topônimos, revela-se no momento de sua designação. Com o decorrer dos anos, no entanto, distancia a intencionalidade do ato denominador do nome em si. O significado da denominação que, na época, era claro e transparente, torna-se, com o passar do tempo, opaco em decorrência dessa distância temporal e espacial.

Ainda assim, os designativos são mantidos, o que tornam o signo onomástico um “fóssil linguístico”³ (DICK, 1990, p. 20). Dauzat explica que a interpretação acerca dos nomes de pessoas permite conhecer a marca de civilizações passadas, e um estudo interdisciplinar na área da linguística permite que se conheça a motivação por trás do signo onomástico.

Segundo Dauzat, “com os nomes de pessoas pode-se mergulhar no âmago da alma popular dentre as épocas mortas. Não são eles (os nomes) os símbolos vivos de crenças, de superstições desaparecidas?” (1950, p. 7).

O signo onomástico, desta forma, não se circunscreve exclusivamente em uma análise lexicológica. Transcende o estudo das lexias e aproxima-se mais da interpretação de Benveniste, que entende o signo linguístico como portador de dupla relação.

NOME PRÓPRIO DE PESSOA

A escolha dos nomes mundo afora, em diferentes povos, é distinta e segue uma série de particularidades, como as tradições, a religião, o lugar geográfico de nascimento ou fatos curiosos de evolução histórica. De acordo com Bajo Pérez (2002), quase todas as sociedades formam seus nomes próprios a partir das denominações clássicas. Ela explicita a ideia:

En las llamadas ‘sociedades primitivas’, la imposición de nombres propios de persona está relacionada o con complejas estructuras totémicas, o con significados simbólicos, o con

³ Na linguística, o termo fossilização é uma expressão do geógrafo francês Jean Brunhes, para quem o topônimo era um fóssil da geografia humana, já que, mesmo com o desaparecimento dos fatores motivacionais, eles ainda podem permanecer cristalizados e intactos em um topônimo. (BRUNHES, J. La Geographie Humaine. Paris, 1925).



intereses y aspiraciones de la comunidad, o con estados de ánimo de los parientes, o con condiciones objetivas prefijadas 4(BAJO PÉREZ, 2002, p. 16).

Historicamente, os nomes próprios foram criados a partir de nomes comuns ou adjetivos substantivados. Eles têm como elementos constitutivos, basicamente, apelidos metafóricos, nomes de lugares ou de profissões.

Dauzat afirma que “o nome próprio se aplica a um indivíduo ou mais indivíduos tomados em particular, não a todos” (1950, p. 1-2). Pulgram (1954) analisa a implicação da significação do conceito nome próprio: o onoma grego, traduzido para o latim como *nomen proprium*, não teria aqui apenas o significado de “próprio” no sentido de propriedade, mas também possuiria o sentido de peculiar, característico, em oposição a comum, ordinário. Segundo Dauzat,

O valor mágico atribuído às palavras nas sociedades antigas aparecia com uma força particular nos nomes que designam o indivíduo. Para o primitivo, expôs o penetrante sociólogo A. Niceforo, em páginas sugestivas, o nome é ligado inseparavelmente ao ser designado, nele se incorpora, de tal modo que os selvagens escondem seu verdadeiro nome aos desconhecidos para se preservar dos malefícios. (DAUZAT, 1950, p. 7)

Vasconcellos, na obra *Onomatologia* (1931), divide essa ciência em três ramos: “estudo dos nomes geográficos ou Toponímia; estudo de nomes de pessoas, ou Antroponímia; e estudo de nomes vários, isto é, de deuses, ventos, astros, sinos, embarcações e outros” (VASCONCELLOS, 1931, p. 460). O autor realizou um estudo aprofundado e exaustivo dos três segmentos citados, com análise de inúmeros nomes próprios e generosas abonações. De acordo com ele, “estudar nomes próprios, é classificá-los segundo as fontes de que provêm, e explicar, quanto possível, a origem de cada um” (VASCONCELLOS, 1931, p. 460).

Essa relação, nem sempre expressa de maneira transparente, torna o estudo dos antropônimos, uma atividade envolvente, que pode ser comparado à leitura de um mapa do tesouro. Pista a pista, o significado vai sendo revelado. Na obra *I nomi di persona in Italia; dizionario storico etimologico*, as autoras explicitam o caráter de sedução emocional e motivação por trás dos nomes próprios:

I nomi di persona possiedono per loro natura caratteri di attrattiva emozionale altamente coinvolgenti: il nome è di fatto il primo ritratto di una persona che non si sa ancora come sarà, racchiusa tra il passato da cui proviene attraverso la famiglia, e il futuro verso il quale si proietta in una promessa di vita. Lo si confessi o no, la scelta di chi ha il privilegio, l'onore e la responsabilità di attribuire un nome non è facile: entrano in gioco, da una parte, la cultura, le tradizioni locali, i legami parentali, le esperienze personali, vale a dire gli affetti (per il territorio, per la famiglia, per se stessi), dall'altra, la paura del futuro, oscuro per tutti e quindi generatore di ansie, più o meno consciamente esorcizzate attraverso

⁴ Nas chamadas ‘sociedades primitivas’, a imposição de nomes próprios de pessoa está relacionada ou com complexas estruturas totêmicas ou com significados simbólicos ou com interesses e aspirações da comunidade, ou com estado de ânimo dos pais ou com condições objetivas pré-fixadas. BAJO PÉREZ, E. (2002): *La caracterización morfosintáctica del nombre propio*. [Trad. nossa].



proposte augurali che investono la bellezza, la bontà, la ricchezza, la felicità del neonato ed anche dei genitori.⁵ (ROSSEBASTIANO; PAPA, 2005, p. IX).

O dinamismo da língua faz com que o nome perca, rapidamente, seu verdadeiro significado. Ele é ocultado por uma forma opaca, que deixa apenas uma espécie de embalagem, que em nada ajuda a se conhecer o que está dentro dela.

Na questão dos nomes próprios, Dick esclarece que:

os nomes próprios, principalmente os mais antigos e conservadores, podem incorporar o característico de dêiticos, na acepção que lhes confere o sistema. São apontadores de referências individuais e sociais, trazendo a característica de grupos sintáticos estáveis, no conjunto de seus elementos formadores (prenome + apelido de família). (DICK, 2001, p. 85).

Mas, para que esses significados sejam revelados, faz-se necessário ir além do aspecto linguístico que o explica – é preciso clarear o sentido que existe por trás de tais nomes, já que signos onomásticos são opacos. Para Dauzat (1950), assim como os nomes de pessoas, os nomes de lugares se apresentam a nós como palavras antigas, de significado preciso, cristalizadas e esterilizadas de modo mais ou menos rápido, esvaziadas de sentido original.

Carvalhinhos e Antunes (2007) reiteram a ideia, explicando que um nome pode ser opaco, “pela sobreposição de camadas linguísticas, no sentido de várias etapas evolutivas de uma mesma língua”.

Dick explicita a questão:

Nomes próprios de pessoas são obscurecidos em seu conteúdo léxico-semântico pela opacidade do próprio signo que os conforma, distanciados, da maioria das ocorrências, do foco original. (...) Determinadas expressões ainda são significativas, etimologicamente, para a população, mesmo a mais leiga, que acaba assimilando seu significado e transmitindo-o, em cadeia, pela repetição habitual. Mas são poucas as que, ainda hoje, são escolhidas pelo conteúdo semântico, a maioria delas responde, apenas, a uma percepção fônica mais sensível ou mais sonora ao gosto dos pais, à moda difundida pela mídia em geral e, principalmente, ao fato de serem ‘nomes’ de ídolos populares, personagens famosas ou pessoas importantes. O que significa, sem dúvida, um culto ou um respeito, ainda que inconsciente, à concepção mágica que os nomes pessoais continuam carregando. (DICK, 2001, p. 85)

A estudiosa explica:

⁵ Os nomes de pessoa possuem por sua natureza caracteres de sedução emocional altamente envolventes: o nome é de fato o primeiro retrato de uma pessoa a qual não se sabe ainda como será, circunscrita entre o passado de que provém através da família, e o futuro para o qual se projeta numa promessa de vida. Confesse a gente ou não, a escolha de quem tem o privilégio, a honra e a responsabilidade de atribuir um nome não é fácil: entram em jogo, por um lado, a cultura, as tradições locais, os liames de parentesco, as experiências pessoais, vale dizer, os afetos (pela terra, pela família, por si próprios), por outro lado, o medo do futuro, obscuro para todos e, portanto, gerador ânsias, mais ou menos conscientemente exorcizadas através de propostas augurais que elegem a beleza, a bondade, a riqueza, a felicidade do recém-nascido e também dos pais. (ROSSEBASTIANO; PAPA, 2005, p. IX).



O denominador é apenas um elemento da cultura nacional, da qual é projeção e em que se manifesta, de modo particularizante. O sistema denominativo que aciona é, assim, um reflexo de tudo aquilo que representa, cumulativamente, hábitos, usos, costumes, moral, ética, religião. (DICK, 1996, p. 13)

Desse modo, no ato de nomeação, são evocados elementos semânticos de diferentes procedências. Se esses designativos forem estudados, pode-se perceber que o significado tende a ter um vínculo entre o objeto denominado e seu denominador. Assim, o signo onomástico é motivado no momento do batismo, ao contrário do signo linguístico.

CONCLUSÃO

Em relação ao signo linguístico, Saussure e Benveniste explicitam, cada um à sua maneira, a relação entre significado e significante, seja no plano teórico e psíquico, seja no discurso, no uso da língua.

Para Saussure, o signo linguístico representa a menor unidade da língua e é formado por um conceito (significado) e uma imagem acústica (significante), que não existem separadamente. Saussure afirma, ainda, que o significante e o significado não têm relação direta com o objeto por eles designado. Assim, o nome não tem relação com a coisa, essa nomeação tem caráter arbitrário.

Já Benveniste relaciona a arbitrariedade mais com as relações de sentido e de referência, defendendo o uso de um mesmo signo em diferentes situações do discurso. Explicita, também, que a condição imprescindível para a constituição do signo é a significação, colocando-o como um integrante da ordem semiótica, na qual o sentido é o mais importante. Ao contrário de Saussure, o autor define o significante como a unidade formal da língua, que determina o significado.

Essa relação torna-se ainda mais próxima no signo onomástico, embora ele apresente alguns fenômenos como o esvaziamento semântico, que o levam à opacidade, à fossilização ou à cristalização do nome. O antropônimo, além de ser um signo onomástico, é um produto cultural, que mostra a concepção de mundo de uma região e de seus ocupantes. Se a língua é um elemento marcante da cultura, seu léxico e, conseqüentemente, o conjunto de seus nomes próprios de pessoas, bem como os de lugares, auxiliam nessa percepção.

O signo linguístico é arbitrário ou necessário; o signo onomástico é motivado. Além de diferenciarem-se no que se refere à motivação, o signo onomástico tem uma particularidade específica quanto à função. Deve, assim, ser percebido sob dois aspectos: a função do denominador (razões que fazem com que o falante selecione um signo onomástico e não outro) e a origem semântica da denominação, de modo transparente ou opaco.

Sem o conhecimento da motivação do signo onomástico, os nomes próprios de pessoas tornam-se meras etiquetas denotativas e identificadoras. Assim, pode-se supor que, da mesma forma arbitrária do signo linguístico saussuriano, o signo onomástico sofre uma perda contínua de sua motivação e essa relação, mesmo que tenha surgido de maneira convencional, pode tornar-se arbitrária.

**REFERÊNCIAS**

- BAJO PÉREZ, E. La caracterización morfosintáctica del nombre propio. Noia, A Coruña: Toxosoutos, 2002.
- BARBISAN, Leci B. e FLORES, Valdir do N. Sobre Saussure, Benveniste e outras histórias da linguística. In NORMAN, Claudine. Convite à linguística. São Paulo: Contexto, 2009.
- BENVENISTE, Émile. Problemas de linguística geral II. Campinas: Pontes, 2005.
- CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus; ANTUNES, Alessandra Martins. Princípios Teóricos de Toponímia e Antroponímia: a questão do nome próprio. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2007. Disponível em <http://www.filologia.org.br/xicnlf/2/09.htm>. Acesso em 18 de agosto de 2015.
- DAUZAT, Albert. Les noms de personnes; origine et évolution, prénoms – noms de famille – surnoms – pseudonoms. Paris: Dalagrave, 1950.
- DICK, Maria Vicentina do Amaral. Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de estudos. São Paulo: Edições Arquivos do Estado, 1990.
- _____. A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897. São Paulo: Annablume, 1996.
- _____. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In OLIVEIRA, Ana M. M; ISQUERDO, Aparecida Negri (orgs). As Ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: UFMS, 2001.
- MARCATO, Carla. Nomi di persona, nomi di luogo. Bologna: Mulino, 2009.
- SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de linguística geral. São Paulo: Cultrix, 2004.
- ROSSEBASTIANO, Alda; PAPA, Elena. I nomi di persona in Itália; dizionario storico ed etimologico. Vol. I e II. Torino: UTET.
- VASCONCELLOS, J. Leite de. Opúsculos; Onomatologia. Vol. III. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

Abstract: *The linguistic sign is differentiated from the onomastic sign by presenting an arbitrary character in relation to its referent opposed to the second which is motivated. The onomastics, that studies first names, is also characterized by its function particularity, which is to identify and individualize them. First names reveal sociocultural and economic standards and can be studied taking into consideration extralinguistics factors of own choice. This article will be based in Saussure and Benveniste's theory on linguistic sign's nature, as well as Dauzat, Marcato and Dick's thoughts on first names and the linguistics branches in charge of studying it.*

Keywords: *Linguistic sign. Onomastic sign. Name. Motivation. Conventionality*



O BILHETE ORIENTADOR COMO ÍNDICE DE RASURA OU DE ESCRITA? QUAIS SÃO OS MOVIMENTOS PROVOCADOS POR ESSE INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO NA REESCRITA DO TEXTO DO ALUNO?

Fernanda Tais Brignol Guimarães¹
Vinícius Oliveira de Oliveira²

Resumo: *Buscamos, neste estudo, analisar o processo de escrita e reescrita do artigo de opinião de uma aluna, permeado pela avaliação feita através do bilhete orientador do professor em um contexto de ensino/aprendizagem de Português como língua materna. Sob a ótica da linguística da enunciação, de Émile Benveniste, propomo-nos a analisar como se dá a constituição do sujeito através da escrita, ou seja, de que forma ocorre o processo de construção da subjetividade do sujeito-autor, processo este que é perpassado pelo discurso de muitos outros sujeitos. Para tanto, utilizamo-nos, também, de estudos realizados por Grespan (2010) e Endruweit (2006), entre outros autores, com o intuito de investigar como esse sujeito se mostra nas marcas linguísticas e nos rastros deixados nos rascunhos de seus textos. Como resultados da investigação proposta, apontamos o fato de que o bilhete orientador ora se mostra como índice de rasura, ora de escrita. Dessa forma, o uso desse instrumento de intervenção por parte do professor requer alguns cuidados, a fim de se evitar o risco de interferir na autoria do aluno, ou, então, de intimidá-lo com bilhetes muito extensos, ou com o uso de uma linguagem muito formal, contribuindo, assim, para o apagamento do sujeito-autor.*

Palavras-chave: *Linguística da enunciação, Subjetividade, Escrita e reescrita, Bilhete orientador.*

INTRODUÇÃO

Neste estudo, fazemos uso de lentes teóricas como a linguística da enunciação proposta por Émile Benveniste, bem como utilizamos, também, os estudos realizados por Grespan (2010) e Endruweit (2006), entre outros autores. Assim, pretendemos analisar o processo de escrita e reescrita do artigo de opinião de uma aluna, desenvolvido em um contexto de ensino/aprendizagem de Português como língua materna. Sob a ótica da linguística da enunciação, de Benveniste, propomo-nos a analisar como se dá a constituição do sujeito através da escrita. Segundo Endruweit (2006), há a possibilidade de pensar a escrita como subjetividade – grafada como Escrita. Dessa forma, pretendemos investigar como esse sujeito se mostra nas marcas linguísticas e nos rastros deixados nos rascunhos de seus textos; como percebemos o

¹ Possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Pampa – Unipampa (2012) e pós-graduação em nível de Especialização pela mesma universidade. Atualmente, é aluna do Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado em Linguística Aplicada, da Universidade Católica de Pelotas – UCPEL (conceito – CAPES 5) e bolsista do(a) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

² Possui graduação em Letras pelo Centro Universitário Franciscano (2013). Atualmente, é aluno do Programa de Pós-Graduação em Letras - Mestrado em Linguística Aplicada da Universidade Católica de Pelotas - UCPEL (conceito CAPES 5) e bolsista do(a) CNPq



processo de construção da subjetividade do sujeito-autor, processo este que é perpassado pelo discurso de muitos outros sujeitos. O bilhete orientador se constitui como um índice de rasura ou de escrita? Como se mostra a subjetividade do sujeito-autor em um processo de escrita permeado pelo discurso presente nos bilhetes orientadores da reescrita? Quais as dificuldades enfrentadas pelo sujeito-autor durante a reescrita de seu texto através da avaliação presente nos bilhetes orientadores? Utilizando as classificações propostas pela crítica genética, quais os movimentos mais realizados pelo sujeito-autor: supressão, substituição, acréscimo ou rasura? O que o uso desses movimentos pode indicar com relação à Escrita/subjetividade do sujeito-autor?

O contexto de produção dos textos que constituirão o corpus da análise aqui apresentada constituiu-se da seguinte forma: através do estudo de diferentes gêneros discursivos, tendo como gênero central o artigo de opinião, criou-se um processo de interação escrita, constituída pela avaliação feita através do bilhete orientador do professor agindo sobre o processo de reescrita do texto dos alunos. Dessa forma, o processo de reescrita é perpassado pelo discurso do professor, presente nos bilhetes orientadores. O objetivo desse estudo recai sobre a análise do processo de escrita e reescrita do artigo de opinião, ou seja, serão analisados os rascunhos e a versão final do artigo de opinião de uma aluna da referida turma (para a qual utilizaremos o pseudônimo “Julia”).

REFERENCIAL TEÓRICO

A partir da teoria de Benveniste, sabemos que a enunciação considera a língua em movimento, ou seja, homens e mulheres falando inseridos em um contexto social. Para o autor, a linguagem faz parte da natureza do homem “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’” (BENVENISTE, 2005, p. 286).

Considerando a tríade eu – tu - ele, proposta por Benveniste, temos um eu que fala a um tu sobre ele. Dessa forma, ao tomarmos o lugar de eu, estamos nos colocando no lugar de enunciador que, por sua vez, necessitará de um tu para existir. Nas palavras do autor: “A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego eu a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um tu. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da pessoa” (BENVENISTE, 2005, p. 286). A subjetividade presente na linguagem cria na linguagem e fora dela, a categoria da pessoa.

O ele será a não-pessoa, por se tratar de algo fora do discurso: ele – pessoa/objeto/coisa da qual se fala. Dessa forma, o eu e o tu diferem-se do ele, pois o eu e o tu sempre designarão pessoas, sujeitos que se enunciam, já o ele está ausente e, portanto, não profere enunciação, razão pela qual o ele refere-se a não-pessoa.

Segundo Benveniste, não há como definir o eu, pois cada eu que se enuncia tem sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único, portanto “não há conceito ‘eu’ englobando todos os eu que se enunciam a todo o instante na boca de todos os locutores, no sentido em que há um conceito ‘árvore’ ao qual se reduzem todos os empregos individuais de árvore” (BENVENISTE, 2005, p. 288). Isto diz respeito aos



conceitos de Benveniste de signo pleno e signo vazio, sendo o signo pleno algo que já está preenchido, ou seja, este signo remete à imagem acústica do objeto presente na mente do locutor (como no caso do conceito árvore); já o signo vazio precisa ser preenchido, precisa ser referenciado (no caso dos pronomes eu/tu, pois não temos uma imagem acústica indicando cada eu/tu presentes em cada enunciação).

A enunciação cada vez é única, trata-se do colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização. Pelo ato de enunciação, o locutor põe a língua em movimento e a mobiliza por sua conta. Esse ato supõe a conversão individual da língua em discurso, em que cada um dos locutores se propõe alternadamente como “sujeito” identificando-se como pessoa única, pronunciando eu e dirigindo-se a um tu.

Dessa forma, tem-se a questão de ver como o “sentido” se forma em “palavras”, em que medida se pode distinguir entre as duas noções e em que termos descrever sua interação.

Segundo Benveniste (2006):

Desde o momento em que o enunciador se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário, ele dispõe para este fim de um aparelho de funções. É, em primeiro lugar, a interrogação, que é uma enunciação construída para suscitar uma “resposta”, por um processo linguístico que é ao mesmo tempo um processo de comportamento com dupla entrada. (...) De modo semelhante distribuir-se-ão os termos ou formas que denominamos intimação: ordens, apelos concebidos em categorias como o imperativo, o vocativo, que implicam uma relação viva e imediata do enunciador ao outro numa referência necessária ao tempo da enunciação. (...) Menos evidente talvez, mas também certo, é o fato de a asserção pertencer a este mesmo repertório. Em seu rodeio sintático como em sua entonação, a asserção visa a comunicar com certeza, ela é a manifestação mais comum da presença do locutor na enunciação, ela tem mesmo instrumentos específicos que a exprimem ou que a implicam, as palavras sim e não afirmando positivamente ou negativamente uma proposição. (BENVENISTE, 2006, p. 86).

Benveniste trata da noção de monólogo como uma variedade do diálogo, como sendo um diálogo interiorizado, que procede claramente da enunciação, pois é formulado em “linguagem interior”, entre um eu locutor e um eu ouvinte. Para o autor “seria preciso também distinguir enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem.” (BENVENISTE, 2006, p. 90).

METODOLOGIA

A geração dos dados ocorreu em uma turma de 8º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública do município de Bagé, composta por 26 alunos, com idades entre 12 e 19 anos, durante os meses de maio e junho de 2011. Nesse momento, foi desenvolvido com a turma um projeto de letramento sobre o patrimônio histórico e cultural da cidade de Bagé, oportunamente no ano em que a cidade comemorava os seus duzentos anos. O referido projeto envolveu o estudo de diferentes gêneros discursivos: entrevista, poema, lenda, charge, artigo de opinião, entre outros, e previu como objetivo final a elaboração de um jornal da turma, em que foram publicadas as produções dos alunos, visando a sua circulação social.



ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Analisaremos as versões reescritas do artigo de opinião da aluna Júlia, que se constituíram através da avaliação feita pelo bilhete orientador do professor. Neste momento é importante retomar as questões desta investigação, que são as seguintes:

1. Como se dá a constituição do sujeito através da escrita, como esse sujeito se mostra nas marcas linguísticas e nos rastros deixados nos rascunhos de seus textos? Como percebemos o processo de construção da subjetividade do sujeito-autor, processo este que é perpassado pelo discurso de muitos outros sujeitos?

2. O bilhete orientador se constitui como um índice de rasura ou de escrita?

3. Como se mostra a subjetividade do sujeito-autor em um processo de escrita permeado pelo discurso presente nos bilhetes orientadores da reescrita?

4. Quais as dificuldades enfrentadas pela aluna durante a reescrita de seu texto através da avaliação presente nos bilhetes orientadores?

5. Quais os movimentos mais realizados pela aluna: supressão, substituição, acréscimo ou rasura? O que o uso desses movimentos pode indicar com relação à Escrita/subjetividade do sujeito-autor?

Artigo de opinião – 1ª versão

Bom eu apoio (que) demolir as casas antigas, por quê? daqui alguns anos vão ter que tombar denovo, daí por diante, então é melhor derrubar para construir casas novas preservando o tempo histórico, e fazer prédios para pessoas

Na primeira versão do artigo de opinião de Júlia, percebemos que ela se mostra como sujeito-autor, pois apresenta sua opinião, que é a ideia de que os prédios históricos devem ser demolidos para a construção de novos prédios. A aluna mostra sua autoria, mesmo após o discurso presente nas aulas, que envolveram a questão da preservação do patrimônio histórico, com a presença de várias pessoas como: uma arquiteta, uma jornalista, uma guia turística – que acompanhou os alunos em uma visita aos prédios históricos de Bagé. Mesmo assim, Júlia constrói sua subjetividade na primeira versão do texto, em que se percebe facilmente um “Eu” (Júlia) que se enuncia a um “tu” (leitor). O primeiro texto de Júlia foi escrito a lápis. Nele, percebemos várias marcas de apagamento feitas pela aluna, o que demonstra que Júlia fez várias substituições de palavras e frases até encontrar a melhor forma de, através de seu dizer, expressar seu pensamento aos leitores. Não é possível identificar o que foi apagado, a única palavra que conseguimos identificar é a palavra “que”, na primeira linha, por isso colocamos essa palavra entre parênteses na transcrição do texto, por se tratar de uma palavra que foi apagada, porém consegue-se identificá-la através de marcas deixadas na superfície do texto.

**Bilhete orientador**

Júlia

Tente ser um pouco mais clara, vamos tentar organizar seu texto juntas, ok?

Em primeiro lugar, você deve dar um título para o texto. Pense em algo que chame atenção das pessoas, para que elas sintam vontade de ler seu texto.

Você deve ter em mente que as pessoas que irão ler seu texto não estão por dentro do assunto do qual você irá tratar, portanto você deverá informar seus leitores. Comece falando um pouco sobre o patrimônio histórico, sobre o que é, o que ele representa para os moradores de nossa cidade. Você pode falar também da questão da preservação e das diferentes opiniões a respeito.

Depois desta pequena introdução, você já pode se posicionar e apresentar seus argumentos. Qual é a sua opinião? Você é a favor ou contra a preservação do patrimônio? No seu texto você não deixa clara a sua opinião, pois no início você fala que é a favor a demolição das casas antigas e depois você diz que os prédios vão ter que ser tombados novamente. Esta questão não ficou clara, tente apresentar suas ideias de forma clara.

Não esqueça de concluir seu texto reforçando sua opinião, ok?

Bom trabalho!

Artigo de opinião – 2ª versão**Histórias de Bagé**

Bom as histórias de Bagé são muito emocionantes para as pessoas que vivem aqui em bagé, sabemos que bajé é uma cidade cheia de histórias antigas, para lembrarmos com os pais, avós, tios, primos, amigos, que emociona a todos.

E com o tempo eles vão se esquecendo, más alguns não. O bom da cidade é que ela é cheia de lugares para passear com a família, amigos. Como a 7 de setembro, o museu, o cinema...;

E ainda tem que cuidar bem da nossa cidade para todos que vierem a Bagé seja lembrada a todos.

Na segunda versão do texto, Júlia dá um título a seu artigo, atendendo à sugestão do bilhete orientador. Percebemos, também, que, após ler o bilhete orientador do professor, Júlia deixa de se enunciar como sujeito-autor e sua escrita passa a apresentar-se como o que Signorini (2000) chama de ‘espelhamento’, ou seja, como uma recontextualização da palavra do outro (nesse caso do professor). Júlia utiliza-se de estratégias que permitam angariar a aprovação de seu leitor (o professor), ocorrendo, então, um apagamento do sujeito-autor. Isso porque Júlia defendia uma posição com relação à questão polêmica (a preservação ou não do patrimônio histórico) e o discurso presente no bilhete fez com que a aluna mudasse de opinião. Pode-se dizer que a enunciação de Júlia se apresentava na forma Eu – tu, em que ela demonstrava sua subjetividade através de sua Escrita e, após a leitura do bilhete, apresenta-se na forma eu – Tu, já que Júlia deixa de expressar o que pensa realmente e passa a dizer o que ela



imagina que seu leitor quer ouvir. Esse apagamento da autoria de Júlia pode ser explicado pelos questionamentos presentes no bilhete, como na linha 19, através de perguntas diretas: “Qual é a sua opinião? Você é a favor ou contra a preservação do patrimônio histórico?” Esse tipo de questionamento pode ter intimidado a aluna, que já demonstrava insegurança em deixar transparecer sua autoria, pois na primeira versão, como já foi mencionado, percebemos várias marcas de apagamento no texto de Júlia, demonstrando que ela realiza várias substituições até conseguir dizer o que pensa.

É importante ressaltar que ao receber a segunda versão de seu artigo com outro bilhete orientador, Júlia fala a seguinte frase para os colegas: “ela nunca gosta do que a gente escreve, sempre tem que fazer de novo”, referindo-se à professora. O que reforça a ideia de que a aluna esperava angariar a aprovação de seu leitor, apropriando-se de um discurso que ela imaginava ser o que o leitor (a professora) esperava ouvir. Como houve mais uma reescrita, Júlia demonstra sua decepção, através da frase descrita acima, por achar que seu texto ainda não estava de acordo com o que a professora queria.

Bilhete Orientador

Júlia

Seu texto ficou bem melhor, parabéns!

Suas ideias estão bem mais claras e organizadas e você escolheu um ótimo título.

Agora para melhorá-lo ainda mais, vamos pensar em algumas questões, está bem? Não há necessidade de manter a palavra “Bom” no início do texto, você já pode começá-lo por “As histórias...”

Na terceira linha você não precisa repetir a palavra Bagé pode dizer somente: “As histórias de Bagé são muito emocionantes para as pessoas que vivem aqui.”

Senti falta em seu texto da fala sobre o patrimônio histórico, sobre a discussão com relação à preservação, sobre os prédios históricos. Tente relacionar as histórias de Bagé ao patrimônio histórico, afinal a preservação dos prédios se dá justamente para que essas histórias não se percam.

No último parágrafo você pode substituir a palavra “ainda” por “na minha opinião”; “penso que” etc. Ainda no último parágrafo você poderia substituir a frase “para todos que vierem a Bagé seja lembrada a todos” por “para todos que vierem a Bagé lembrarem de sua história”.

Tente reescrever seu texto novamente pensando nestas questões a fim de melhorá-lo ainda mais.

Bom trabalho!

Artigo de opinião – 3ª versão

Histórias de Bagé

As histórias de Bagé são muito emocionantes para as pessoas que moram aqui, sabemos que a cidade é cheia de histórias antigas para serem lembradas por todos, pelos mais velhos, novos e até as pessoas que não moram aqui. Por isso é bom preservar o patrimônio histórico para que as pessoas que passam pela cidade lembrem-se de Bagé, e dos tempos antigos (como) as casas, as ruas, os prédios...

Tem vários lugares que são muito legais para passear com os amigos, família, para qualquer lugar da cidade pra você lembra velhos tempos, essa semana eu fui na velha casa de pedra, muito linda por sinal. E é por isso ~~que~~temos que preservar o tempo histórico para lembrar das histórias antigas da nossa cidade.



Na terceira versão do artigo de Júlia, ela mantém o discurso que supostamente terá a aprovação de seu leitor (a professora) e faz os seguintes movimentos com relação à segunda versão do texto:

- a) Mantém o título que havia inserido na segunda versão por sugestão do bilhete;
- b) Supressão da palavra “Bom” no início do texto, atendendo à sugestão do bilhete;
- c) Substituição da palavra “vivem” por “moram” na segunda linha, essa substituição foi por conta da aluna e não do bilhete;
- d) Ainda na segunda linha, há a supressão da palavra Bagé, por solicitação do bilhete;
- e) Nessa mesma linha há, também, a substituição da palavra “Bagé” por “cidade”, isso se explica pela solicitação presente no bilhete para que Júlia evitasse repetições;
- f) Na terceira e quarta linha, Júlia substitui a frase “para relembrarmos com os pais, avós, tios, primos, amigos, que emociona a todos” por “para serem lembradas por todos, pelos mais velhos, novos e até as pessoas que não moram aqui”, essa substituição também foi por conta da própria aluna e não do bilhete;
- g) Existe, também, a supressão da frase “e com o tempo eles vão se esquecendo, mas alguns não” presente na segunda versão do texto, em troca, na terceira versão, há o acréscimo da frase “por isso é bom preservar o patrimônio histórico para que as pessoas que passam pela cidade lembrem-se de Bagé, e dos tempos antigos (como) as casas, as ruas, os prédios...”, a palavra “como” encontra-se entre parênteses por ter sido acrescentada após a escrita da frase, o que indica que a aluna ao reler a frase resolveu acrescentar essa palavra para obter melhor resultado semântico em seu texto. Percebe-se que essa palavra foi acrescentada depois por ela estar escrita sobre a expressão “as casas”, o que indica que essa expressão já havia sido escrita antes, não sobrando espaço para acomodar a palavra “como” na linha, essa palavra foi escrita sobre as demais;
- h) Houve, também, a substituição da frase “o bom da cidade é que ela é cheia de lugares para passear com a família, amigos. Como a 7 de setembro, o museu, o cinema...;” pela frase “tem vários lugares que são muito legais para passear com os amigos, família, para qualquer lugar da cidade pra você lembra dos velhos tempos”, essa substituição se deu por conta da aluna e não do bilhete;
- i) Percebemos, na terceira versão do texto, o acréscimo da informação “essa semana eu fui a velha casa de pedra, muito linda por sinal.”, o acréscimo dessa informação pode ser explicado pela sugestão do bilhete de que a aluna falasse sobre o patrimônio histórico, sobre os prédios históricos relacionando-os com as histórias de Bagé;
- j) No final do texto, há a substituição da frase “E ainda tem que cuidar bem da nossa cidade para todos que vierem a Bagé seja lembrada a todos” por “E é por isso que temos que preservar o tempo histórico para lembrar das histórias



antigas de nossa cidade”, essa substituição se dá pela sugestão do bilhete de que a aluna substituiu a palavra ainda e, também, a última frase para dar mais coesão ao texto.

No último parágrafo da terceira versão percebe-se a rasura da palavra “que”, indicando a supressão dessa palavra.

SUGESTÕES PARA A INTERVENÇÃO ATRAVÉS DO USO DOS BILHETES ORIENTADORES

Através da análise apresentada é possível perceber alguns aspectos com relação à escrita dos bilhetes orientadores que podem ter causado certa dificuldade para Júlia na hora de reescrever seu texto. Primeiro: a extensão dos bilhetes, que se apresentam mais como cartas. Considerando que Júlia já demonstrava certa insegurança na hora de apresentar-se como autora de seu texto, já que na primeira versão – em que ela se mostra como sujeito-autor – percebe-se várias marcas de apagamento, demonstrando que o Eu que se enunciava estava em conflito com seu eu interior, os bilhetes muito grandes podem ter intimidado ainda mais a autoria de Júlia. Segundo: a linguagem formal utilizada nos bilhetes, que se tivesse se apresentado de forma mais acessível, talvez em um mesmo nível de linguagem de Júlia, teria deixado a aluna mais à vontade para expressar sua opinião e não tentar garantir um discurso que ela supunha ser o que a professora esperava, permitindo que o discurso do outro prevalecesse sobre seu próprio discurso. Terceiro: a interferência do bilhete orientador na autoria de Júlia, pois o discurso utilizado no bilhete fez com que a aluna ficasse, de certa forma, intimidada a corresponder ao que supostamente a professora queria.

Com base nesses dados, nossas sugestões de intervenção pedagógica através do uso de bilhetes orientadores é a de que sejam tomados certos cuidados, como: não escrever bilhetes muito longos, que possam intimidar a escrita do aluno; utilizar uma linguagem mais acessível, considerando a linguagem do aluno e tentando aproximar-se dele através do uso de uma linguagem mais próxima a dele; tomar cuidado com o discurso presente no bilhete para não correr o risco de apagar a autoria do aluno, fazendo com que ele opte pelo tipo de enunciação eu – Tu ao invés da Eu – tu. No modelo de enunciação Eu - tu o sujeito-autor se enuncia deixando prevalecer o seu dizer ao do outro e, dessa forma, sua escrita se mostra como subjetividade – grafada como Escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise apresentada percebemos que a aluna Júlia se mostra como sujeito na primeira versão do texto, em que a sua escrita se mostra como Escrita - subjetividade. Porém, após a leitura do bilhete orientador, Júlia acaba tomando para si o discurso do outro e deixa que esse discurso prevaleça sobre o seu próprio dizer. Já era possível perceber certa insegurança de Júlia ao se enunciar como sujeito-autor, pelas marcas de apagamento deixadas na primeira versão do texto, demonstrando que ela fez várias substituições até conseguir dizer o que pensava.



Nas versões seguintes Júlia demonstra, também, muitas substituições, algumas por sugestão do bilhete, outras por conta própria, mas a diferença é que, nas demais versões, Júlia já não mais se enuncia como sujeito-autor, pois ela se apropria do dizer do outro, buscando a aprovação do leitor. Além da questão de mudar de opinião, essa apropriação do dizer do outro se evidencia, também, através da frase que ela enuncia ao receber a segunda versão de seu texto com outro bilhete orientador da reescrita: “ela nunca gosta do que a gente escreve, sempre tem que fazer de novo”, através desse dizer de Júlia, percebe-se a sua decepção, pois ela esperava ter dito o que a professora queria ouvir e, ao ter que reescrever novamente o texto, Júlia mostra-se surpresa.

Na terceira versão do artigo, Júlia continua com o discurso que ela imagina ser o que terá a aprovação da professora, e faz as alterações sugeridas pelo bilhete, além de outras que ela julga necessárias.

A partir dos dados apresentados, percebemos que o bilhete orientador ora se mostra como índice de rasura, ora de escrita. Ao escolher esse instrumento de intervenção, há que se tomar alguns cuidados para não correr o risco de interferir na autoria do aluno, nem de intimidá-lo com bilhetes extensos ou com o uso de uma linguagem muito formal. É preciso perceber a relação do aluno com seu texto, perceber como seu discurso se organiza, como ele consegue lidar com o discurso do tipo ‘monólogo’, ou seja, o Eu – eu, em que o Eu que se enuncia está em conflito com seu eu interior. Dessa forma, é possível, através da intervenção feita através do bilhete orientador, conseguir que a enunciação do aluno se mostre como Eu – tu ao invés de eu – Tu. Nesse sentido, o aluno, através de sua Escrita – subjetividade irá assumir a posição de sujeito-autor, dono de seu próprio dizer.

REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, Émile. A natureza dos pronomes. In: _____. Problemas de linguística geral I. 5ed. Campinas: Pontes, 2005. p. 277-283.
- _____. Da subjetividade na linguagem. In: _____. Problemas de linguística geral I. 5ed. Campinas: Pontes, 2005. p. 284-293.
- _____. O aparelho formal da enunciação. In: _____. Problemas de linguística geral II. 2ed. Campinas: Pontes, 2006. p. 81-90.
- ENDUWEIT, Magali Lopes. A escrita enunciativa e os rastros da singularidade. Porto Alegre, 2006.
- GRESPLAN, Viviane Maria da Silva. A (re)escrita no processo de criação: um estudo enunciativo de rascunhos em oficina literária. São Leopoldo, 2010.
- PENTEADO, Ana Elisa de Arruda; MESKO, Wladimir Stempniak. Como se responde a um bilhete? Movimentos a partir desse instrumento de intervenção nas produções textuais em processo de reescrita. In.: SIGNORINI, Inês. (Org.) Gêneros catalisadores: letramento e formação do professor. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 71-91.
- SIGNORINI, I. O papel do relato no contexto de formação da alfabetizadora: percurso feito, percurso por fazer. In: KLEIMAN, A; SIGNORINI, I. (orgs.). Ensino e formação do professor. Alfabetização de jovens e adultos. Porto Alegre: Artes Médica Sul, 2000.



ABSTRACT: *We aim, in this study, to analyze the rewriting process of a students' opinion article, which is permeated by the evaluation done through the professor's guide ticket of in the context of learning/teaching of Portuguese as primary language. According to the Enunciation Linguistics theoretical background, which Emile Benveniste is the main name, we propose to analyze how the subject is constituted through its writing, in other words, our intention is analyzing the way that the subjectivity of the author-subject is formulated in the sense that this process is characterized by the encounter of various subjects. As an additional background we analyze studies done by Grespan (2010) e Endruweit (2006), and other authors, in order to investigate how this person shows yourself through linguistic marks and other marks that are the result of their drafts. As the results of this proposed investigation, we highlight the fact that the guide ticket is sometimes an index of erasure, and other times is an index of writing. This way, the use of this intervention instrument by teacher requires some attention in order to avoid the risk of intervention in the students' authroship or, in another specific case, it can intimidate him with long tickets or the use of very formal language, which contributes for the deleting the subject author.*

KEYWORDS: *Enunciation Linguistics. Subjectivity. Writing and Rewriting. Guide Ticket.*



MUSEUS: ESPAÇOS DE MEDIAÇÃO CULTURAL E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

Silvia Sell Duarte Pillotto¹

Maria Bernadete Baran de Oliveira²

Rúbia Stein do Nascimento³

***Resumo:** Este artigo pretende provocar o leitor, no sentido de potencializar as reflexões sobre as possibilidades artísticas, estéticas e culturais de um espaço museológico. Perguntas como: quais são as funções de um museu? Qual sua inserção educativa na comunidade? Como se dão as relações entre público e espaços museológicos? Quais propostas referentes à mediação cultural têm sido desenvolvidas? E o potencial educativo cultural dos museus está envolvendo atividades de educação patrimonial? Qual o nosso papel enquanto educadoras, gestoras e cidadãs neste processo? São reflexões que permeiam este artigo, no intuito de pensar no espaço museológico a partir de outras possibilidades, de outros saberes e conhecimentos.*

***Palavras-chave:** Museu. Patrimônio. Educação.*

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende provocar o leitor, no sentido de potencializar as reflexões sobre as possibilidades artísticas, estéticas e culturais de um espaço museológico. Perguntas como: quais são as funções de um museu? Qual sua inserção educativa na comunidade? Como se dão as relações entre público e espaços museológicos? Quais propostas referentes à mediação cultural têm sido desenvolvidas? E o potencial educativo cultural dos museus está envolvendo atividades de educação patrimonial? Qual o nosso papel enquanto educadoras, gestoras e cidadãs neste processo? São reflexões que permeiam este artigo, no intuito de pensar no espaço museológico a partir de outras possibilidades, de outros saberes e conhecimentos.

Como então iniciar estas discussões? Pelo arcabouço teórico? Pelas reflexões conceituais? Foram tantos os caminhos pensados... No entanto, decidimos por iniciar com o relato Experiências no contexto de um museu: mediação cultural e formação continuada. Esta experiência foi realizada no Museu de Arte de Joinville – MAJ, em 2009 com um grupo de estagiários (monitores) da Galeria Victor Kursancew (Casa da Cultura Fausto Rocha Júnior), Casa Museu Fritz Alt e professores de Arte da Rede

¹ Profa. nos Programas de Mestrado em: “Patrimônio Cultural e Sociedade” e “Mestrado em Educação” – UNIVILLE; Profa. dos cursos de Artes Visuais e Pedagogia – UNIVILLE; Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Arte na Educação – NUPAE (UNIVILLE).

² Mestre em “Patrimônio Cultural e Sociedade” – UNIVILLE; Profa. de Artes Visuais na Casa da Cultura Fausto Rocha Júnior (Fundação Cultural de Joinville).

³ Acadêmica no Programa de Mestrado “Patrimônio Cultural e Sociedade” – UNIVILLE; Especialista em Museologia e Conservação de Bens Culturais.



Pública Estadual de Ensino. A escolha pela formação continuada partiu do pressuposto de que os museus são espaços que necessitam articular ações com a comunidade, em especial com as escolas, uma vez que também é produtora de identidades. Dessa forma, a primeira reflexão tem a finalidade de abordar essa temática dialogando com a experiência ocorrida no contexto do museu, explicitando seu potencial didático, pedagógico, social e cultural à produção de identidades.

Para fundamentar teoricamente esta experiência, faz-se necessário revisitar historicamente a origem dos museus e alguns conceitos que nos interessam a partir da ideia de ação compartilhada e socialização dos espaços culturais. Este será o segundo tópico deste artigo com o título Museu: espaço de pesquisa, experiências estéticas, saberes e conhecimento, ou seja, apresentar os museus como espaço de pesquisa, experiências estéticas, saberes e conhecimento. Neste item serão abordadas questões referentes à Mediação Cultural.

O terceiro tópico deste artigo, Educação Patrimonial: interfaces e interações, sustenta conceitualmente as abordagens apresentadas e instiga o leitor sobre as seguintes questões: os museus desenvolvem projetos envolvendo a educação patrimonial? Quais conceitos são trabalhados? Como se dá a inserção da comunidade nesses projetos? Quais rumos tomar?

Finalizando o artigo, mas não as reflexões, pois há muito ainda que investigar, destacamos algumas questões que nos afetaram durante a experiência realizada, bem como os estudos e pesquisas que têm fundamentado nossas posições referentes ao tema aqui tratado - Museus: espaços de mediação cultural e construção de identidades.

EXPERIÊNCIAS NO CONTEXTO DE UM MUSEU: MEDIÇÃO CULTURAL E FORMAÇÃO CONTINUADA

A ação educativa, realizada no Museu de Arte de Joinville - MAJ, ocorreu em três encontros de experiências teórico - práticas com educadores de museus, estagiários-monitores e professores de Arte. Nesses encontros, foram enfatizados os aspectos referentes aos processos de aprendizagem, conceitos em mediação cultural e questões relacionadas às possibilidades de ações e articulação entre museu e escola.

Para a realização desta ação educativa, informações foram coletadas em um diagnóstico-questionário respondido pelos envolvidos na pesquisa, aliado às pesquisas e estudos anteriores, o que contribuiu para o planejamento das propostas de ações educativas em mediação cultural, considerando as experiências dos envolvidos e o contexto do MAJ.

Pela nossa experiência e estudos, constatamos que a educação não formal em espaços museológicos é de grande importância e necessária para a formação do conhecimento em arte, consciência de cidadania e pertencimento, preenchendo uma lacuna entre comunidade, educação e museu.

Tendo em vista a necessidade da parceria entre os espaços formais e não formais da educação - escola e museu, foram realizados encontros com cada grupo específico (educadores de museu, estagiários e professores de arte), respeitando suas individualidades, experiências e conhecimentos, porém abordando os mesmos conteúdos.



A partir de estudos teóricos sobre mediação e as experiências na educação, o grupo pensou na possibilidade de construir coletivamente uma proposta de ação pedagógica, tendo como referência sete obras do Acervo do MAJ. São elas: Pandorgas (1972) de Aloísio Silveira de Souza – Florianópolis/SC; Sala com flores e moça (1974) de Suely Beduschi – Ibirama/SC; Cavalinho fantasia (1972) de Bernardo Caro – Itatiba/SP; Jardinagem (1976) de Amandos Sell – Joinville/SC; S/título (1993) de Antonio Mir - Lorca – Murcia/Espanha; Ponta seca (1993) de Fúlvio Colin - Joinville/SC e a série O circo (1997) de Juarez Machado - Joinville/SC.

Cabe salientar que as propostas de ações em mediação cultural foram pensadas para um público de estudantes/visitantes de 6 a 14 anos, pois entendemos que ações para esta faixa etária são as mais complexas, uma vez que envolvem conceitos de infância, criança e pré-adolescência. Saber quais metodologias utilizar para esse público e quais imagens enfatizar não são tarefas fáceis.

Para a realização das propostas, foi necessário também o contato do grupo com as obras, envolvendo ações de leitura, construções poéticas e reflexões teóricas. Na sequência, cada participante do grupo escolheu uma das obras como referência no intuito de construir proposições educativas específicas para a aplicação delas na escola e no museu, um desafio que motivou a criação do grupo.

Para os processos de leitura, utilizou-se a proposta de leitura crítica em museu de Ott (1997), balizada em cinco categorias: descrição (observação da obra), análise (leitura dos elementos formais), interpretação (ressignificação a partir da percepção e interação com a obra), fundamentação (conhecimento do campo da História da Arte e do contexto) e revelação (ato de expressão artística e/ou produção).

Os processos de leitura foram enfatizados durante todo o processo de formação continuada, os quais oportunizaram a construção de novas significações por meio da sensibilização, da apreciação, da interpretação, do estranhamento e da crítica. Da mesma forma, os conceitos/conteúdos que estão inseridos nas obras/objetos da arte puderam ser associados a temas sociais, culturais, psicológicos, estéticos, entre outros.

Na proposta de Ott, os processos de leitura envolvem aquecimento-sensibilização, despertando e liberando o potencial criativo dos estudantes. Processo que “[...] fornece conceitos para a crítica voltada à produção artística operando nas relações existentes entre o modo crítico e o criativo de aprender em arte-educação.” (1997, p. 126-127).

Importante considerar que mesmo utilizando Ott como um dos autores de referência na compreensão dos processos de leitura, faz-se necessário compreender também que nenhum método é capaz de dar conta da complexidade que é a leitura e o afetamento desta em nossas vidas. Mais ainda, que o mediador (professor, educador de museus, professor...) não deveria estar preso a um único método de leitura. Assim, mesmo tendo Ott como base conceitual e metodológica durante o processo, nos apropriamos de outras tantas formas de interação com as obras/objetos de arte.

Na percepção dos participantes da formação continuada, tanto dos educadores de museus quanto dos professores de arte, a mediação cultural pode ser desenvolvida antes, durante e depois das visitas de estudos. Mais do que uma simples visita, a mediação exige de professores e educadores de museus planejamento, preparação, avaliação e redefinição de ações.



A articulação entre saberes, experiências estéticas e conhecimentos é fundamental nos processos de aprendizagem, uma vez que tanto a escola quanto as instituições culturais necessitam buscar parcerias, articulando propostas de mediação cultural, levando em conta narrativas interdisciplinares, que favorecem a compreensão do sujeito com seu entorno.

Nessa experiência, o grupo compreendeu que o museu pode proporcionar experiências educacionais significativas, em que o estudante/visitante possa ter oportunidade de se apropriar do patrimônio exposto (obras/objetos de arte), promovendo a ressignificação e a formação cultural.

A compreensão, a interpretação e a participação cultural dos sujeitos implicam numa construção efetiva de identidades, nos espaços formais e não formais da educação. Confirma-se, deste modo, que a relação entre museu e escola é de grande benefício aos estudantes/visitantes, por contribuir na constituição de cidadãos éticos, sensíveis, atuantes, agindo com mais responsabilidade social.

Foi possível identificar, a partir da formação continuada, que a presença de uma equipe especializada nas instituições museológicas é de grande importância para a efetivação de ações de mediação cultural. Uma equipe que seja apta a criar/construir jogos lúdicos, oficinas artísticas, propostas de leitura, registros, entre outros, oportunizando o conhecimento prático e teórico, tendo como referência o patrimônio cultural, os espaços museológicos, as obras/objetos de arte e tudo que diga respeito às construções de identidades. Tais ações podem ser fundamentadas na história crítica de arte, já que a mediação cultural vem apropriando-se dessa vertente nos estudos das exposições temporárias e de longa duração.

Nesta perspectiva, valorizar o acervo do museu, a construção de materiais educativos, a formação continuada, o respeito à diversidade, pode garantir a verdadeira função dos espaços museológicos. Foi o que nos propusemos a fazer.

Desenvolvida a proposta para mediação cultural no MAJ, com a intenção de valorizar o seu acervo, a arte, a cultura, as identidades e a cidadania, compreendemos que as ações entre escola e museu devem ser uma constante, acompanhadas de ações de formação continuada.

Ao refletir sobre a formação continuada em mediação cultural, percebemos que tanto a escola quanto as instituições museológicas devem se envolver em propostas que possibilitem leituras de obras/objetos artísticos e do patrimônio cultural aos sujeitos. Narrativas interdisciplinares favorecem a compreensão do sujeito, podendo resultar em ampliação de saberes sociais, estéticos e culturais. Ações que priorizem o contexto sócio/cultural do estudante e do público em geral, para a construção do conhecimento e de saberes.

MUSEU: ESPAÇO DE PESQUISA, EXPERIÊNCIAS ESTÉTICAS, SABERES E CONHECIMENTO

Vale destacar um pouco da história do MAJ, campo de pesquisa relatada no item Experiências no contexto de um Museu: mediação cultural e formação continuada. O MAJ, antiga residência de Ottokar Döerfel, finalizada em 1864, tornou-se Museu de Arte de Joinville – MAJ em 1976.



Por suas características semelhantes às edificações das adjacências de Hamburgo, cidade localizada ao norte da Alemanha, país de origem de seu idealizador e morador, atualmente o MAJ é um sinalizador de cultura, com exposições artísticas itinerantes e algumas fixas de seu acervo, abertas à comunidade. Sua reserva técnica resguarda obras nacionais e internacionais, entre elas: esculturas, gravuras, telas e obras/objetos efêmeros.

Curioso quando abordamos questões históricas, conceituais ou metodológicas referentes aos museus. Museu - que espaço é esse? Quando surgiu? Com que finalidade? A partir do relato *Experiências no contexto de um Museu: mediação cultural e formação continuada*, abordado no item anterior, é quase impossível não falar sobre esse espaço mágico, complexo, encantador, que é o museu.

Identificamos em pesquisas, produções científicas e também pelos outros meios de comunicação como a internet, livros, periódicos, entre outros, que o universo dos museus brasileiros está em expansão e em franco e dinâmico movimento.

Quando a família real portuguesa chegou ao Brasil, em 1808, existia por aqui apenas um museu. Cem anos depois (1908), já havia 10 ou 12 museus. Expansão pequena. Movimento lento. Em dezembro de 2008, de acordo com os dados do Cadastro Nacional de Museus, existiam, no Brasil, 2.607 museus. Expansão extraordinária. Movimento acelerado. A maioria absoluta desses Museus foi criada após a segunda metade do século XX.

Qualquer que seja a especialidade ou a categoria de um museu ou lugar em que ele se situe no mundo, certos princípios éticos e de integridade profissional devem ser aplicados por aqueles que são encarregados das atividades museais, museológicas e museográficas. Relacionando as dimensões teóricas e práticas envolvidas nas políticas de patrimônio e na atuação dos museus na contemporaneidade, focalizamos a extraordinária ampliação que esses conceitos sofrem, especialmente nas últimas décadas do século XX. Como afirma Santos:

A contemporaneidade tem sido marcada por processos sociais ricos, no sentido de reconhecer a diversidade, o respeito à diferença e, sobretudo, por um forte apelo para que exerçamos a nossa cidadania, com a consciência de que podemos ser sujeitos da história. Talvez possamos afirmar que a ação participativa seja uma das características mais marcantes da contemporaneidade. (SANTOS, 1999, p. 01)

Maria Célia Moura Santos buscou apresentar uma reflexão sobre as estratégias museais, realizando uma análise em que os “Museus e as práticas museológicas estão sempre em relação com as demais práticas sociais globais, sendo, portanto, o resultado das relações humanas, em cada momento histórico” (SANTOS, 1999, p. 01). A Museologia Contemporânea procura tornar possível a execução de processos museais mais ajustados às necessidades dos cidadãos, em diferentes contextos, por meio da participação dos sujeitos com vistas ao desenvolvimento sócio-cultural.

Tomaremos como referencial a experiência vivida, nas áreas da Educação e da Museologia, destacando a importância da produção do conhecimento e a relevância da relação teoria-prática, apresentando o desenvolvimento de projetos que têm contribuído, de forma



marcante, para a melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas, tornando possível a construção de uma ação museológica, que visa à conquista da autodeterminação, reconhecendo, no patrimônio integral, um instrumento de educação e desenvolvimento. (SANTOS, 1999, p. 01)

Finalmente, podemos dizer que os museus da atualidade não se limitam a uma resposta atual às necessidades e/ou preocupações que a sociedade contemporânea encerra em sua diversidade e complexidade, ou de um pensamento e atuação que considera a musealização como algo rígido e imutável. Em uma perspectiva de base sociológica, um museu pode ser considerado uma subestrutura em permanente relação e interdependência com as restantes subestruturas que, no seu conjunto, formam o todo social.

Com efeito, o museu, independentemente do seu programa, espaço e coleções, possui em si mesmo todo o potencial e características indispensáveis para sua inserção no todo social. Resta-nos, portanto, adaptar e adequar estratégias ao constante movimento e mutações que a sociedade contemporânea apresenta em seus tecidos sócio-culturais atuais, eles próprios em constante movimento.

Cada vez mais se está compreendendo que o museu pode tornar-se um espaço com potencialidades educativas. Portanto, longe de representar o rançoso papel de local de culto ao passado, ou até mesmo de “depósitos de velharias”, os museus podem ser centros catalizadores de energia criativa das comunidades, estabelecendo uma ponte estimulante entre presente, passado e futuro.

O Museu, em nossa concepção e a partir dos teóricos estudados, é entendido como instituição que deve estar comprometida com o processo educacional, tanto no âmbito da educação formal quanto da não formal, desempenhando uma ação cultural e educativa. O museu pode ser conceituado como unidade funcional e social, e, nesta perspectiva, também como espaço dinâmico e de difusão cultural-educacional.

Neste viés, os processos educativos têm um caráter dinâmico, em transformação, contínuo e permanente que não se esgota no âmbito escolar. Cabe, então, ao professor-educador reconhecer que as aprendizagens apropriadas pelos sujeitos não se reduzem às oferecidas pela escola, e nem apenas à contemplação das coleções museológicas.

A análise da educação, portanto, está sendo aqui compreendida como um processo que tem como referencial o patrimônio cultural e natural – tangível e intangível, fundamental para que a ação educativa e os processos de aprendizagem sejam realizados. É imprescindível, e vimos isso no relato de experiência apresentado anteriormente, levar em consideração a herança cultural dos sujeitos, em um determinado tempo e espaço. As diversas áreas do conhecimento não funcionam como compartimentos estanques, pois fazem parte de uma grande diversidade. Trata-se do resultado de uma teia de relações em que cultura, arte, ciência e tecnologia, em cada momento histórico, são construídas e reconstruídas pela ação do sujeito, produtor de cultura e de conhecimento.

Nesse sentido, entendemos que a escola é uma instituição que integra o patrimônio de uma sociedade, resultado da herança cultural construída pelos sujeitos sociais ao longo dos tempos, e que os museus também participam do processo educacional, com suas ações educativo-museológicas e de mediação cultural.



Desta forma, repensar a tradição, a herança cultural, os conhecimentos, os saberes e fazeres e reconstruí-los é missão primordial da escola. O legado cultural deve ser o referencial básico para a apresentação de novos problemas e novas abordagens, o que só poderá ser conseguido por meio da pesquisa, do ensino e da socialização desses conhecimentos e saberes, considerado como princípio educativo.

A pesquisa, segundo Demo (1996), deveria ser o caminho a ser percorrido, no sentido de estabelecer uma relação afetiva entre a educação e a cultura, visando à apropriação, à reapropriação e à criação de novos patrimônios culturais. Para isto, o museu e a museologia, associados a projetos de pesquisa escolares, constituiriam um fazer museológico compreendido como um processo caracterizado pela aplicação das ações de pesquisa, preservação, comunicação, educação e difusão científica do conhecimento.

Perceber a ação museológica como ação educativa significa, portanto, caracterizá-la como ação de difusão do conhecimento, porque é buscando as interfaces das ações de pesquisa, preservação e comunicação que conseguiremos nos distanciar da compartimentalização das disciplinas escolares. Vale ressaltar que o estabelecimento de metas e objetivos educacionais não deveriam se esgotar na aplicação da técnica isolada e descontextualizada. Evitaríamos, assim, a dissociação entre os meios e o fim. Portanto, o processo museológico é um processo educativo e de comunicação, capaz de contribuir para que o sujeito possa ver a realidade e expressar essa realidade, qualificada como patrimônio cultural.

Os métodos e as técnicas a serem utilizados em projetos a serem desenvolvidos pelos museus e pelas escolas podem, em nosso entender, estar apoiados nas concepções contemporâneas de educação, de museologia, de museus, de patrimônio, de identidades, de memória e de cidadania. Estes também podem ser adaptados aos diferentes contextos, aos anseios e expectativas dos diversos grupos com os quais estejamos atuando, sendo avaliados e repensados constantemente. Também podem ser alterados e transformados por meio da nossa potencialidade criativa e capacidade de ousar, realizando um processo constante de ação e reflexão, no qual teoria e prática estejam sempre em interação.

MEDIAÇÃO CULTURAL

A mediação cultural é postura e ação que não visa somente relacionar às qualidades formais dos objetos e expressões artísticas. Leva em conta, também, as concepções históricas, estéticas e culturais, com possibilidades de significados e de interação entre público, obra/objeto e espaço. Visa, também, possibilitar ações, nas quais se potencializa a interação, através da observação das características culturais de uma sociedade e de ações em educação patrimonial.

No espaço do museu, a ação pedagógica ao longo de uma visita de estudos e os encaminhamentos metodológicos são decisivos na apropriação e produção de sentidos do público. Este movimento possibilita criar ações que ampliam “[...] a leitura e a compreensão do mundo e da cultura” (PANOFISKY apud MARTINS, 2005, p. 17). Um



aprendizado que proporciona uma apropriação de conhecimentos, abrindo espaços para a experiência estética, favorecendo novas significações, pois a experiência “[...] se acumula e se prolonga, vai além do próprio tempo” (CARVALHO, 2005, p. 126).

A mediação cultural importa, como afirma Ganzer, é uma ação educativa atuante entre as instituições escolares e culturais. Isto traz à tona “[...] a possibilidade de transformação da expectativa, do assombro e do encantamento em situações de aprendizagem...” (GANZER, 2005, p. 86-87). Assim, demanda um constante desenvolvimento para que museus e escolas atuem como agentes multiplicadores de saberes.

O público necessita ampliar seu repertório, por meio da construção de sentidos e da relação entre presente–passado–presente, a fim de compreender e estabelecer relações com as imagens produzidas historicamente.

Nesta trama simbólica, a ação é estabelecida quando as obras/objetos de arte, imagens são interpretadas, significadas e resignificadas com base na interação, considerando o conhecimento do contexto cultural. “Para isso não basta expor o aluno a um mundo de imagens, é preciso que, através de sua ação, ele componha e decomponha as imagens para apropriar-se delas” (PILLAR e VIEIRA, 1992, p. 10). Esta apropriação, a partir de atividades mediadas “[...] só pode visar a alguma eficácia se voltada para a educação das imagens em sua especificidade [...] propriamente artística e estética” (FAVARETTO, 2007, p. 33-34).

A experiência estética “[...] é a relação sensível com o mundo, uma postura diante das coisas, um momento em que nos encontramos em presença de algo que provoca emoção, imaginação, cognição, presencialidade” (MARTINS, 2005, p. 126). Desta forma, no momento da interação/apreciação, a participação do sujeito é fundamental, as afetações acontecem nas relações entre corpo, mente e obra. Dewey (1974), citado por Martins, afirma que:

Não é possível separar, numa experiência vital, o prático, o emocional e o intelectual uns dos outros, e pôr as propriedades de um em oposição aos outros. [...] seus diferentes constituintes formam uma experiência integral, [...] suas várias partes estão ligadas umas às outras, e não apenas sucedem uma à outra. (DEWEY apud MARTINS, 2005, p. 126).

A ação mediadora, conforme Martins (2007), pode tornar-se um ato provocativo de experiências, a partir de ações planejadas antecipadamente, ações amplas; uma “ponte” de conexão entre obra/objeto, espectador e mediador.

[...] a própria ação mediadora, compreendida não como uma ponte entre quem sabe e quem não sabe, entre a obra e o espectador, mas como um “estar entre muitos” [...] nos coloca na posição de quem também há de viver uma experiência, estendendo-a aos outros, uma vez que a vivemos com intensidade. (MARTINS, 2007, p. 07)

Para Favaretto, estas ações são “[...] táticas que materializam uma estratégia geral, que é social e cultural, através da arte – com a arte e não pela arte, simplesmente” (FAVARETTO, 2007, p. 33). Na visão de Perkins, “O olhar para a arte convida,



recompensa e encoraja um temperamento atencioso, porque obras de arte requerem atenção a fim de se descobrir o que eles têm para mostrar e dizer” (PERKINS apud EFLAND, 2005, p. 186).

Assim, no trabalho de mediação cultural, é possível criar ações que ampliam “[...] a leitura e a compreensão do mundo e da cultura” (PANOFISKY apud MARTINS, 2005, p. 17). Um aprendizado que proporciona uma apropriação de conhecimentos, abrindo espaços para a experiência estética, favorecendo a novas significações, pois a experimentação “[...] se acumula e se prolonga, vai além do próprio tempo” (CARVALHO, 2005, p. 126).

As experiências que temos com a arte/cultura podem proporcionar uma compreensão mais significativa do mundo, pois “[...] diante do turbilhão de informações efêmeras, fragmentadas e aceleradas, o homem moderno vê-se incapaz de incorporar à sua memória as impressões do vivido” (CARVALHO, 2005, p. 126). Nessa imensa quantidade de imagens e informações, configura-se, muitas vezes, o não entendimento do público com relação às imagens das mídias contemporâneas e a arte, prevalecendo, assim, o entendimento dessas imagens por uma “pequena minoria”.

Políticas de ações em que o mediador cultural facilita a compreensão e estabelece com o observador uma empatia em relação às obras/objetos expostos, torna-o ativo culturalmente. Para isso, pressupõe-se a atuação de um profissional capacitado, pois, através de suas ações, “[...] organiza situações que provoquem o desenvolvimento do poder da mente, incluindo imaginação, por meio da criação e da reflexão” (EFLAND, 2005, p. 187). Esse tipo de ação oportuniza tornar a arte/cultura acessível a um público diversificado.

Nesse sentido, novas propostas educativas devem ser proporcionadas ao público, observando as faixas etárias e o grau de conhecimento, priorizando parcerias entre escola e comunidade. Conforme Leite, “Isso requer, sobretudo, uma mudança na mentalidade, sobre a visitação dos museus, sobre o papel da visita dirigida, dos monitores, etc.” (LEITE, 2005, p. 51).

A característica da educação não formal, para Simson, Parks e Fernandes, está na “[...] maneira diferenciada de trabalhar com a educação, paralelamente à escola” (SIMSON, PARKS e FERNANDES, 2001, p. 9). Para os autores, esta maneira de educar permite criar ações em locais de cultura (museus, galerias, bibliotecas, atelier), com o intercâmbio de experiências, ampliando o conhecimento de todos os envolvidos, por meio de “[...] uma relação prazerosa com o aprender” (2001, p. 10).

Suas ações beneficiam a coletividade, proporcionando a investigação e a participação de todos os membros de um grupo de forma igualitária (professores, educadores de museus, estudantes, comunidade de forma geral). O pertencimento é uma das características que se destaca na educação não formal, “[...] não há como pensar a educação não formal desconsiderando a comunidade, pois é difícil o envolvimento voluntário das pessoas com algo com o qual não se identificam.” (SIMSON, PARKS e FERNANDES, 2001, p. 11).



EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: INTERFACES E INTERAÇÕES

Nas questões abordadas anteriormente, a educação patrimonial se faz presente, seja nos aspectos conceituais, ou nos metodológicos. Lidar com abordagens educacionais, culturais e estéticas é, também, pensar na preservação do patrimônio cultural. É lidar com o espelho de um país composto por muitas culturas, pautado na diversidade e, muitas vezes, na adversidade, por conta do não entendimento dessa multiplicidade de saberes e fazeres.

Em nossos diálogos com os autores selecionados para esta reflexão, destacamos a relevância de perceber o conhecimento, os saberes, os registros e os fazeres culturais como instrumentos potencializadores que podem se constituir em processos de novas informações, estímulos e novos significados. A possibilidade de se estabelecer uma reciprocidade entre sujeito e meio cultural torna o saber específico coerente e significativo. Para tanto, se faz necessária a interação entre sujeitos e meio cultural pela percepção de que o outro pode revelar e fornecer conhecimentos, saberes e costumes que servirão de subsídios para a preservação, comunicação e acesso a toda a produção humana (material e imaterial).

A responsabilidade de assumir, enquanto cidadãos e profissionais de preservação do patrimônio, um envolvimento participativo no processo de fortalecimento de bens culturais patrimonializados, reflete-se na compreensão de educação patrimonial como um poderoso instrumento que favorece o entendimento e o comprometimento na construção de um valoroso universo sócio-cultural.

Uma nova postura sobre a preservação e conservação do patrimônio, tanto individual quanto coletivo, pode estar fundamentada na valorização que uma comunidade, a partir de seus membros, passa a outorgar e refletir quando do fortalecimento e valorização de suas diferenças, de suas memórias, de suas histórias em um processo de autoconstrução de sua própria identidade.

A educação patrimonial proporciona aos participantes a revalorização de seu patrimônio pessoal e o espelhamento da emoção sentida para o patrimônio coletivo. Trata-se do processo de conhecer, registrar e apropriar-se de suas experiências e vivências ao longo de suas vidas, inserindo-se como personagens atuantes de sua própria história. É compreender que, quanto mais perceberem sua importância em seu meio, mais estarão aptos a apropriarem-se das influências do mundo sem abdicarem ou rechaçarem do seu próprio mundo. Boff expressa sua preocupação com o posicionamento humano em relação aos seus pares e demais seres viventes. E, então, questiona:

Que compreensão de ser humano está submetida no projeto científico-técnico de dominação da natureza? A resposta mais provável será: o ser humano se entende (ilusoriamente) como o ápice do processo de evolução, o centro de todos os seres (antropocentrismo) e considera que as demais coisas, especialmente a natureza, só têm sentido quando ordenadas ao ser humano; ele pode dispor delas ao seu bel-prazer. Que imagem de ser humano projetamos quando o descobrimos como um ser-no-mundo-com-outros sempre se relacionando, construindo seu habitat, ocupando-se com as coisas, preocupando-se com as pessoas, dedicando-se àquilo que lhe representa, importância e valor e dispondo-se a sofrer e a



alegrar-se com quem se sente unido e ama? A resposta mais adequada será: o ser humano é um ser de cuidado, mais ainda, sua essência se encontra no cuidado. Colocar cuidado em tudo o que projeta e faz, eis a característica singular do ser humano. (BOFF, 1999, p. 35)

Um pensamento que nos permite refletir: até quando as pessoas vão, efetivamente, se preocupar com a preservação de seus patrimônios? Quando perceberão a necessidade de cuidados básicos tanto com o patrimônio cultural quanto com o patrimônio natural, tangível e intangível?

BREVES CONSIDERAÇÕES

A demasiada aceleração do ritmo histórico, com tantas novas tecnologias inventadas e produzidas pelo homem, acaba por levantar novos desafios, entre eles a necessidade de transformação dos paradigmas que orientam as ações de interpretação do mundo. A sociedade precisa de mudanças imediatas na forma de ampliar suas possibilidades de ver/olhar e agir sobre o seu contexto sócio-histórico-cultural, com processos educativos, sejam eles formais ou não-formais.

Interessante inserir questões relacionadas à memória e à história de vida, tornando-as articuladoras de conteúdos específicos que envolvem as diversas áreas do conhecimento. Para que isso ocorra, é necessário que atividades, procedimentos, estratégias e metodologias relacionadas às ações educativo-culturais adquiram novos significados no processo de construção de uma sociedade democrática, participativa e socialmente justa.

Nesta perspectiva, vale romper com alguns paradigmas que ainda rondam a educação e, mais precisamente, a educação patrimonial. Afastar a visão positivista que nos assombra por sua racionalidade instrumental e econômica, bem como por seus estreitos pontos de vista. E, então, “como fazer” uma educação patrimonial nos espaços museológicos e na escola?

Talvez, um dos possíveis caminhos seja investir na formação continuada, tanto dos educadores de museus, quanto dos professores, aqueles que fazem a ponte entre a escola e os espaços culturais.

Para que a educação formal possa cumprir seu importante papel social, cada vez mais procurado e cobrado na sociedade atual, se faz necessário um permanente esforço e vontade política para a efetiva inserção da educação patrimonial no cotidiano escolar.

Dentre as barreiras a serem transpostas está a compreensão dos atores escolares acerca da necessidade de investimentos pessoais e coletivos tanto no que diz respeito à formação, quanto à elaboração de materiais, estratégias e caminhos que possibilitem a produção de conhecimentos que venham a promover mudanças na compreensão do ambiente sócio-histórico-cultural e nos modos de ser e fazer. Além disso, é fundamental que pensemos em políticas públicas que priorizem o diálogo entre a educação formal e não formal, e que os Projetos Educativos tanto da escola, quanto dos espaços não formais, percebam a importância dessa articulação e busquem alternativas para concretizá-la.

**REFERÊNCIAS**

- BOFF, L. Saber Cuidar: ética do humano - compaixão pela Terra. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CARVALHO, M. (art.) Espaços de Cultura e Formação de Professores/Monitores. In: Museu, Educação e Cultura: encontro de crianças e professores com a arte. LEITE; OSTETO (orgs.). Campinas: Papirus, 2005.
- DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. Campinas: Autores Associados, 1996.
- EFLAND, Arthur D. (art.). Cultura, sociedade, arte e educação num mundo pós-moderno. GUINSBURG e BARBOSA. In: O pós modernismo. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- FAVARETTO, Celso. Entre a proximidade e o estranhamento: a mediação e o público. MARTINS; SCHULTZE; EGAS (orgs.). In: Mediando [con]tatos com arte e cultura. São Paulo: UNESP/Instituto de Artes. Pós-graduação; v.1, nº1, novembro 2007.
- GANZER, A. A. (art.) Turbilhão de Sentimentos e Imaginações: As crianças vão ao museu ou ao castelo... LEITE; OSTETO (orgs.). In: Museu, educação e cultura: encontro de crianças e professores com a arte. Campinas: Papirus, 2005.
- KOHAN, Walter Omar. Infância. Entre educação e filosofia. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003.
- LEITE, M.I. art. Museus de arte: espaços de educação e cultura. In: LEITE, M.I. et OSTETO, L.E. (orgs.). Museu, educação e cultura: Encontro de crianças e professores com a arte. Série Ágere. Campinas: Papirus, 2005.
- MARTINS, Mirian C. Expedições instigantes. In Mediação: provocações estéticas. MARTINS, M. C.(org.). São Paulo: UNESP/Instituto de Artes. Pós Graduação; v.1, nº1, outubro 2005.
- MARTINS, Mirian C. [Con]Tatos com mediação cultural: um ciclo de conversações no SESC Pinheiro/SP. In; MARTINS; SCHULTZE; EGAS (orgs.). Mediando [Con]Tatos com arte e cultura. São Paulo: UNESP/Instituto de Artes. Pós-graduação; v.1, n1, nov. 2007.
- OTT, Robert W. Ensinando crítica nos museus. In: BARBOSA, Ana M. Arte-educação: leitura no subsolo. São Paulo: Cortez, 1997.
- PILLAR, Analice; VIEIRA, Denise. O vídeo e a metodologia triangular no ensino da arte. Porto Alegre: UFRGS/Fundação Iochpe, 1992.
- SANTOS, Maria Célia T. Moura. Repensando a ação cultural e educativa dos Museus. 2ed. ampliada. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1999.
- SIMSON, PARKS, e FERNANDES (Orgs.) Educação não-formal: Cenários de criação. Campinas: UNICAMP, 2001.

ABSTRACT: *This work intend to provoke reflections on the artistic, aesthetics and cultural possibilities of a museological space. Questions as: what are the functions of a museum? Which is the educational impact on the community? How are the relations between public and museological spaces? Which proposals of cultural mediation have been developed? The museums educational and cultural potential is involving patrimonial education activities? What is our role as educators, managers and citizens on this process? Those are the reflections that guide this article with the intent of think about the museological space from other possibilities and other knowledges.*

KEYWORDS: *Museum. Cultural Heritage. Educa*



A ISCA DA NOTÍCIA: COMO O JORNALISMO ONLINE IMPACTA NA APRESENTAÇÃO E NA LEITURA DO TÍTULO JORNALÍSTICO

Jeferson Bertolini¹

***Resumo:** Este artigo aborda o aspecto visual dos títulos das notícias publicadas na internet. O objetivo é mostrar que determinadas características do jornalismo online, como a atualização contínua, impactam na apresentação dos títulos. O texto apresenta princípios do design gráfico, como simetria e regularidade, e recorre à teoria da evolução das espécies para dizer que a beleza é fundamental tanto para o consumo da notícia quanto para a preservação da vida.*

***Palavras-chave:** Apelo visual. Título jornalístico. Internet. Design gráfico.*

A FUNÇÃO ESTÉTICA DO TÍTULO JORNALÍSTICO

Elemento capaz de atrair ou afastar o leitor, o título jornalístico passa por uma transformação visual expressiva por conta do avanço das plataformas digitais, para onde cada vez mais migra a leitura do noticiário. Com o jornalismo online, os títulos conciliam a função de revelar a síntese da notícia (SOUSA, 2005) com funções exclusivas da internet, como os links. Além disso, preservam a função visual, para apresentar a notícia de forma graficamente agradável.

Os títulos têm aquilo que Douglas (1966) chama de função estética: além de anunciar a notícia e resumir seu conteúdo em frases curtas e usuais, ele deve “dar aspecto atraente à página” para fisgar o leitor. As funções estéticas apareceram mais nitidamente no século XIX. Surgiram na esteira do desenvolvimento da imprensa norte-americana e da briga pela audiência entre William Hearst, do New York Journal, e Joseph Pulitzer, do New York World. Principais empresários da notícia em Nova York, os dois perceberam que o aspecto tipográfico influenciava a venda de jornais e passaram a modificar a primeira página, criando inicialmente títulos em duas colunas e, mais tarde, de um canto a outro da página, plantando as raízes das manchetes como as conhecemos hoje. Os títulos, acrescenta Douglas, também têm funções técnicas, aquelas que se referem à escrita. Elas vieram antes das funções estéticas: surgiram nos livros e foram adotadas pelos jornais durante o século XVII porque, com tanto texto sendo impresso, era preciso criar tópicos que ajudassem o leitor.

¹ Doutorando em Ciências Humanas (UFSC), mestre em Jornalismo (UFSC), bacharel em Comunicação Social (UNIVALI).



O DARWINISMO DA BELEZA

A beleza que o leitor procura nos títulos jornalísticos se repete em outros campos da vida, da compra de uma roupa à escolha de um parceiro ou parceira. O belo vai além: ele é, de acordo com a teoria de Charles Darwin (1809-1882), condição para a manutenção da espécie. Ao estudar pássaros, o naturalista percebeu que a beleza do macho guia as escolhas da fêmea no acasalamento. Ele destaca que “os machos sem adornos ou não atraentes se sairão igualmente bem na batalha pela vida e na luta para deixar uma prole numerosa se machos mais bem-dotados não estiveram presentes”, porque “as fêmeas tendem a optar por parceiros de linhagens mais fortes e simétricas” (1981, p. 258).

Os estudos darwinianos com pássaros mostram que modelos de beleza se propagam e se adaptam ao tempo, sempre mantendo ligação com o processo evolutivo. De acordo com a teoria do britânico, pássaros de variadas espécies desenvolveram bicos maiores, plumagens coloridas, penas alongadas e cantos graves e agudos, ao longo dos séculos, para terem mais chance de atraírem as fêmeas e se acasalarem.

Darwin descobriu comportamento semelhante em outros animais: a fêmea do peixe-espada gosta de machos de espadas compridas; as andorinhas preferem machos com caudas longas; os pavões com caudas mais elaboradas atraem mais parceiras; insetos e sapos também têm obsessão por tamanho, e ambos fazem som durante o período de reprodução. Tamanho e intensidade do barulho estão relacionados, e as fêmeas respondem sobretudo aos coaxos mais baixos, que tendem a ser emitidos pelos machos maiores e, portanto, mais fortes, capazes de proteger a prole.

Também há, nas leis da natureza comprovadas por Darwin, os ideais de tamanho (o macho dominante é o maior, e do tamanho derivam associações com virilidade e reprodução da espécie) e de simetria (formas equilibradas agradam mais). Para os animais, a simetria é um sinal de bom desenvolvimento, resistência a parasitas, mais anos de vida e fertilidade. A beleza é uma das maneiras de a vida se perpetuar, e a fixação por ela também está profundamente ligada à biologia humana, pontua Etcoff (1999), a primeira estudiosa do tema a relacionar Darwin e beleza. No caso dos humanos, observa ela, ser bonito está ligado à preocupação de nunca deixar de ser desejável sexualmente e de não ser alguém que já fora desejado sexualmente. Assim, adultos querem se passar por adolescentes. E isso já se via antes da era cristã: Cleópatra foi a primeira mulher a se depilar, por exemplo. Antes disso, havia uma infinidade de homens e mulheres, marcando o corpo e o adornando com objetos para parecerem mais bonitos e mais atraentes sexualmente.

O HOMEM BELUS: A FILOSOFIA DA BELEZA

Os títulos jornalísticos têm funções técnicas (ligadas à escrita, com frases curtas e usuais) e estéticas (ligadas à imagem, porque também foram pensados para dar harmonia às páginas). As duas se juntaram no século XIX, quando empresários da imprensa norte-americana passaram a valorizar os títulos, ao perceberem que o aspecto



visual influenciava na venda de jornais. Dito de outra forma, quando descobriram que, nos jornais, o belo atraía o leitor - algo como ocorre com roupas, comida e parceiros.

Atualmente, funções técnicas e estéticas estão intimamente ligadas, especialmente nos meios impressos, nos quais os títulos são diagramados nas páginas sob o mantra “valorizar”, “blocar” e “alinhar”. Nos meios digitais, devido à publicação contínua e apressada, os limites técnicos das ferramentas de edição de homepage não têm a mesma ligação. Ou seja, o belo ainda é um desafio. Será que este descuido estético impacta na venda de notícias?

A palavra estética vem do grego *aisthesis*. Significa sentir. Não com o coração ou sentimentos, mas com os sentidos, nossa rede de percepções físicas. Com o passar do tempo, o termo tornou-se tão utilizado que agora pode servir para qualificar tanto as filosofias do belo quanto objetos inspirados na arte, como o design, nosso tema de interesse aqui.

Na filosofia, o primeiro a empregar o termo estética foi Alexander Gottlieb Baumgarten (1714-1762), aponta Santaella (1994). Ele usou a palavra no texto *Reflexões filosóficas sobre algumas questões pertencentes à poesia* (1735), definindo-a como a ciência da percepção em geral. Depois, Baumgarten ajustou a própria definição, chamando-a de perfeição da cognição sensitiva, que encontra na beleza seu objeto próprio. A primeira grande obra a dar forma e conteúdo à estética filosófica foi *Crítica e Julgamento* (1790), do alemão Immanuel Kant (1724-1804), acrescenta a autora. Trata-se de uma obra que aborda temas acerca das regiões mais sensíveis do pensamento, como o sentimento, o discurso e a ação.

Apesar da palavra estética, em contexto filosófico, só ter aparecido em 1735, questões relativas ao termo surgiram no mundo grego. Platão (428-348 a.C.) foi o primeiro a desenvolver uma teoria das artes inserida na filosofia do belo. A teoria dele tem dois conceitos básicos: o de *mimesis* (ou imitação) e o de entusiasmo criador. O primeiro é mais aplicável às artes visuais. O segundo, às artes verbais e à música.

Platão concebia a arte como uma atividade prática qualquer, bem diferente da ideia de inspiração ou sobrenatural que se tem hoje - em parte, essa visão atual tem elo com o Renascimento, séculos XII e XIII, que aproximou o homem de si mesmo e de Deus.

Na concepção platônica, os trabalhos realizados com as mãos eram vistos como inferiores frente aos produtos do intelecto, como o pensamento, por isso sua natureza era mais pobre. Resumidamente, a arte limitava-se a uma espécie de fazer mecânico, que chamava de *téchne*. O conceito de *mimesis* vem dessa ideia de repetição e mecanicismo. O grego entendia a arte como cópia imperfeita do ideal, ou imitação da imitação no universo de formas e ideias. Também a considerava aparência de segunda ordem, o que a afastava do ideal e da verdade.

Santaella observa que “o conceito de *mimesis* foi o primeiro a detectar e discutir o problema do qual nenhuma forma de arte pode escapar: o problema da sua duplicidade, que veio a receber, ao longo dos séculos, as mais variadas denominações, entre elas representação, ilusão, expressão, simulação etc” (1994, p. 26).



A obra de Platão acerca das teorias da arte é tão ampla que dela derivam quatro temas gerais: 1) a ideia geral de arte ou *téchne*; 2) o conceito de mimese; 3) o conceito de inspiração, entusiasmo, loucura ou obsessão como condição para a criação; e 4) o conceito de loucura erótica e sua conexão com a visão do belo. O conceito de loucura é o mais destacado dos quatro porque, apesar de aparentemente contraditório ao pensamento inicial, do fazer mecânico, ele tira a arte do terreno técnico por meio de características instintivas como a inspiração. E isso, admitia Platão, transcendia as regras e o saber fazer.

Aristóteles (384-322 a.C.) também pensou sobre o tema. Para ele, a arte era resultado de uma habilidade para o fazer. Não o fazer repetitivo, mas àquele capaz de transfigurar a matéria a ponto de alcançar um poder revelatório - a ideia de arte desliza do fazer mecânico ao campo da habilidade intelectual.

Ele dizia que o belo é fruto, ou resultado, do domínio que o artista tem da *téchne*, de quão habilmente ele é capaz de utilizar os meios de composição, tendo em vista a simetria, a harmonia e a completude. E entendia que a arte é valiosa por poder reparar as deficiências da natureza, especialmente as humanas, e por trazer uma contribuição moral capaz de levar ao engano e alimentar paixões.

Apesar de aparentemente oposta à filosofia platônica, a aristotélica sugou dela os conceitos de *téchne* e mimese. Juntas, essas duas correntes de pensamento serviram de referência a filósofos de gerações seguintes. Um deles foi Longino (século III d.C.). No ensaio *Sobre o Sublime*, ele levanta duas questões relevantes para qualquer tipo de arte: 1) qual a qualidade que faz uma obra ser grande ou sublime, e 2) como a qualidade pode ser produzida. Longino, esclarece Barbas (2006), não apresenta uma fórmula mágica para responder aos seus dois questionamentos. Contudo, deixa claro no texto que, para aflorar, o sublime depende de uma disposição da alma, uma habilidade para absorver grandes concepções e alimentar paixões impetuosas. Na obra dele nota-se o primeiro grande passo que descola a arte e suas conexões da técnica, elevando-a ao patamar abstrato das sensações.

O termo sublime tem suas raízes na Antiguidade e etimologicamente vem do latim *sublimis*, composto de *sub-limen*, o que está suspenso na arquitrave da porta, o Intel entre duas colunas. É, pois, um termo que, nas suas origens, está ligado à arquitetura, tendo o sentido direto de elevado, de algo que está acima da cabeça do homem (BARBAS, 2006, p. 2).

Outro a sugar das obras platônica e aristotélica foi Plotino (205-270 d.C.). Como aponta Santaella (1994, p. 32-33), no mesmo instante que ele levou a filosofia de Platão às consequências lógicas, a temperou com misticismo. Citou, por exemplo, a alma do mundo, que se manifesta em nossas almas e cria o mundo sensível. Para Plotino, a beleza nasce da unificação da multiplicidade da matéria sob a força de algum caráter essencial. Ele costumava dizer que, na natureza, isso será produzido pela alma do mundo, e, na arte, pela alma do mundo manifesta na alma humana.

Com a passar do tempo, a beleza descrita pela filosofia foi se aproximando de questões divinas. Foi assim em Santo Agostinho (354-430). Ele entendia que, na medida em que a arte concorda com as verdades da fé e reflete as harmonias do poder criador divino, ela está justificada.



Umberto Eco diz que Santo Tomás de Aquino (1225-1274) foi quem levou mais para perto de Deus as aparições do belo. Segundo o autor, “os medievais apossaram-se de temas, problemas e soluções do mundo clássico, usando-os no contexto de uma sensibilidade nova e diferente. Desse modo, estavam dispostos a receber a beleza na sua aparição como realidade puramente inteligível, como harmonia moral ou esplendor metafísico” (ECO, 1972, p. 34). Ao mesmo tempo, “não conseguiram descartar totalmente a beleza sensível porque um valor mais alto, no nível teórico, era conferido à beleza do espírito” (ECO, 1972, p. 34).

Santo Tomás entendia a beleza como uma propriedade transcendental e constante do ser. Para ele, ser é aquilo que pode ser visto como belo. Todos os seres contêm as condições constantes da beleza, uma vez que o universo, como obra do seu criador, é necessariamente belo, uma sinfonia de beleza. Como explica Eco, para Santo Tomás todo belo é bom, e tudo que é bom o é por estar associado numa perfeição definida com um certo ato de existir. O belo e o bem estão fundados na forma, que é a razão por que algo está em ato, ou tem atualidade, sendo bom por si mesmo. Santo Tomás criou uma lista com três tópicos para determinar aquilo que é belo. Segundo ele, para a beleza existir precisa de: 1) integridade, porque a mente gosta de ser; 2) proporção, porque à mente agradam a ordem e unidade; e 3) brilho e claridade, porque a mente gosta da luz e da inteligibilidade.

Jacques Maritain (1882-1973) é outro exemplo de associação da beleza com eventos abstratos. O foco dele era a alma e os sentidos da visão e audição. Acreditava que toda beleza sensível envolve um certo deleite dos olhos ou do ouvido, ou da imaginação, mas não pode haver qualquer beleza se a mente não estiver, do mesmo modo, deleitada. Em um ensaio sobre beleza, escreveu:

O belo é o que dá alegria, não qualquer alegria, mas alegria no conhecimento; não a alegria peculiar ao ato de conhecer, mas uma alegria superabundante, extrapolando tal ato devido ao objeto conhecido. Se algo exalta e delicia a alma pelo simples fato de ser dado na intuição da alma, é bom de ser apreendido, é belo. A beleza é essencialmente o objeto da inteligência, pois o que conhece, no pleno sentido da palavra, é a mente, apenas ela aberta para a infinitude do ser (...). O belo se relaciona à visão e audição entre todos os sentidos por que esses dois são máxime cognoscitive (...). O belo conatural ao homem é aquele que vem deliciar a alma através dos sentidos e suas intuições. Esse também é o belo particular de nossa arte, que trabalha sobre uma matéria sensível para o regozijo do espírito. Ela tem o sabor do paraíso terrestre porque restaura, por um momento, a paz simultânea e a delícia da mente e dos sentidos (MARITAIN, s.d., apud SANTAELLA, 1994, p. 34)

Marsilio Ficino (1433-1499), citado por Eco, também fixou Platão como ponto de partida a seus estudos sobre o que é bonito. Em *De Amore* (1475), ele defende que:

A criação é o processo dominante conduzido pela necessidade do amor, tal qual uma corrente em movimento de espiritualidade divina, viajando de Deus para o mundo e deste de volta a Deus. A beleza visível é o meio para a beleza inteligível. Este meio se realiza através do amor humano, enquanto a beleza inteligível só pode ter a realização divina (FICINO, 1987, p. 35)



Com o “fim” da filosofia e de escolas como o Renascimento, a arte foi suplantada pelo capital, o mundo das coisas. A partir de então, exigiu-se só as qualidades humanas do artista, capaz de produzir objetos belos. O valor dos objetos artísticos, dali para a frente, seria duplo: espiritual e mercantil.

DESIGN: PARA VENDER PRODUTOS E NOTÍCIAS

O design foi determinante para a criação do visual usado no jornalismo impresso, de onde o digital herdou as noções de alinhamento. Para Denis, design é, em sentido amplo, “a atividade que atribui forma material a conceitos intelectuais e que gera projetos no sentido objetivo de planos, esboços ou modelos para a produção em série por meios mecânicos” (2000, p. 16). O termo design gráfico surgiu por volta de 1800, com o desenvolvimento dos meios impressos.

Do ponto de vista histórico, a passagem da fabricação artesanal de determinado objeto, em que o mesmo indivíduo o concebe e o executa, à fabricação industrial, na qual se separam as etapas de projetar e executar, é um dos marcos do design. Os produtos gráficos viveram essa fase no século XV: os impressos produzidos na Europa passaram a ser feitos em série por meios mecânicos, com etapas distintas de projeto e execução - com o passar do tempo, tais etapas ficaram mais específicas, sobretudo após a Revolução Industrial, em 1750.

Fuentes defende que “o design se faz, não nasce, porque é uma atividade quase que exclusivamente humana” (2006, p. 26). O autor destaca que o desenho, no sentido de representação, base do design e da comunicação humana, é uma atividade de grupos evoluídos, percebida desde os primórdios, que não se conhece no resto das manifestações da natureza, com exceção de algumas espécies de primatas.

A prática do design também é antiga. A origem dos produtos configurados com função otimizada, como o é hoje, pode ser encontrada no tempo dos ancestrais. É o que sugere o trabalho do artista e construtor romano Vitruvius (80-10 a.C). Como assinala Bürdek (1997), Vitruvius deixou uma série de escritos que estão entre os registros mais antigos da arquitetura. Ele dizia que o arquiteto deve ter interesse pela arte e pela ciência, ser hábil na linguagem, além de ter conhecimento histórico e filosófico. É dele uma frase que entrou para a história do design e que casa com os propósitos de beleza na apresentação de notícia: toda construção deve obedecer a três categorias: solidez, utilidade e beleza.

O surgimento das indústrias foi determinante para o aprimoramento do design. A Revolução Industrial, percebida na Inglaterra por volta de 1750, ampliou a oferta de produtos de toda ordem, de cerâmicas a revistas ilustradas, e conseqüentemente provocou uma onda de consumismo Europa afora. Natural, então, que também seja um marco para o design.

Importante destacar que, pelo menos cem anos antes da revolução, havia um mercado consumidor expressivo na região por causa do acúmulo de riqueza em países europeus. Era época de pequenas oficinas, que entre outros objetos produziam artigos de luxo e exclusivos, feitos por artesões considerados artistas. Nessa época residem os primórdios da industrialização e das atividades do design.



A França do rei Luís XIV (1638-1715) é referência para o período por suas manufaturas exclusivas: o monarca tinha fábricas para produção de móveis, vidros e tapetes. E ao perceber o impacto que os produtos bonitos tinham sobre as vendas, contratou um pintor para criar formas a objetos a serem fabricados em oficinas a partir de desenhos.

A ideia das manufaturas reais espalhou-se por outros países da Europa, diz Denis (1999). Na Alemanha, por exemplo, surgiu, em 1709, a cerâmica de Meissen, a primeira a produzir porcelana na Europa. Ela também empregava artistas para projetar as peças porque já estava assimilado que o que era visualmente atraente vendia mais.

No século XVIII, começaram a surgir na Europa indústrias da iniciativa privada. A cidade de Lyons, na França, tornou-se um centro internacional de fabricação de sedas. A Catalunha desenvolveu bem a indústria têxtil. Na mesma época, a Inglaterra começou a se especializar em cerâmica e, graças a uma visão que reunia tecnologia, comércio e design, deu início a exportações para Ásia e Américas.

Com a oferta de produtos, as vendas chegaram à classe média da época. Foi preciso pensar espaços próprios para comercializá-los.

Depois do surgimento das primeiras fábricas na Europa, apareceu a ideia de se realizar exposições de artigos industriais e manufaturados com o objetivo de vender produtos. Entretanto, os organizadores não demoraram a perceber que muita gente ia às mostras para se divertir, não para fazer compras. Não era a intenção, mas foi daí que nasceu o conceito de compras e diversão que deu início aos shoppings e os mantém cheios até os dias atuais (DENIS, 1999, p. 79-81).

Para o design, tais exposições foram importantes porque representavam, a quem já trabalhava com o desenvolvimento de peças, a oportunidade de trocar experiências e ver o que de melhor a indústria estava produzindo. Os próprios prédios montados para essas exposições eram referências em beleza e inovação de formas. O Palácio de Cristal (Londres, 1851) e a Torre Eiffel (Paris, 1889), para citar dois exemplos, são desta época e até hoje atraem visitantes do mundo inteiro. Nas grandes capitais da Europa, impulsionada por tais exposições, a segunda metade do século XIX foi marcada por uma explosão do consumo, principalmente com o surgimento das primeiras lojas de departamento, em 1860. Com abundância de mercadorias, lojas como a norte-americana Macy's transformaram as compras em atividades de lazer. Paralelamente, as grandes cidades entraram na era dos espetáculos de circo e teatro. Tanto as exposições universais quanto as lojas de departamento viraram cenário de uma vivência à parte da existência comum: o hábito de olhar como forma de consumir.

AS CONTRIBUIÇÕES À IMPRENSA

No caso da imprensa, dois fenômenos registrados por conta da industrialização contribuíram de maneira determinante ao seu desenvolvimento: a concentração de pessoas na cidade em busca de emprego, e o aumento de renda com o trabalho assalariado. A difusão da alfabetização também foi importante. Com pessoas um pouco



mais instruídas e com jornada de trabalho sob algum controle, logo formou-se um público leitor e verificou-se um consumo dos impressos de informação e entretenimento.

A indústria gráfica percebia ali um de seus melhores momentos. De um lado, havia procura. Do outro, tecnologia que permitia uma impressão cada vez mais rápida. Logo, tornou-se indispensável o design gráfico, do qual brota a vertente que nos interessa, mas com foco nos meios digitais.

Começou-se a notar que pensar o design não se restringia aos objetos utilitários ou à arquitetura, mas abrangia a palavra escrita. Para ser comunicada, a palavra deve necessariamente partir de um alfabeto, e estão contidos nos alfabetos os desenhos de letras, seu estilo, a forma da letra (AZEVEDO, 1998, p. 32).

Além das tipologias, havia a necessidade de sinalizar a cidade a quem chegava em busca de trabalho. Também era preciso mostrar os novos objetos da linha de produção para estimular as vendas. Tudo passou a ser informação nas ruas, com destaque para os cartazes e anúncios, e os olhos humanos passaram a conviver com um tipo de informação rápida, visível e apelativa até então inexistente.

A indústria gráfica, como outros setores da economia da época, experimentou diversos avanços. Um dos saltos mais significativos foi o uso da polpa de madeira para fabricar papel, segundo Denis (1999). O procedimento já havia sido empregado timidamente no século XVIII, mas só se generalizou a partir de 1840, com a introdução das máquinas no processo de fabricação. O papel foi se tornando abundante e barato, o que alavancava os materiais impressos.

Outro avanço foi o aperfeiçoamento da fundição mecânica de tipos metálicos, o que facilitou a produção de letras de maiores dimensões e variedade, e propiciou a criação de fontes novas e as primeiras serifas. Também foram introduzidas, durante o século XIX, a estereotipia e as máquinas de composição, que culminaram no linotipo de Mergenthaler, um dos marcos da indústria gráfica.

Entretanto, a mais relevante dentre as novas tecnologias da época foi a introdução da prensa cilíndrica a vapor, em 1812, um marco na mecanização do processo de impressão. Para se ter ideia, a capacidade de impressão passou de 250 folhas/hora, nas prensas de 1800, para 4,2 mil folhas/hora, na máquina que dois engenheiros da época fizeram para o *The Times*, em 1827 (CLAIR, 1976; MEGGS, 1992, apud DENIS, 1999).

Os avanços da maquinaria da indústria gráfica causaram uma espécie de desânimo em tipógrafos, compositores, impressores e artesãos, porque suas atividades tinham de ser repensadas - algo parecido com o que nota-se agora com os meios digitais.

Nesse contexto, o papel do designer ganhou projeção. Com muitos impressos nas ruas, um dos critérios que distinguia a qualidade entre eles era a originalidade do projeto e as ilustrações, e não a qualidade da impressão. Dois nomes foram marcantes nos anos que se seguiram: Francisco de Paula Brito, o principal editor brasileiro na época, e Henrique Fleiuss, desenhista, litógrafo e editor. O primeiro dirigiu entre 1831 e 1861 algumas das principais editoras do Rio de Janeiro, responsáveis pela publicação de



diversos jornais e revistas, bem como boa parte da literatura nacional da época. O segundo começou em 1860 a publicação da *Semana Ilustrada*, a mais duradoura e influente da primeira leva de revistas ilustradas brasileiras, que começaram a circular em 1844 com *A Lanterna Mágica*.

Importante também destacar as evoluções no campo da imagem ao desenvolvimento da indústria gráfica. Primeiro com a xilogravura (com matriz de madeira), depois com a litografia (sobre pedra e zinco) e a gravura em metal (sobre chapas de aço), técnicas aprimoradas para o uso comercial no século XIX. Era a primeira vez na história que se imprimia imagens em larga escala e a baixo custo. A expansão do mercado foi expressiva. Na França, por exemplo, o número de semanários ilustrados em circulação aumentou 17 vezes entre 1830 e 1880 (JOBLING & CROWLEY, 1996). A proliferação de jornais e revistas ilustrados deu início a um processo de avanços nas tecnologias disponíveis para impressão de imagens, culminando na fotogravura, em 1880.

No Brasil, apesar do atraso secular na introdução da imprensa, o uso da litografia teve início com apenas alguns anos de defasagem em relação à França, Portugal, Espanha e Estados Unidos. Porém, enquanto neste último país o número de oficinas de litografia em operação passou de cerca de 60 em 1860 a 700 em 1890; no Brasil, o número, no mesmo período, foi de 115 apenas para 128. Em parte, isso se deveu às características sociais e econômicas brasileiras, o que nota-se até hoje.

Quando uma nova tecnologia surge em um contexto que não está preparado para assimilá-la, ela tende a ser desprezada ou ignorada, como é o caso da descoberta do processo fotográfico por Hercules Florence no interior de São Paulo, seis anos antes de Daguerre anunciar a invenção que revolucionou a comunicação visual moderna como nenhuma outra (DENIS, 1999, p. 51).

Com a consolidação da imprensa, outra atividade ligada ao design se desenvolveu: a publicidade. Presente em pequenos anúncios nos jornais e em grandes reclames fixados nas paredes da cidade, a publicidade começou a se definir na passagem do século XIX para o século XX como o veículo para a expressão dos sonhos.

As primeiras agências especializadas nesse tipo de material surgiram em 1840, mas com atuação restrita para venda de espaço de anúncio. Só a partir de 1890 começaram a se envolver na concepção de campanhas - no Brasil, a propaganda ensaiou seus primeiros passos após a criação dos primeiros jornais, em 1808.

BONITO DE NAVEGAR

A popularização dos computadores pessoais, a partir dos anos 1970, foi cirúrgica para os rumos do design moderno. Profissionais da área passaram a produzir de formatos de máquinas até modelos de chip e interfaces.

Com a popularização da informática, surgiu um novo conceito dentro do design: o da interação, que significa como lidamos com um produto digital no qual as estruturas de ação nos indicam um procedimento de uso. Como defende Bürdek, “tornou-se



evidente que não se deve deixar os engenheiros e programadores lidar com o assunto das interfaces entre produtos digitais e o homem” (BÜRDEK, 2010, p. 35), porque “suas ideias impregnadas de matemática e física e as soluções daí resultantes colidem com as expectativas do usuário leigo” (BÜRDEK, 2010, p. 35).

Na ótica do design, a popularização dos computadores pessoais teve três grandes impactos: a construção de máquinas cada vez menores e ergonômicas, o desenvolvimento de interfaces e a facilidade para criar novos projetos com os programas de projeção como CAD.

Fischer (1998), citado por Bürdek (2010), definiu nove atribuições do design no campo do microeletrônico: 1) reforçar as funções indicativas de material escondido; 2) miniaturização de peças; 3) trabalhar com custo cada vez mais reduzido; 4) atuar em todos os tipos de displays; 5) intervir em produtos automáticos; 6) controles remotos; 7) construções modulares; 8) materiais luminosos; e 9) gráfica de produtos.

Bürdek entende que as experiências com os produtos analógicos são base para o ambiente digital, pois as funções comunicativas são transmitidas no desenvolvimento e na configuração de produtos imateriais. Sendo assim, pontua o autor, os princípios estéticos são utilizáveis particularmente no design de tela: grid, regularidade, irregularidade, simetria, assimetria, distinto, indistinto. Todos estes aspectos são encontrados nas páginas www ou em displays de produtos digitais.

O desenvolvimento da era eletrônica, no fim do século passado, trouxe ao design gráfico uma questão no estilo de ser ou não ser, de Shakespeare. A pergunta fundamental, com a introdução da máquina e de todos os programas para a correção de fontes e cores, é: vale mais a infinidade da criação com lápis e papel, ou a agilidade de criar usando a máquina, com os limites que os programas têm?

Para Fuentes (2006), o final do século 20 mostrou uma saturação de imagens, pela poluição visual, bombardeio de publicidade e pelo olhar como forma de consumir. Mas ele considera errado dizer que a fragmentação visual é um fenômeno da era eletrônica.

Seja olhando para um outdoor a partir de um trem em movimento ou passando os canais de televisão em revista, a velocidade do olhar humano pressupõe um processo de fragmentação e sobreposição de imagens. Um outdoor é tanto um fragmento numa paisagem quanto o é um comercial de tevê. A diferença entre os dois está mais na atitude do observador do que na disposição da coisa observada (FUENTES, 2006, p. 212).

É possível argumentar, segundo o autor, que, em função dos avanços da tecnologia eletrônica, o eixo conceitual do design vem se deslocando da autonomia relativa atribuída ao produto, como entidade fixa no tempo e no espaço, para uma noção mais fluida do processo de interação, bem mais próxima da maneira como se conceituou o objeto gráfico. O primeiro impacto dessas transformações conceituais se deu no campo do design gráfico, no qual vem se sucedendo, nos últimos 30 anos, uma série de iniciativas dedicadas à substituição do tradicional por projetos com emprego de desordem visual, ruído.

Mais que um mero modismo, essa visão de design tem suas bases conceituais ancoradas na evolução das tecnologias digitais e nas possibilidades que estas trouxeram



de superar limites tradicionais da diagramação e da tipografia. Com o aparecimento de plataformas operacionais, como os sistemas Macintosh (1984) e Windows (1997), tornou-se possível, simples e barato manipular fontes, espaçamento, entrelinhamento e uma série de elementos gráficos que antes eram de domínio do tipógrafo profissional. Ao mesmo tempo em que a popularização das tecnologias digitais injetou, sem sombra de dúvida, uma grande dose de liberdade no exercício do design, pode-se dizer que elas também trouxeram novos limites para a imaginação humana, pois agora se pensa só dentro dos recursos do programa.

O risco de bitolar a excentricidade criativa é constante em qualquer sistema operacional que retira o controle instrumental do usuário, mesmo que seja para potencializar de forma exponencial a execução. Algumas pesquisas sugerem até que o uso do computador no processo projetivo, apesar de aumentar o número de decisões a serem tomadas pelo projetista, pode acabar reduzindo em última análise a sua capacidade de gerar novas soluções e podem resultar, portanto, em uma maior homogeneidade em alguns aspectos fundamentais (THACKARA, 1988, p. 2007, apud FUENTES, 1996).

Uma crítica semelhante pode-se fazer à internet, outra área de grande crescimento para o design nos últimos anos. Ao mesmo tempo em que os desafios da navegação e da conjugação de linguagens gráficas, com o som e a imagem em movimento, representam uma frente de trabalho para o designer, boa parte da produção na área começa a empregar estratégias repetitivas e previsíveis, segundo Fuentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fundamental para a apresentação e compreensão da notícia, o título jornalístico passa por um processo de transformação na era digital. Esta transformação é a maior vivida pelos títulos desde o século XIX, quando parte da imprensa norte-americana, como pontua Melo (1985), inaugurou o estilo de chamadas destacadas que vemos até hoje nos jornais impressos - nessa fase, o título passou a conciliar o que Douglas (1966) chama de funções técnicas (atrair o leitor) e estéticas (apresentar bem a notícia); ou seja, além de isca à leitura, o título foi alçado à condição de elemento determinante do layout de página.

Na internet, nos parece que o título jornalístico deve ser ainda mais atraente, uma vez que a atualização de conteúdos é contínua, o que gera um amontoado de informações impossível de ser lido por inteiro - talvez nunca antes, na história do jornalismo, a leitura tenha sido tão baseada nos títulos. Também, na internet, o título amplia sua função “visual”, já que torna-se elemento mais visível que a própria fotografia em muitas telas digitais, especialmente as de telefone celular. É, ao mesmo tempo, frase e imagem.

Para o leitor, o título jornalístico na internet é guia e banca: guia porque conduz a leitura pelos caminhos labirínticos da rede; banca porque vende a notícia, literalmente, pois o clique sobre ele contabiliza os acessos via sistemas de cobrança digital.

**REFERÊNCIAS**

- AZEVEDO, Wilton. O que é design. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- BARBOSA, Suzana. Jornalismo em ambientes dinâmicos. In. III Congresso de Ciberperiodismo y web 2.0: la transformación del espacio mediático. Bilbao: Espanha, 2011.
- _____. Jornalismo e dispositivos móveis. In. 9º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Rio de Janeiro, 2011.
- _____. Convergência jornalística em curso: as iniciativas para integração das redações no Brasil. In. RODRIGUES, Carla (org). Jornalismo online: modos de fazer. Rio de Janeiro: Ed:PUC-Rio: Sulina, 2009. p. 35-55.
- BASTOS, Lúcia. O primeiro jornal impresso do Brasil. In. Observatório da Imprensa. Ed. 748, 17. Disponível em:<<http://migre.me/gZ7Jl>>. Acessado em: maio de 2013.
- BÜRDEK, Bernhard. Design: história, teoria e prática. São Paulo, Blucher: 2010.
- BURNETT, Lago. A língua envergonhada. Rio: Nova Fronteira, 1991.
- DARWIN, Charles. La expresión de las emociones en los animales y en el hombre. Madri: Alianza, 1998.
- DENIS, Rafael. Uma introdução à história do design. São Paulo: Blücher, 2000.
- DOUGLAS, Joaquim. Jornalismo: a técnica do título. São Paulo: Agir, 1966.
- ETCOFF, Nancy. A lei do mais belo: a ciência da beleza. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.
- FICINO, Marsilio. El libro dell'amore. In. NICCOLI, Sandra. Firenze: Olschki, 1987. Disponível em: <<http://migre.me/hEwFa>>. Acessado em: nov. de 2014.
- FUENTES, Rodolfo. La práctica del diseño gráfico. Una metodología creativa. Barcelona: Paidós, 2005.
- JOBLING, Paul. & CROWLEY, David. Graphic design: reproduction and representation since 1800. Chicago: University Press, 1996.
- MELO, José Marques. História do pensamento comunicacional. São Paulo: Paulus, 2003.
- NEGROPONTE, Nicholas. A Vida Digital. 2.ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- SANTAELLA, Lucia. Estética de Platão a Pierce. São Paulo: Experimento, 1994.
- SCHWINGEL, Carla. Historicidade, terminologia e conceito de ciberjornalismo. São Paulo: Paulinas, 2012.
- SOUSA, Jorge Pedro. Elementos de Jornalismo Impresso. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005.

***Abstract:** This article discusses the visual aspect of the headlines of the news published on the Internet. The intention is to show that certain characteristics of online journalism, as the continuous update, impact the presentation of titles. The text presents principles of graphic design, such as symmetry and regularity, and uses the theory of evolution to say that beauty is essential both for the consumption of news as to the preservation of life. the students authroship or, in another specific case, it can intimidate him with long tickets or the use of very formal language, which contributes for the deleting the subject author.*

***Keywords:** Visual appeal. News headline. Internet. Graphic design.*



A PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE A INFLUÊNCIA DO CINEMA E DA TELEVISÃO EM OS SIMPSONS: O FILME

Fernanda de Freitas Pereira¹

José Isaías Venera²

Resumo: *Os Simpsons: o filme (2007) carrega o mesmo tom irônico da série televisiva de 24 temporadas. O meio ambiente e o comportamento social são os temas principais no filme, que constrói mensagens a partir de referenciais culturais comuns à sociedade estadunidense, difundidos, sobretudo, pelo cinema de Hollywood. O objetivo deste estudo foi o de investigar como a ironia, presente nas mensagens do filme, passa a funcionar a partir de sentidos já constituídos. A análise foi elaborada a partir da semiologia de Roland Barthes, na qual a mensagem funciona em dois sentidos – o denotativo e o conotativo. Com recorte voltado para a presença de sentidos sobre o próprio cinema e a televisão presentes na narrativa fílmica, buscou-se, com este estudo, evidenciar que a ironia só faz sentido no momento em que o espectador está inserido num campo de interpretação mais amplo e que tem valor ideológico.*

Palavras-chave *Os Simpsons: o filme; Semiologia; Televisão; Cinema.*

INTRODUÇÃO

Traços de uma típica família americana suburbana em uma cidade composta por diversos personagens carregados de significados compõem o pluralismo do desenho animado, *The Simpsons* – no Brasil, *Os Simpsons*. As aventuras da família amarela estrearam na noite americana como curtas na série *The Tracey Ullman Show* em 19 de abril de 1987, e após dois anos passaram para a rede de televisão Fox Broadcasting Company. De lá para cá, foram produzidas 24 temporadas, dois curtas e um longa-metragem com 75 minutos, estreado em julho de 2007. O criador, Matt Groening, inicialmente produziu os personagens da família Simpson baseado em sua própria família, tendo como inspiração para o personagem Bartolomeu Simpson, o Bart, suas próprias experiências pessoais, conforme seu depoimento na página da série, no site da FOX Broadcasting.

Esse desenho, assim como a maioria dos programas de TV contemporâneos, nos confronta com uma estonteante e rápida série de mensagens, e por meio da decomposição dessas mensagens em uma sequência simples e repetitiva de códigos, podemos começar a ver como o programa faz sentido (ARNOLD, 2004, p. 319).

¹ Jornalista, formada pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). E-mail: fernanda.defreitaspereira@gmail.com

² Doutorando em Ciências da Linguagem pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), professor dos cursos de comunicação da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) e Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). E-mail: j.i.venera@gmail.com



O humor da série, baseado na ironia¹, traz em quase todos os episódios referências culturais, capazes de atingir uma grande parte da sociedade. Personagens emblemáticos e personalidades da mídia, da política e da música, que fizeram parte da vida de várias gerações. São referências presentes no enredo e que fazem analogias ou comparações a filmes, programas de televisão, telejornais, literatura e ciência, sem falar nas trilhas sonoras de grandes compositores e intérpretes, sempre presentes nos episódios.

Mas o fato de que os personagens não são totalmente humanos aumenta a habilidade deles em funcionar como significantes satíricos. Atributos físicos, hábitos e ações que não aceitaríamos como possíveis para um ser humano se tornam parte regular do repertório dos Simpsons, permitindo que eles se aventurem no reino do ridículo, mais do que atores humanos ou desenhos realistas (ARNOLD, 2004, p. 247).

As mensagens em *Os Simpsons: o filme* são compostas por recortes da realidade social, resultado também de uma construção semiológica produzida pelos meios de comunicação. As partes que compõem as cenas representam² comportamentos comuns presentes no imaginário³ da sociedade americana. Neste caso, representa comportamentos diante das questões ambientais, envolvendo a população de Springfield e o governo dos Estados Unidos.

SEMIOLOGIA E COMUNICAÇÃO

Os estudos da Semiologia como teoria geral dos sistemas de signos foram iniciados pelo suíço Ferdinand Saussure (1857-1913), fundador da Linguística Moderna. Seu livro, *Curso de Linguística Geral*⁴, publicado em 1916, passaria a ser uma das principais obras do século XX, sobretudo para o Estruturalismo. No curso, Saussure insere a Semiologia e a Linguística como ramos da Psicologia Social, como principal sistema de signos que exprimem ideias.

O estudo da linguagem comporta, portanto, duas partes: uma, essencial, tem por objeto a língua, que é seio social em sua essência e independente do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; outra, secundária, tem por objeto parte individual da linguagem, vale dizer, a fala, inclusive a fonação é psicológica (SAUSSURE, 2000, p. 27).

¹ A ironia é trabalhada como uma modalidade discursiva que se distingue do discurso sério (GARCIA, 2003, p. 1405). Na perspectiva do trabalho, a mensagem irônica depende do espectador elaborar o sentido conotativo a partir dos significantes estabelecidos. É nesse silêncio entre o sentido primário (denotativo) e esse outro sentido (conotativo) que a ideologia opera, fazendo também funcionar o próprio discurso irônico.

² A noção de representação segue a perspectiva da semiologia de Barthes que é sempre resultado de arranjos semióticos que funcionam como reguladores de sentidos sobre uma dada realidade.

³ Os sentidos dominantes regulam o imaginário social.

⁴ O livro foi escrito a partir de diferentes cadernos de anotações de estudantes e editado por Charles Bally e Albert Sechehaye, com a ajuda de Alberta Riedlinger, ouvinte dos cursos ministrados pelo linguista entre 1907 e 1911.



Partindo das dicotomias entre língua/fala, sincronia/diacronia, sintagma/paradigma, Saussure chega ao significante/significado, as duas faces que compõem o signo. Ele enumerou diversas características semióticas à língua, bem antes do início dos estudos neste campo. Para Saussure (2004), um signo é constituído pela relação arbitrária entre o significante (imagem acústica) e o significado (conceito), ou seja, um é o complemento do outro, mas não tem nenhum laço natural com a realidade – a relação é arbitrária.

Nos anos 60, Roland Barthes foi um dos principais nomes que desenvolveu o projeto semiológico de Saussure. Suas contribuições se destacam nos estudos da semiologia do mito, da moda e dos meios de comunicação de massa. Barthes – seguindo Saussure com o signo dividido entre significante e significado – desenvolveu, também a partir de Hjelmslev, o processo de significação em dois momentos: denotativo e conotativo. Nöth observa que o “conceito de conotação, em particular da teoria de Hjelmslev da conotação, é a chave para as principais análises semióticas de Barthes abordando a cultura de massa” (NÖTH, 1996, p. 134).

O primeiro, o denotativo, refere-se ao sentido literal, ou à descrição da imagem. O segundo, o conotativo, tem relação com a interpretação simbólica, a impressão cultural.

Barthes definiu um signo como um sistema constituído de E, uma expressão, em relação R, a C, um conteúdo: E R C. Tal sistema signíco primário pode tornar-se um elemento de um sistema signíco mais amplo. Se a extensão é de conceito, um signo primário torna-se a expressão de um sistema signíco secundário. Neste caso, o signo primário é de semiótica denotativa, enquanto o signo secundário é semiótica conotativa (NÖTH, 1996, p. 134).

No texto *A Retórica da Imagem*¹, que integra o livro *O óbvio e o obtuso* (1990), Barthes utiliza exemplos de publicidade para mostrar como a imagem funciona nos modos denotativo e conotativo. Sua crítica literária baseada na teoria da conotação trouxe um novo sentido para os meios de comunicação de massa. Na obra *Mitologias* (2009), os classifica como criadores de mitos acerca da realidade, mais tarde os mitos foram entendidos como ideologias.

Ao passarmos dos mitos de sensação para os mitos de valor, a inundação tem a mesma reserva de euforia: a imprensa pôde desenvolver com muita facilidade uma dinâmica da solidariedade e reconstituir dia a dia a enchente como um acontecimento que agrupa os homens (BARTHES, 2009, p. 64).

Pelo exemplo de Barthes, podemos perceber como os meios de comunicação se inserem na sociedade e difundem mensagens para facilitar ou determinar a vida em sociedade. A comunicação de massa funciona de forma a naturalizar comportamentos, os quais passam a ser reproduzidos por diversas gerações e se perpetuam como comportamentos essenciais dentro da sociedade.

¹ Publicado originalmente em: *La réthorique de l'image. Communication* n. 4, p. 40-51, 1964.



SENTIDOS SOBRE O MODO DE VIDA EM OS SIMPSONS: O FILME

Mais uma vez, Homer é o responsável por provocar a desgraça e, também, por salvar os moradores de Springfield. A família vai à Igreja, como o faz normalmente aos domingos. Durante a celebração, o Vovô Simpson é iluminado com uma luz vinda do céu e prevê uma catástrofe, envolvendo todos os moradores. Sem entender a mensagem, a família ignora o aviso e continua sua vida. Tudo começa quando Homer adota um porco de estimação e, com ele, uma produção intensa de fezes colocadas em um silo, que Homer também ajuda a preencher. Neste período, várias manifestações estavam acontecendo para salvar o lago de Springfield, por conta do nível de poluição.

A descoberta da distribuição de “Donut’s” (rosquinhas na tradução do filme) faz com que Homer desista da fila de despejar o lixo de forma adequada e despacha o silo transbordando de fezes no lago de Springfield. A situação do lago ficou tão crítica após o Silo, que chamou a atenção do presidente dos Estados Unidos, na ocasião representado por Arnold Schwarzenegger, e do chefe de Proteção Ambiental – APA Russ Cargill. Como solução para a poluição do lago, Russ convenceu o presidente Schwarzenegger a aceitar a implantação de seu plano de prender todos os moradores da cidade de Springfield em uma cúpula.

A história se espalha e, depois da colocação da cúpula – que isola a cidade –, os moradores de Springfield começam a procurar o culpado, até que o noticiário mostra o silo sendo retirado do lago com a seguinte frase: “devolver para Homer”, juntamente com o telefone. Neste momento, o jornal mostra a foto de Homer e toda a população vai atrás da família Simpson com tochas de fogo na mão. Pelo buraco da caixa de areia de Meg Simpson, a família consegue escapar e vai para o Alaska. Pela televisão, Marge vê Tom Hanks apresentando a cidade como o novo Grand Canyon. Marge avisa Homer e pede ajuda para salvar Springfield. Marge vai embora com as crianças. Homer passa por uma odisséia espiritual e descobre que tudo o que quer é o perdão de Marge. A união da família é a salvação dos moradores e da cidade de Springfield.

O filme apresenta diversas referências culturais com as quais o público está habituado, constituindo sentidos conotativos, ou seja, ideológicos, sobre o que é ser estadunidense. As imagens são quase sempre ditadas por convenções, mas funcionam de forma motivada. Em *Os Simpsons: o filme*, os meios de comunicação de massa estão inseridos na sociedade e participam ativamente na construção de ideologias acerca do modo de vida.

De fato, Os Simpsons retira sua energia precisamente do conflito entre nosso reconhecimento dos significantes como altamente mediados, irrealis; e nosso entendimento que, apesar disso, eles se assemelham a uma realidade que conhecemos. O poder satírico da série, na verdade é sua própria coerência, depende dessa semelhança algumas vezes tênue. (ARNOLD, 2004, p. 243)

Pessoas amarelas, animais que se transformam em aberrações, a inserção de uma cúpula para prender uma cidade inteira, situações impossíveis de acontecer aos olhos da



sociedade. E são essas situações as responsáveis pela construção do universo ficcional, aquele que distancia os espectadores da realidade. A forma de apresentação das mensagens, sempre acompanhadas por referências culturais, leva os espectadores a uma experiência semelhante ao seu modo de vida em sociedade. O espaço para as paródias e sátiras transita entre a realidade e a ficção, e é isso que permite ao telespectador ver de forma mais amena as críticas expostas cena a cena.

Além disso, devido ao fato de que os telespectadores, correta ou incorretamente, associam os desenhos a uma diversão intelectualmente vazia, infantil e inofensiva, o meio está bem situado para liberar aquilo que Douglas Rushkoff, chama de “vírus de mídia”, uma mensagem subversiva ou revolucionária, transmitida em um pacote aparentemente inocente, neutro. (ARNOLD, 2004, p 238)

Em Barthes, a produção de sentido pode ser percebida de duas formas: a mensagem explícita, ou como ela aparenta ser, e, a outra, como um sentido mítico, dado à interpretação do receptor.

Na sua fase de crítica social, Barthes argumentou que o mito nas mídias serve para “naturalizar” as mensagens da classe burguesa, usando estrategicamente mensagens factuais, no nível denotativo, como veículo de mensagens ideológicas no nível conotativo. (NÓTH, 1996, p. 136)

Esse mito criado pelo universo midiático é apresentado aos espectadores como mensagens naturalizadas para ditar a vida em sociedade, as críticas perspicazes contidas na produção de sentido, nas cenas em *Os Simpsons: o filme*, demonstram como os meios de comunicação de massa atuam na sociedade e como a massa reage aos seus apelos audiovisuais.

ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE SENTIDO SOBRE OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA PRESENTES EM OS SIMPSONS: O FILME CINEMA

Para delimitar o objeto de pesquisa dentro da narrativa cinematográfica *Os Simpsons*, foram escolhidos os dois meios de comunicação de massa mais enfatizados no cotidiano da família – televisão e cinema. A fim de mostrar os sentidos construídos sobre a sociedade americana, leva-se em conta que estes são dois dos principais meios que conseguem alcançar a sociedade em massa. Com esse recorte, as cenas são analisadas a partir dos significantes de natureza linguística e icônica, bem como sua relação com as significações denotativa e conotativa.

CINEMA

O prólogo do filme mostra a família Simpson no cinema, assistindo ao primeiro longa-metragem de Comichão e Coçadinha – uma analogia ao próprio *Os Simpsons: o filme* – uma série de desenhos animados que, a partir de seu grande sucesso, ganha uma



versão longa-metragem. Ao final, Homer fica frustrado com o que vê, levanta-se da cadeira e faz a seguinte pergunta a si mesmo, em voz alta: “porque pagar por uma coisa que eu posso assistir em casa e de graça?”. O prólogo anuncia o tom irônico do filme. Uma típica família da sociedade americana, que vai ao cinema ver o lançamento de um filme, e Homer faz um questionamento sobre pagar para assistir algo que é exibido gratuitamente na televisão aberta. Uma série de desenhos animados – Comichão e Coçadinha – que é exibida diariamente no canal 6.

A descrição funciona no sentido denotativo, ou seja, um nível de interpretação mais primário. Esse primeiro nível permite a significação de um segundo nível – o sentido conotativo – que, por sua vez, vincula o espectador a uma mensagem ideologicamente estruturada. A ironia e a metalinguagem¹ integram a estrutura da produção de sentido, mas o sentido para funcionar nestes dois lugares depende da interpretação do espectador, que, neste caso, se dá no silêncio entre o dizer e um sentido ideológico – ou seja, no sentido conotativo.

A ironia opera em dizer o contrário daquilo que se pensa: “porque pagar por uma coisa que eu posso assistir em casa e de graça?”, enquanto no mundo do entretenimento os holofotes estão para a novidade, que neste caso levaria um espectador a querer assistir ao filme antes mesmo dele passar na televisão, já a ironia funcionaria ao questionar este lugar já dito (sentido ideológica, por isso fica subjacente) ao qual é feita referência, mas como se fosse pelo seu avesso. O filme, desde o prólogo, trabalha com sentidos críticos sobre a sociedade americana, mas eles são operados sobre um espectro já conhecido, constituindo o sentido ideológico.

SENTIDO SOBRE O NAUFRÁGIO DA BANDA

A banda americana Green Day ganha uma versão simpsoniana, termo empregado a partir da transformação de algo, ou alguém, para os episódios e aparece no primeiro minuto de filme – tocando sobre um barco no lago de Springfield em um show de verão patrocinado pela cervejaria Duff. A mesma cervejaria que abastece a cidade de Springfield, ou seja, a detentora do merchandising oficial de todos os eventos locais. Depois de tocar por três horas, o vocalista da banda pede um minuto da atenção de todos para falar sobre o meio ambiente. Imediatamente, os moradores começam a jogar lixo na banda, a poluição corrói o barco, e a banda se despede tocando violino e o barco afunda como a cena do filme Titanic (1996).

Desse primeiro conteúdo, surgem outros. Há, nesta parte, várias referências comuns à sociedade estadunidense, representadas em produtos culturais. O sentido conotado é esse espaço de significação que funciona através do já dito e que possibilita a ampliação do sentido. A situação no lago é tão crítica que afundaria até o Titanic. Ao passo que o patrocinador do show - e divulgador da mesma banda que chama a atenção para o meio ambiente - é uma marca de cerveja, segmento que acaba colaborando com a degradação do meio ambiente. Mesmo acontecendo na frente de toda a população, eles ignoram o acontecimento, como se o assunto não fosse relevante para aquele momento de diversão.

¹ Metalinguagem para Roland Barthes (2001) é “uma condensação informe, instável, nebulosa, cuja unidade e cuja coerência advêm, sobretudo, de sua função”.



SENTIDO SOBRE O ALERTA DA POLUIÇÃO

Lisa Simpson convoca a cidade para uma palestra, a fim de alertar a população sobre os níveis de poluição do lago Springfield. A palestra chamada Uma verdade irritante mostra, por meio de dados científicos, os níveis de poluição do lago. Os moradores não entendem o que Lisa quer de fato dizer.

Ora, é a partir da metalinguagem que a ironia funciona. O sentido denotativo só funciona, neste caso, porque constitui fragmentos de um conteúdo já conhecido. A referência ao documentário Uma verdade inconveniente (2006) é explícita. Produzido com imagens de palestras realizadas pelo ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, o documentário fala sobre o aquecimento global.

Para que os moradores compreendam a mensagem, Lisa enche os copos com água poluída do lago. Sem saber da procedência, os moradores bebem a água. Somente após Lisa informá-los, é que eles compreenderam, de fato, a mensagem que Lisa queria passar. Une-se a esse processo o decreto do prefeito da cidade que obriga os moradores a cuidarem do meio ambiente.

A preocupação com o meio ambiente constitui um discurso comum na contemporaneidade. Para Barthes, uma mensagem pode ser estruturada com "a fotografia, o cinema, a reportagem, o esporte, os espetáculos, a publicidade, tudo isto pode servir de suporte à fala mítica" (BARTHES, 1991, p. 11). Além do filme produzir sentidos sobre a poluição e às consequências que ela pode causar (o que já abre todo um campo de interpretação mítico), já que é um dos temas recorrentes do nosso tempo. Esse sentido é reforçado, por meio do discurso irônico, neste movimento de citação a um produto externo, neste caso o documentário. É esse movimento que vai muito além do primeiro sentido que constitui o sentido conotativo.

SENTIDO SOBRE A CÚPULA DO "GRANDE IRMÃO"

Uma cúpula é colocada sobre a cidade de Springfield. Todos os moradores se dirigem até o local onde aparece, em uma tela gigante, Russ Cargill, chefe da Agência de Proteção Ambiental (APA), informando que o Governo dos Estados Unidos é o responsável pela colocação da cúpula na cidade e, ainda, diz que já está providenciando uma forma de retirar a cidade do mapa.

O primeiro contato da população com Russ Cargil é o que chamamos de sentido denotativo. Eles enxergam Russ como um homem que fala em uma televisão e não entendem o porquê de ele estar ali. Irritado com as perguntas, Russ então reforça a mensagem ironicamente, ao informar que é apenas um homem em uma televisão gigante e, por este motivo, deve ser ouvido.

A partir deste momento, podemos começar a perceber o nível conotativo, quando as referências passam a ampliar o sentido primário. Há uma associação ao filme 1984, baseado na obra de George Orwell. Assim como no filme, Russ Cargil representa uma ideologia de estado, apoiada no discurso midiático, acerca da sociedade americana. O poder de Russ é tão grande que ele pode determinar o futuro de uma cidade, a ponto de



riscá-la do mapa, sacrificando todos os seus moradores, já que eles não correspondem aos padrões de comportamento esperados. A corrupção, por ambos os lados, funciona como metalinguagem da situação de complacência por parte da sociedade. Russ Cargil, em sua fala, informa à população que é o dono da empresa que fabrica a cúpula, agindo como um personagem de um estado totalitário em que os moradores não podem questioná-lo. A difusão desses sentidos exalta uma descrença na sociedade.

Ora, o tom irônico do filme faz sentido porque opera neste discurso conhecido, ideológico, mítico, que está presente no sujeito espectador e, por isso, pode ampliar o sentido denotativo.

TELEVISÃO

SENTIDO SOBRE A PROPAGANDA NO FILME

Enquanto Bart e Homer brincam de jogo do desafio, aparece uma legenda informando sobre a programação da FOX, junto a uma narrativa aos espectadores: agora as propagandas também são inseridas nos filmes. Uma situação que atualmente é recorrente nas programações. Em *Os Simpsons: o filme*, é anunciada a programação do canal de televisão e produtora audiovisual que veiculam a série Os Simpsons.

Pura ironia, que funciona nesse espaço ideológico (no sentido subjetivado) do mercado, em que a crítica, quando não produz uma reação política, acaba reforçando mais ainda, neste caso, a marca. Esse espaço de significação que constitui o sentido conotativo, no qual a propaganda aparece naturalizada, ou seja, como se fizesse parte da natureza da estrutura. Na ironia, esse lugar naturalizado adquire o sentido de que, como se não bastassem todas as propagandas contidas na programação da televisão, agora a FOX utiliza também os filmes para divulgar outros produtos.

SENTIDO DE FALSA REALIDADE

Homer e Bart vão até a lanchonete de Krusty. Quando Homer está comendo, encanta-se com um porco usando chapéu durante a gravação do comercial do novo sanduíche com o nome de AVC, ou acidente vascular cerebral, com muita carne de porco de aparência gordurosa. A ironia já está embutida até nos objetos presentes em cada quadro. Um sanduíche com nome de AVC nada mais é do que uma ironia sobre a alimentação dos americanos. O sentido denotativo fica elucidado na parte em que Krusty apresenta o sanduíche como gorduroso, do jeito que a sociedade gosta. Ao final do comercial, Krusty morde o lanche, o diretor pede para cortar e Krusty cospe o sanduíche e manda matar o porco.

A crítica aos meios de comunicação constitui também um lugar mítico. Sempre há interesses por trás do que se mostra. A propaganda como algo que falseia a realidade. Ora, não seria este sentido conhecido (conotativo) que opera nessa ironia? Na opinião de Krusty, o sanduíche é ruim. Após o diretor encerrar a cena, ele cospe o sanduíche, mas isso não será mostrado, sendo que a intenção é vender, sem importar a qualidade do produto oferecido.



SENTIDO DE MANIPULAÇÃO NO ALVO DA IRONIA

Homer assiste televisão, junto com seu porco de estimação, no quadro exibido na tela, o senhor Abelha dá um selinho em um burro. Uma cena aparentemente inocente que denota uma situação inusitada entre um homem fantasiado de abelha e um burro. Homer instantaneamente olha para o porco e Marge interrompe a situação antes que Homer dê um selinho no porco. Temos os meios de comunicação de massa como sentido denotativo, uma programação que mostra de forma inocente e banal uma situação de relação entre um homem e um animal. A ironia, nessa situação, funciona sobre o sentido conotativo de que os meios de comunicação manipulam as pessoas; por isso, para Barthes, o sentido conotativo é ideológico, por ele ser uma ampliação do sentido primário, mas que é produzido a partir de um conteúdo dado anteriormente.

No sentido conotativo, encontramos as significações desta mensagem aparentemente inocente, mas que mostra as reações que as pessoas têm diante das informações que são transmitidas por programas de televisão. A influência que a televisão exerceria na vida das pessoas, e as reações instantâneas que os telespectadores têm a partir das informações recebidas.

SENTIDO DE COMUNICAÇÃO BOTOX

Kent Brookman, repórter do canal 6, entra no ar para informar o nome da crise instaurada pela colocação da cúpula: “tem cúpula eu?”. Temos aí o sentido denotativo, o meio de comunicação de massa utilizado para a prestação de serviço em meio a uma situação de caos e o contato com a forma literal da mensagem.

Logo na sequência da mensagem, aparece o slogan da crise com uma imagem de fundo da cidade dentro da cúpula no formato de cappuccino. Kent fala sobre a falta de gasolina e Botox. Neste momento, ele se abaixa e coloca um prendedor na cabeça para segurar a pele que começa a escorrer. Recomposto, retorna e encerra o noticiário. O noticiário informa a situação de Springfield em decorrência da colocação da cúpula, como exemplo, o próprio repórter sente a necessidade de Botox, que já está em falta na cidade. Este caso não foge à regra. A superficialidade do telejornalismo. Pura aparência. Crítica aos serviços prestados à sociedade. Interesses comerciais acima do bem comum. É este sentido já dado de antemão que faz este conteúdo funcionar como ironia. O quadro só faz sentido porque o sentido ideológico já está presente no espectador.

SENTIDO DE MANIPULAÇÃO

Homer e Marge assistem ao noticiário que acompanha, ao vivo, as buscas pelo culpado por poluir o lago. O repórter, então, fala que o culpado não tinha sido encontrado, até aquele momento. Ao vivo, aparece a imagem do silo, que tem a seguinte inscrição: “Devolver para o Homer”, o repórter, então, convida a todos que estiverem



assistindo a pegar o Homer, e mostram uma imagem dele com um X vermelho em cima. Homer diz a Marge para não se preocupar, porque ninguém assiste ao noticiário, em menos de um minuto Homer e Marge veem da janela a população inteira de Springfield com tochas de fogo, se dirigindo à residência dos Simpsons. No primeiro momento, temos o sentido denotativo evidenciado no noticiário que, mais uma vez, aparece como mediador de informações, em tempo real, e mostra simultaneamente a descrença que Homer tem quanto à audiência deste tipo de programa.

Nesse quadro, o espectador é novamente induzido a construir o sentido conotativo, de que a televisão influencia o público, mobiliza a opinião pública. Na cena, o repórter convida a população para caçar Homer e informa que isso não é ético no jornalismo, mas, neste caso, é a coisa mais certa a fazer. A descrença de Homer é superada pela multidão enfurecida que pretende caçar ele e sua família para enforcá-los. Isso poderia não ter ocorrido se o repórter não tivesse proposto esta situação e Homer, por não acreditar no poder da mídia, coloca a família em risco mais uma vez.

SENTIDO DE MANIPULAÇÃO NA INFORMAÇÃO

O repórter Kent Brookeman em mais uma transmissão ao vivo, desta vez com uma aparência de cansado, mal alimentado e transtornado, características que denotam a situação em que a cidade está vivendo.

Mesmo nesta situação e sem nenhuma possibilidade de divulgação do material, a imprensa permanece trabalhando. Até o momento em que o repórter se irrita, ao perceber que não é mais necessário trabalhar. Esse momento de consciência do repórter é o que nos encaminha ao sentido conotativo da mensagem. A imprensa funciona a qualquer preço e transmite toda e qualquer nova informação, mesmo na pior das situações que, neste caso, atinge também ao repórter. A falta das necessidades básicas impede o funcionamento das prestações de serviço e interfere diretamente no comportamento dos moradores. O repórter estava produzindo conteúdo sem o suporte de energia, seu compromisso com a informação se sobrepôs à situação da cidade, ao ponto dele nem perceber que a informação não chegaria mais aos moradores.

SENTIDO DA PROPAGANDA COMO ESTRATÉGIA

Homer foge com a família para o Alaska. De lá, Marge e as crianças assistem a uma propaganda, na TV aberta, estrelada por Tom Hanks, mostrando o território de Springfield como o novo Grand Canyon. Ao final, o ator agradece ao Governo dos Estados Unidos por promover tantas propagandas. Em sua forma literal, sentido denotativo, vimos Tom Hanks, celebridade comum à sociedade americana, convidando os cidadãos para conhecer o novo espaço de lazer criado pelo Governo. O que, para muitas pessoas, é motivo de credibilidade, já que celebridades, em especial as de Hollywood, são vistas como referências e modelos a serem seguidos. A presença constante de personalidades de Hollywood, na televisão, funciona como ferramenta de credibilidade e de atração.



Neste caso, mais uma vez, a ironia funciona neste lugar mítico, no qual os discursos propagam a ideia de que Governo utiliza da mídia para mascarar suas ações e, ainda, contrata celebridades para dar veracidade e confiabilidade as suas mensagens, evitando que o público tenha desconfiança sobre a apresentação. Ironia presente na fala de Tom Hanks que, ao final do comercial, agradece ao Governo por promover tantas propagandas, isto é, elas aumentam a receita do ator, que vende sua notoriedade sempre que necessário for.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do método de Roland Barthes de análise de produção de sentido, essa investigação apurou que a ironia em *Os Simpsons: o filme* depende deste lugar ideológico, desse sentido conotativo que é elaborado a partir de um primário, o denotativo. Com recorte voltado para a presença de sentidos sobre o próprio cinema e a televisão presentes na narrativa fílmica, o estudo buscou evidenciar que a ironia só faz sentido no momento que o espectador está inserido num campo de interpretação mais amplo, e, por isso, o conotativo é trabalhado por Barthes como sendo ideológico.

Foi percebido, também, que o filme produz uma mensagem presente na sociedade, sobretudo na estadunidense, país onde se passa a série *O meio ambiente*. Essa mensagem é trabalhada como contraponto a um modelo de vida econômico pautado no consumismo, sem compromisso social e ambiental. Em Springfield, a sociedade não tem interesse em preservar o meio ambiente, o cenário somente começa a mudar com Lisa, uma garotinha de oito anos que tenta alertar os moradores sobre a situação.

E foi a partir de um conteúdo apresentado em forma irônica no filme, que se deu a investigação, procurando identificar o sentido conotativo, que é elaborado de um sentido disseminado, ou seja, conhecido de antemão. É neste lugar ideológico que a própria ironia faz sentido.

O que é ser estadunidense, ou o que representa os principais hábitos americanos, integra uma produção de sentido em curso no filme. É nesse lugar de construção, em grande medida pelos meios de comunicação, que acaba ganhando eco na produção de sentido no filme. O sentido ideológico deixa claro sem dizer, isto porque o dizer, ou seja, o sentido é completado pelo espectador. No caso de *Os Simpsons: o filme*, há um movimento de naturalização das mensagens pelo fato dele ocupar um lugar crítico da produção de sentido sobre a sociedade americana, no qual o sentido conotativo ganha força.

A força desse segundo sentido está em agregar ao conteúdo primário sentidos dados anteriormente. O movimento de significação, apresentado pelos quadros apontados, constrói um sentido comum, colaborando para certa compreensão massiva da realidade. Através da ironia, os personagens aparecem como uma grande crítica ao sujeito comum que passa a maior parte do tempo livre assistindo à TV. Assim, a exposição de artistas famosos e referenciais culturais conhecidos, que são unidos a temas polêmicos, permite uma aproximação maior com o público, mas o que torna essa relação possível é a presença do sentido ideológico.



REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia*. 13. ed. São Paulo: Cultrix, 1964.
- _____, Roland. *Mito e Realidade*. São Paulo: Perpectiva, 1991.
- _____, Roland. *Mitologias*. 4. ed. Rio de Janeiro: Diffel, 2009.
- _____, Roland. *A retórica da imagem*. In: BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- GARCIA, Tirza Myga. *O funcionamento da comparação na construção do discurso irônico em crônicas jornalísticas de Luis Fernando Veríssimo*. Anais do 5. Encontro do Celsul, Curitiba, 2004.
- IRWIN, Willian; CONARD, Mark; SKOBLE, Aeron. *A Filosofia dos Simpsons*. São Paulo: Madras, 2004.
- NÖTH, Winfried. *A Semiótica no século XX*. São Paulo: Anablume, 1996.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2000.

SITES

Canal Fox (<http://www.canalfox.com.br/br/series/os-simpsons>) – Acesso em: 01 jun. 2013.

FILME

Os Simpsons: o filme – Direção: SILVERMAN, David. Criação: GROENING – Matt. – Estados Unidos, 2007. 27 min. Fox Broadcasting Company.

Résumé: *Les Simpson, le film (2007) reprend le même ton ironique que la série de télévision de 24 saisons. L'ambiance et le comportement social sont les principaux thèmes du film qui construit des messages à partir de références culturelles communes à la société étatsunienne, propagées surtout par le cinéma de Hollywoodien. Cette étude a eu comme objectif de rechercher comment l'ironie, présente dans les messages du film, commence à fonctionner à partir du sens déjà constitué. L'analyse a été élaborée à partir de la sémiologie de Roland Barthes dans laquelle le message fonctionne dans les deux sens – le dénotatif et le connotatif. Avec cette étude, nous avons mis en relief la présence des sens présents dans la narrative du film sur le propre cinéma et la télévision. Nous avons recherché aussi à mettre en évidence que l'ironie n'a que de sens qu'au moment où le spectateur est inséré dans un champ d'interprétation le plus ample qui a la valeur idéologique.*

Mots-clés: *Les Simpsons, le film. Sémiotique. TV. Cinéma.*